

Agradecimentos

Resumir o longo percurso de aprendizagem, crescimento e amadurecimento vivido até agora não é fácil e muitos menos conseguir expressar o meu profundo agradecimento a todos os que fizeram parte desta caminhada que é pessoal e profissional.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer às Professoras Doutoras Ana Margarida Arruda e Ana Catarina Sousa e pelo incentivo, interesse, acompanhamento, disponibilidade e revisão científica do presente trabalho.

À Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pela Bolsa de Mérito Social e por tornar possível e sustentável a continuidade dos estudos durante o primeiro ano do 2º Ciclo.

Ao Dr, Pedro Estácio e toda a equipa da Biblioteca da Faculdade de Letras pelos ensinamentos e confiança depositada e compreensão durante o ano lectivo 2011/2012.

À Câmara Municipal de Mafra pela cedência do espólio para estudo, em especial, à Catarina, à Marta e à Tânia, a ajuda e incentivo desde 2003.

À Carla Matias pela elaboração do inventário do conjunto do Cabeço de Alcaínça e fotografias dos materiais.

À Susana Pires, Marina Pinto e Inês M. Silva pela oportunidade de trabalho e voto de confiança.

Um agradecimento especial à Catarina Sousa por me ter apresentado à Arqueologia no ano de 2003 durante mais uma das campanhas de escavação no Penedo do Lexim, ano do meu «baptismo arqueológico». Obrigada pela paciência, pela partilha permanente de conhecimentos, incentivo, orientação e conselhos, mas sobretudo pelo profissionalismo, mestria e capacidade de trabalho inspiradores. Obrigada pela amizade ao longo destes anos e apoio em momentos bons e também noutros mais difíceis. Sobretudo, obrigada pelas horas «poeirentas» e os lanches no *Locus 3B* que com toda a certeza determinaram o meu percurso académico e profissional.

À Diana, obrigada por quase seis anos de amizade com tudo o que isso implica... *Arigatou!*

À Francisca, pelo apoio e amizade.

Ao Nilesh, pelo companheirismo, dedicação, carinho e apoio incondicionais que me ajudaram a manter o espírito apaziguado em especial nestes dois últimos anos.

Ao meu avô, Marcial, Homem das Letras, pela tenacidade, empenho e dedicação incondicionais à neta a quem satiricamente chama de «operária do entulho. Avó Emilia, Mãe, obrigada pela Força e exemplo.

RESUMO

A região da Península de Lisboa (Portugal), integra a área da Ribeira de Cheleiros, onde se localiza o sítio do Cabeço de Alcainça. A área providencia um conjunto de dados arqueológicos relativos às ocupações humanas durante a transição entre o 2º e o 1º milénio a.C. na área, verificando-se que a malha de povoamento congrega povoados de habitat em altura, abertos e ocupações ocasionais (depósitos). A prospecção do sítio e o presente estudo, permitiram aferir a ocupação humana deste povoado de altura durante o Bronze Final, a julgar pelo espólio cerâmico, lítico e metálico, além das estruturas arqueológicas identificadas. O sítio apresenta-se como um dos raros povoados de altura que fornece elementos-chave na aferição de momentos ocupacionais concretos (escala local) no Bronze Final numa escala Península de Lisboa (escala regional).

Palavras-chave: Península de Lisboa, Cabeço de Alcainça, povoamento, metalurgia, Bronze Final.

ABSTRACT

The Peninsula region of Lisbon (Portugal), includes the area of the Ribeira de Cheleiros, where is located the site of the Cabeço Alcainça. The area provides a set of archaeological data relating to human occupation during the transition between the 2nd and 1st millennium BC in the area, verifying that the mesh congregates villages of habitat in height, open and occasional occupations (deposits). The exploration of the site and the present study allowed assessing human occupation of this site in height during the Late Bronze Age, judging by the spoils ceramic, lithic and metallic, besides the archaeological structures identified. The site presents itself as one of the few archaeological sites in height, that provides key elements in measuring local occupational moments (local scale) in the Late Bronze Peninsula of Lisbon (regional scale).

Key-Words: Lisbon Peninsula, Cabeço de Alcainça, people communities, metallurgy, Late Bronze Age

ÍNDICE

Agradecimentos	3
RESUMO	4
ABSTRACT	4
1. INTRODUÇÃO	9
2. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO	11
2.1. A prospecção enquanto abordagem arqueológica à Geografia	11
2.1.1. A percepção de «sítio arqueológico» e os processos pós-deposicionais	12
2.2. A questão do Bronze Atlântico	13
2.3. O estado dos conhecimentos do Bronze Final da Península de Lisboa: invisibilidade na paisagem ou Arqueologia invisível?	16
3. A ESTREMADURA E A PENÍNSULA DE LISBOA: ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	21
3.1 Geomorfologia	21
3.2 O Tejo como entreposto de acesso ao interior	22
3.3 A Península de Lisboa no final do 2º e início do 1º milénio a.C.	26
3.3.1. Paisagem e Território	28
3.3.2. Exploração de recursos e culturas praticadas	29
4. O CABEÇO DE ALCAINÇA. UMA LEITURA PRELIMINAR	32
4.1. Localização administrativa e toponímia	32
4.2 Caracterização geomorfológica	33
4.2.1. A paisagem envolvente: a área da Ribeira de Cheleiros	34
4.3 Historiografia	35
4.4. Trabalhos efectuados – a prospecção	38
4.4.1 Planeamento e metodologia	39
4.4.2 Resultados e perspectivas	41
4.5. Cultura material do Cabeço de Alcaínça	46
4.5.1. Estado actual dos conhecimentos	46
4.5.2. Recipientes cerâmicos	48
4.5.3 Recipientes cerâmicos: catálogo de formas	57
4.5.4. Elemento de tear	60
4.5.5. Espólio metálico	60
4.5.6. Pedra lascada	64
4.5.7. Pedra afeiçoada	65

5. POVOAMENTO: LÓGICAS DE OCUPAÇÃO NA PENÍNSULA DE LISBOA ENTRE O 2º E O 1º MILÉNIO A.C	67
5.1 Dinâmicas de ocupação do espaço: implantação em altura, implantação em vertente / vale.	67
5.2 Produção e circulação de objectos em bronze no quadro geográfico regional	71
6. O CABEÇO DE ALCAINÇA: UMA PERSPECTIVA INTEGRADA DA REGIÃO DE LISBOA À RIBEIRA DE CHELEIROS DE FINAIS DO 2 E INÍCIOS DO 1º MILÉNIO A.C.	76
6.1 Critérios e limites do estudo crono-cultural do Bronze final na região de Lisboa.....	76
6.2. O povoamento na área da Ribeira de Cheleiros	81
7. EM JEITO DE REFLEXÃO/CONCLUSÃO	87
Bibliografia	91

Anexos

I. CARTOGRAFIA

II. REGISTO FOTOGRÁFICO

III. OBTENÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS

IV. ESTAMPAS

V. FOTOGRAFIAS

VI. INVENTÁRIO

Aos meus pais, avós e ao Nilesh

«Seja qual for o caminho que o Homem percorre, os seus passos são sempre à medida dos seus pés»

*Al-Mutanabb, (915-965)
Filósofo e poeta árabe*

«As horas são vasos que os acontecimentos da vida enchem. Só revelam o seu conteúdo uma vez tirada a tampa»

*Abu l- 'Alá, (973-1058')
Filósofo e poeta árabe*

1. INTRODUÇÃO

A abordagem ao período do Bronze Final (2º metade do 2º milénio a.C.) na Península de Lisboa integra em si a compreensão do espaço geográfico da Estremadura Atlântica enquanto plataforma natural de circulação.

Apesar da abundância de sítios arqueológicos identificados com vestígios dessa ocupação, escasseiam os estudos monográficos baseados em trabalhos de escavação arqueológica, além da dispersão dos espólios arqueológicos (muitas vezes de paradeiro incerto), que na maioria dos casos correspondem a recolhas superficiais e cujas publicações são dispersas e por vezes, algo confusas. Durante o processo de levantamento bibliográfico, esta realidade é bem visível.

Pelas razões apresentadas, é aqui tratada a questão de uma «Arqueologia Invisível», muitas vezes interpretada como «Invisibilidade Arqueológica» nos estudos do Bronze Final na Península de Lisboa e restante Estremadura Atlântica. A falta de investigação arqueológica por escavação e a fundamental contextualização estratigráfica do espólio e datação é lacunar para este período na área proposta.

O presente estudo não altera o panorama referido, mas pode subsidiar, motivar e alertar para esta necessidade através da exposição de uma estação arqueológica já muito referenciada pela bibliografia temática, sem projecto de investigação, à semelhança de tantos outros locais que aqui serão mencionados.

Nesse sentido, o estudo do sítio arqueológico do Cabeço de Alcaíça (S. Miguel de Alcaíça, Mafra, Lisboa), chaminé vulcânica constituinte do Complexo Vulcânico de Lisboa, situada entre a Ribeira de Cheleiros e a área setentrional da Península de Lisboa, à luz do estado dos conhecimentos actuais é importante para a compreensão das dinâmicas de povoamento entre o 2º e o 1º milénio a.C. A identificação do sítio remonta ao séc. XIX com Leite de Vasconcelos, tendo sido prospectado desde os anos 70 do séc. XX até à actualidade, proporcionando um conjunto significativo de materiais arqueológicos (cerâmica, metalurgia, pedra lascada, pedra afeiçãoada, adorno) e uma leitura superficial dos amuralhamentos.

O objectivo fulcral deste estudo é caracterizar o sítio numa perspectiva geoarqueológica, paisagística, territorial, social, e tecno-tipológica, em particular a revisão e discussão das tipologias atribuídas à cultura material cerâmica do Bronze Final de âmbito local/regional, para posterior relação com outros sítios da Península de Lisboa que podem compor o cenário de povoamento humano na área e diacronia referidas.

O estudo do sítio e respectivos materiais - depositados no MNA e no Depósito Oficial de Bens Arqueológicos em Mafra será útil à compreensão das lógicas de povoamento, tendo em consideração a sua localização, implantação, altitude, domínio total da paisagem envolvente, grande visibilidade relativamente a outros sítios arqueológicos, bem como a recursos hidrográficos e eixos de comunicação.

A presença marcada de prismas naturais basálticos associadas a estruturas em talude, a par da existência de cerâmica de superfície brunida e decoração variada (com ornatos e «cepillada»), enfatizam uma provável ocupação humana pré e proto-histórica do cabeço.

Complementarmente ao caso de estudo, proponho uma actualização dos dados arqueológicos contemporâneos na Península de Lisboa, nomeadamente o levantamento do povoamento de cronologia balizada entre o Bronze Final e a Idade do Ferro, uma leitura das suas produções cerâmicas e metalúrgicas e a uma perspectiva integrada da rede/malha de povoamento (tipologias e lógicas de implantação e distinção entre povoados de altura, povoados abertos, reutilização da monumentos megalíticos), bem como a exploração de recursos naturais endógenos e exógenos.

O presente trabalho foi escrito segundo a norma actual, sem *Acordo Ortográfico*.

2. QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1. A prospeção enquanto abordagem arqueológica à Geografia

O território compreendido como Península de Lisboa, pelas características físicas, nem sempre é de fácil compreensão pelo arqueólogo quando os dados arqueológicos escasseiam e se pretende relacionar vários denominadores do estudo do povoamento pré-histórico, nomeadamente, diferentes lógicas de implantação consoante o acesso aos recursos naturais endógenos e exógenos, sociabilidades, tecnologias. Nesse sentido, creio ser imprudente olhar para este espaço geográfico como um todo homogéneo passível de se lhe aplicar qualquer modelo pragmático de ocupação/implantação humana. Assim, este trabalho aborda a área da península de Lisboa como um conjunto de realidades físicas diferenciadas que certamente terão originado dinâmicas de ocupação distintas consoante lógicas de sobrevivência diferentes ao longo do tempo.

Tendo em conta que o presente trabalho se centra na transição entre o 2º e o 1º milénio a.C., a abordagem de qualquer sítio arqueológico, que ainda não tenha sido alvo de escavação arqueológica, terá necessariamente de ser feita recorrendo às suas características físicas, geológicas, ambientais e climatéricas, complementada por observações de cariz arqueológico *in loco* através de prospeção arqueológica.

A prospeção enquanto metodologia pode ser considerada uma primeira forma de abordagem a um presumível sítio arqueológico. Contudo, creio que a ideia de que os vestígios arqueológicos à superfície refletem fielmente as características do sítio arqueológico onde foram registados ou recolhidos sem ter em conta alterações naturais, tais como os fenómenos pós-deposicionais de cariz geomorfológico e outros, pode induzir em erro. Neste sentido, os estudos de dispersão de materiais em sítios arqueológicos que servem de base à reconstituição de sítios arqueológicos e zonas específicas de maior actividade humana têm necessariamente de ser olhados com muitas reservas, fazendo sentido quando sabemos estar perante contextos primários. Não sendo com certeza a realidade do Cabeço de Alcaínça, não foi realizado um estudo de dispersão de materiais, especialmente pelo elevado grau de destruição e exposição do sítio.

Não obstante a prospeção dá-nos a possibilidade de reinterpretar a dimensão, a implantação do sítio e aferir a existência de processos naturais (sedimentares ou erosivos) que possam ter contribuído para a alteração e em alguns casos para o desaparecimento de contextos arqueológicos primários. (Burilo Mozota, 1997, p. 120). É neste âmbito que os campos disciplinares como a

Geologia, a Geografia se tornam um importante complemento aos estudos arqueológicos que devem ter em consideração o dinamismo geológico e geográfico como condicionante prévio à investigação.

Perante um sítio nunca alvo de intervenção arqueológica, a análise dos dados recolhidos em prospecção tem por base diversas variáveis. Relativamente ao sítio, os aspectos fundamentais são a análise cronológica (verificação da diacronia), assinalar e descrever a presença e características de estruturas caso existam e a aferir a dimensão do sítio. No que diz respeito à implantação do sítio, é necessário perceber a que unidade topográfica corresponde, na medida em que esse aspecto condiciona a metodologia de pesquisa em campo e implica diferentes modos de subsistência humana. Igualmente importante é o perfil litológico do sítio visto que este aspeto condiciona a percepção e compreensão do grau de afectação do sítio relativamente aos processos pós-deposicionais. Também a percepção de áreas preferenciais de ocupação humana no sítio é relevante, pelo que possibilita que o investigador se aperceba do eventual grau de destruição do mesmo pela avaliação dos processos morfogenéticos associados que revelam diferentes graus de conservação. Por último, mas não menos importante, a caracterização paleoclimática da área/região é igualmente relevante para este tipo de estudo.

O conjunto de dados necessários à investigação preliminar de um presumível sítio arqueológico, nunca alvo de trabalhos arqueológicos exige assim uma abordagem claramente transdisciplinar na medida em que, grande parte da informação recolhida *in loco* por si só não é suficiente para um estudo dessa natureza, que se apoia quase sempre em conceitos e técnicas da Geografia, como a utilização e interpretação de cartografia específica e utilização de equipamento de georeferenciação. Neste sentido, creio que a prospecção enquanto método é transversal às diversas ciências da Terra e é nesse quadro que olho para a Arqueologia neste caso de estudo em particular.

2.1.1. A percepção de «sítio arqueológico» e os processos pós-deposicionais

O espaço geográfico está em permanente mutação, quer sobre influência de fenómenos e processos naturais (sedimentação/erosão) quer sobre influência animal (racional e não racional). Definir o que é um sítio arqueológico não é fácil. Francisco Mozota lembra-nos que «(...) Desde el momento en que una ocupación humana se convierte en yacimiento arqueológico comienzan los procesos de alteración,. (...)» (Burilo Mozota, 1997, p.124). O autor salienta que o que define um sítio

arqueológico enquanto tal é a forma como o ser humano o utiliza e manipula consoante as suas necessidades desde o momento zero.

Os factores que desencadeiam as alterações morfogenéticas, são na maioria naturais: alterações climáticas (em especial a pluviosidade), o crescimento de vegetação (em particular a existência de bosque que destrói e altera contextos estratigráficos). Em prospecção, a vegetação pode determinar a invisibilidade de um sítio arqueológico e na ausência, a concentração de materiais arqueológicos à superfície. Por último, a actividade animal pode também perturbar contextos arqueológicos originando fenómenos de palimpsesto. Considero ser importante conhecer a fauna autóctone de determinada região em estudo como um dos elementos que determinam o grau de destruição de um sítio arqueológico ou que provocam concentrações de materiais arqueológicos à superfície em áreas de maior actividade animal (em particular roedores).

2.2. A questão do Bronze Atlântico

Tendo em conta a abrangência deste estudo, creio ser vital falar um pouco da história da investigação da Idade do Bronze de forma a contextualizar e dar sentido à historiografia das investigações na área da Península de Lisboa sobre a fase final do mesmo período.

Os estudos feitos sobre a Idade do Bronze na Europa remontam ao séc. XIX apoiados em perspectivas de cariz evolucionista, baseados em categorias tipológicas de materiais, quer cerâmicos, quer metálicos.

Nos inícios do Séc. XX, Oscar Montelius (1843-1921), apoiado no sistema das Três Idades, teceu sequências tipológicas e caracteriza a Idade do Bronze na Escandinávia, com a novidade dos estudos de natureza comparativa. Nesse sentido, as várias periodizações por ele propostas tinham por pano de fundo a comparação e associação de formas e atributos. A par destes investigadores, trabalharam outros sobre o mesmo tema, nomeadamente Gustav. Kossina (1858-1931), Paul Reinecke (1872-1958) e Joseph Déchelette (1862-1914), contrapostos já nos finais dos anos 50 do séc. XX pelas novas periodizações do dinamarquês Gudmund Hatt (1884-1960).

Os contributos destes estudos, pautaram igualmente as observações sobre a Idade do Bronze Península Ibérica por parte de investigadores como E. P. Èmile Cartailac (1843-1921) e Luis Siret (1860-1934), que reformularam as tipologias formais para esta área.

Em Portugal, José Leite de Vasconcelos (1858-1941), considerando prematura uma sistematização sobre a Idade do Bronze em Portugal, baseava as suas considerações em autores como G. Montelius e Gabriel Mortillet (1821-1898), não se arriscando a reformular cronologias (Vilaça, 1995, p. 21). O investigador Mendes Corrêa (1888-1960) aquando da formulação do capítulo sobre a Idade do Bronze na obra a «História de Portugal» dirigida por Damião Peres, teve por referência de estudos, J. Déchelette, porém questionando a universalidade da proposta publicada (Vilaça, 1995, p. 21).

Durante os anos 30 do séc. XX são definidas para a cronologia do Bronze áreas de influência específicas associadas a tipologias correlacionadas por Bosch Gimpera (1891-1974). Assim, em 1932, surge o conceito de Bronze Levantino (Sudoeste) cuja diacronia se situa entre 2500 e 1400 a.C., cronologia baseada nas intervenções arqueológicas e resultados em El Argar, bem como no Noroeste português (1200-1000/900 a.C.), com importações europeias de influência atlântica (área de Portugal, Galiza e Andaluzia), (Vilaça, 1995, p. 21).

Já nos finais dos anos 40 (1946), o investigador Júlio Martínez Santa-Ollala (1905-1972) introduz o conceito de «Bronze Atlântico (fase III e IV)», na lógica de continuidade com o «Bronze mediterrânico (I e II)». Esta nova fase da Idade do Bronze teria uma diacronia balizada entre 1200 e 900 a.C.(I) caracterizada pelos machados de talão tipo Atlântico e entre 900 e 650 a.C. numa segunda fase (II) associados aos machados de alvado. (Vilaça, 1995, p. 21) (). Esta última fase quebrada pela invasão indo-europeia pré-celta.

A afirmação destas opiniões verifica-se pelo facto dos estudos posteriores se basearem nestes pressupostos. Contudo, dos vários conceitos criados, o «Bronze Atlântico» foi o que prevaleceu e que ainda hoje vigora em muitos estudos.

Data desta altura o estudo de H. N. Savory e a afirmação de dois grupos culturais distintos, sendo eles a «cultura do Noroeste» e a «cultura do Sudoeste», a primeira sobre influência das Ilhas Britânicas e da Bretanha e a segunda sob influência das costas mediterrânica e biscaense.

O investigador MacWhite, pegando na mesma lógica cronológica de Santa-Ollala, redefine o faseamento estabelecido distinguindo o Bronze II – 1700-1200 a.C. (também designado por «Proto-Atlântico»), do Bronze III que corresponderia à fase I do Bronze Atlântico de S. Ollala, e o Bronze IV, equivalente ao Bronze II do «opositor». De cariz mais específico MacWhite destaca ainda a cultura do Noroeste (fases II e III) e do Sudoeste (fase IV).

Surge igualmente a exploração destes conceitos por Almagro Basch (1911-1984) que opta por compartimentar de uma forma mais generalista, distinguindo duas grandes fases: o Bronze I (Ibérico) entre 2500-1500/1500-1000 a.C.) relacionados com os estudos de El Argar e o Bronze II (Céltico) entre 800-700/600-400 a.C.).

Neste contexto, as áreas peninsulares fora das áreas de influência referidas, eram alvo de pouca investigação, com excepção do investigador Miquel Tarradel (1921-1996) que distinguiu o «Bronze Português», da área «argárica» e «valenciana». O tipo de abordagem deste autor, fez multiplicar os estudos regionais, a par de uma nova vaga de intervenções arqueológicas. É neste âmbito que surge a síntese regional de Hermanfrid Schubart «Die Kultur der Bronzezeit in Südwesten Der Iberischen Halbinsel» (1975) sobre o Bronze no Sul do território português. Da mesma época, o estudo de Martín Almagro Gorbea, publica a síntese considerada mais completa «El Bronce Final y el período Orientalizante en Extremadura» (1977), baseada em escavações arqueológicas.

A nova perspectiva de tirar conclusões a partir de dados arqueológicos devidamente contextualizados e associação dos materiais arqueológicos aos mesmos, quer cerâmicos, quer metálicos, foi intensamente defendida por Maluquer de Motes em 1975 no seu trabalho sobre a Idade do Bronze no ocidente Atlântico. O surgimento de datações por C14 a partir desta altura, permitiram compartimentar as cronologias até aí defendidas de acordo com os dados regionais.

Finalmente nas décadas de 70 e 80, surgem ainda alguns estudos baseados em « (...) paralelismos extrapeninsulares (...)» (Vilaça, 1995, p. 26), como os de Philippe Kalb, Marisa Ruiz-Gálvez Priego, Paul Coffyn, contestados por Gabriel Briard que alertou para as limitações da relação não linear entre tipologias e cronologias.

Os trabalhos sobre a Península Ibérica, baseados em tipologias de objectos metálicos contribuíram para a discussão sobre o «Bronze Atlântico», conceito que se refere a uma cronologia específica (Bronze Final), área geográfica (o território português até ao limite de contacto com o Sudoeste) e uma «cultura». De facto, M. R. Gálvez-Priego e Coffyn, debatem-se pela visão tripartida do Bronze Final com base em pressupostos de presença ou ausência de certos tipos de materiais metálicos (espadas tipo «língua de carpa», ligas metálicas binárias e a metalurgia Baiões/Vénat cujas características se encontram associadas a produções de filiação atlântica e continental).

Em suma: segundo MacWhite, o «Bronze Atlântico» designa uma área cultural abrangente que combina intercâmbios entre a Península Ibérica, a área atlântica e o Mediterrâneo. Coffyn, opina também afirmando que esta cultura é a conjugação de um complexo geográfico amplo que inclui a Irlanda, os países da costa do Báltico, relação, que segundo M. R. Gálvez-Priego, seria pautada pela procura de minerais. A. Gorbea inclui nesta esfera de influências, o Norte, o Centro de Portugal e o Sudoeste peninsular, a par da Meseta, Extremadura e Andaluzia ocidental.

Tendo em conta a diversidade regional e complexidade das realidades arqueológicas que figuram o Bronze Final peninsular, o conceito de Bronze Atlântico parece não ter uma relação directa com toda a área geográfica da costa atlântica como indica o nome, mas sim com «(...)conjuntos tecnológicos comuns e de uma metalurgia comum atlântica que é partilhada e circula por diversos contextos regionais(...)» (Vilaça, 1995, p. 32).

Não pretendendo analisar a coerência ou não desta designação, até porque a discussão não caberia neste estudo, a referência ao «Bronze Atlântico» no decorrer deste trabalho, deve ser entendida como um «(...) complexo fenómeno de osmose, de uma nova ordem que rompe, definitivamente com as estruturas do mundo pré-histórico europeu (...)» (Vilaça, 1995, p. 34).

Na verdade, o conceito não deixa de ser ambíguo, como refere M. R. Gálvez-Priego «(...) Sin embargo, Bronce Atlântico no deja de ser un término ambíguo y para la mayoría no queda nada claro si define o no una cultura común, si define una especie de *comunidad europea*, sólo que en la prehistoria. Yo no creo que haya que entenderlo como una cultura en el sentido estricto de lo que en arqueología se entiende por ello.(...)» (Gálvez-Priego, 1998, p.21)

2.3. O estado dos conhecimentos do Bronze Final da Península de Lisboa: invisibilidade na paisagem ou Arqueologia invisível?

Sintetizando perspectivas para o Bronze Final no território português: no Sul de Portugal distinguem-se duas grandes etapas: uma primeira (séc. XII-X a.C.) de filiação atlântica e continental e uma segunda entre o séc. X e IX/início do VIII a.C., de filiação mediterrânica designado por «Horizonte Roça do Casal do Meio».

Na região Alentejo, destacam-se os estudos de Fernando Nunes Ribeiro (1965), H. Schubart (1975), pontualmente, os trabalhos de Arnaud (1992), além de investigadores como C. Tavares da Silva e Joaquina Soares (área de Sines), bem como as investigações de A. Monge Soares na Margem Esquerda do Guadiana (1994), prestando todos um contributo para desvincular a «Cultura da Idade do Bronze do Sudoeste» do mundo argárico. Entre os finais do 3º milénio e o séc. VIII a.C. o Bronze Final na área especificada é hoje entendido entre 1200 e 700 a.C. (Parreira, 1995, p.131). Mais recentemente, os trabalhos de Rui Mataloto na região do Alto Alentejo têm proporcionado novas leituras.

Na região da Beira Interior, destacam-se os trabalhos de investigação de Raquel Vilaça, que deram seguimento ao trabalho já anteriormente desenvolvido por Francisco Tavares Proença e Almagro Basch (Vilaça, 1995).

Relativamente à área da Beira Alta, os trabalhos de J. C. de Senna-Martínez forneceram um importante contributo à compreensão do Bronze Final na lógica do estudo do Grupo Baiões/Santa Luzia.

Para a região Norte, Susana Oliveira Jorge estabelece igualmente duas fases: a primeira entre 1250 a 1000 a.C. e a segunda entre 1000/900 e 700 a.C, esta última caracterizada pelos povoados de altura com aparente defesa natural ou artificial. (Parreira, 1995, p.29).

Para a área da Estremadura atlântica, muito debate tem existido. A primeira distinção desta área enquanto foco cultural, foi definido por H. Schubart, referindo o «Grupo do Tejo», que teve por base o estudo de cerâmica de tratamento e decoração brunida atribuída ao início do 1º milénio a.C. Distinguiu ainda a «Cultura de Alpiarça», definida por Gustavo Marques e Gil Miguéis de Andrade em 1974, baseada na cultura do «povo» indígena os *Cempsi* e em materiais arqueológicos específicos desta cultura como a fíbula de dupla mola «tipo Tossal Redó» e elementos de foice em sílex. O investigador José Morais Arnaud contesta esta teoria pelo facto de não existir esta tipologia no espólio recolhido à superfície em Alpiarça. Raquel Vilaça contesta também pelo facto «(...) de todo o raciocínio ter sido elaborado a partir de elementos com valor científico muito duvidoso decorrentes das suas condições de achamento: as recolhas superficiais não podem garantir a contemporaneidade das formas cerâmicas (...) nem de todas elas com a fíbula de dupla mola (...)» (Parreira, 1995, p.30 *apud* Vilaça, 1995).

As datações confirmaram as contradições referidas como reconhece G. Marques (1985). Contudo, o termo que designa este grupo cultural é normalmente associado ao binómio cerâmica brunida e metalurgia de filiação atlântica (Parreira, 1995, p.30).

Relativamente à área específica da região da Península de Lisboa o Bronze Final, é hoje aceite como tendo início no último quartel do 2º milénio a.C. (Cardoso, 1995, p.126).

Além dos estudos de âmbito generalista mais antigos já citados, verifica-se o importante contributo de autores, como Gustavo Marques, Eduardo da Cunha Serrão, Victor. S. Gonçalves, Ana Margarida Arruda, J. C. Senna-Martínez, Raquel Vilaça, Faustino de Carvalho, Ana Catarina Sousa, João Luís Cardoso, Rui Parreira, Júlio Roque Carreira, João Pimenta, Rui Mataloto, Elisa Sousa, entre outros autores, pelo intensivo estudo do povoamento pré e proto-histórico a nível local/regional, em especial, colecções cerâmicas, metálicas e líticas, provenientes de sítios da Península de Lisboa, que hoje subsidiam a interpretação de sítios arqueológicos como o Cabeço de Alcaíça.

De facto, só o conjunto das leituras de períodos pré-históricos anteriores e posteriores ao Bronze Final já efectuado para esta área, permite (re) pensar dinâmicas de povoamento e lógicas de sociabilidade. O processo histórico é por isso entendido como a sucessão contínua de momentos que o Arqueólogo reconhece em fragmentos, numa lógica de arrumação de ideias de forma a compreender essa sequência.

A bibliografia disponível ao estudo do povoamento pré-histórico nesta região é amplamente extensa, referindo-se algumas leituras de carácter genérico que ajudam a uma visão de conjunto prévia a este trabalho, como seja, a publicação pelo Museu Nacional de Arqueologia da obra «A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder.» (1995), tal como, o artigo de síntese «Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro» (Vilaça e Arruda, 2004), e as obras « Los Fenícios en Portugal: Fenícios y Mundo Indígena en el Centro y Sur de Portugal.(Siglos VIII e VI a.C.)», «A Baixa Estremadura dos finais do 4º milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional» (Cardoso, 2004), bem como artigos de referência sobre o povoamento durante o Bronze Final e a Idade do Ferro na área em estudo (Cardoso, 1990, 1995, 1999/2000), em regiões como as Beiras e a fachada atlântica (Martínez, 1989, 1990, 2002a , 2002b, 2007; Vilaça, 1995, 2007) e na área peninsular (Gálvez-Priego, 1998; Aubet, 1997).

Relativamente ao estudo de conjuntos cerâmicos são textos de referência o estudo do espólio do povoado da Tapada da Ajuda (Lisboa) (Cardoso, Silva, 2004) e igualmente os estudos sobre a cultura material que define o Grupo Baiões/Santa Luzia (Martínez, 1990; Represas, 2010).

Quanto aos estudos sobre arqueometalurgia encontram-se os estudos de carácter geral, sobre contextos de produção, desenvolvimento, difusão, utilização e deposição focados em artigos como «Aspectos e problemas das origens e desenvolvimento da metalurgia do Bronze na fachada atlântica peninsular (Martínez, 2004) e «Metalurgia do Bronze Final no entre Douro e Tejo português: contextos de produção, uso e deposição» ou «Depósitos de Bronze do território Português» (Vilaça, 2006) apoiados em estudos mais específicos como sejam «Caracterização química de produções metalúrgicas do Castro da Senhora da Guia de Baiões (Bronze Final)» (Valério, Araújo, Martínez, Vaz, 2006), e «Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronze Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus» (Melo, 2000)

Relativamente ao estudo tipológico dos metais em bronze, destacam-se sem dúvida, os trabalhos de Santa Ollala (1938-1941), baseados em paradigmas tipológicos através de associação entre proveniências geográficas diferentes e áreas culturais distintas para o Bronze peninsular. O segundo, estabeleceu a divisão entre Bronze Mediterrânico e Bronze Atlântico, este último subdividido em duas grandes fases: Bronze III (1200-900 a.C.) e Bronze IV (900 a 650 a.C.).

Assim a primeira fase do Bronze Atlântico integraria objectos como os machados de talão com dois anéis, machados com aletas, os punhais e as espadas de nervura central. A segunda fase, integraria objectos como machado de alvado, pontas de lança, foices, espadas e punhais de língua de carpa e ainda as navalhas de barbear. Esta periodização tecno-tipológica tinha por base ideias difusionista onde as migrações eram pensadas a partir da Europa Central (Bettencourt, 1998, p.18).

André Coffyn, em 1985, altera o paradigma afirmando o Bronze Atlântico como identidade geográfica, pautada pela produção de certos modelos em bronze (questão sócio-económica) tinha por pano de fundo relações entre países da costa atlântica (Bettencourt, 1998, p. 19).

Actualmente, os estudos arqueometalúrgicos, não pretendendo na maioria das vezes discutir exclusivamente o conceito cultural atlântico, abordam a questão à escala local/regional. Destacam-se obras de referência como a de Ana Ávila de Melo (Melo, 2000) e os estudos de Ana Maria Bettencourt (1998), além do recente projecto Metabronze dirigido por J. C. Senna-Martínez, cujo estudo incide sobre materiais metálicos em bronze, integráveis no Bronze Final, na área da Beira Alta. (Senna-Martínez, 2011).

De facto, a bibliografia geral é extensa. Contudo, os estudos de carácter local/regional para a Península de Lisboa durante o Bronze Final são escassos, dispersos e pouco atualizados, sem que deixem grande margem para discussão.

Na verdade, a maioria das colecções arqueológicas resultam de recolhas pouco criteriosas que remontam aos anos 60 e 70 do séc. XX, à superfície, descontextualizadas e em muitos casos, como a do Cabeço de Alcaíça, desaparecidas. Provavelmente durante as décadas de 60 e 70, vários sítios acabaram por ser «saqueados» disfarçadamente por curiosos da Arqueologia, sem que essas acções de recolha tivessem um propósito realmente científico, que subsidie a investigação do Bronze Final.

Esta situação originou que muitas colecções estejam hoje desprovidas de quaisquer elementos contextualizadores além das descrições das estações arqueológicas publicadas juntamente com os materiais.

Perante esta realidade desconfortável e desagradável à comunidade científica actual, foram sendo publicados alguns artigos relativos a sítios específicos por autores como Júlio Roque Carreira, Rui Parreira, J. L. Cardoso, Gustavo Marques, no sentido de colmatar lacunas informativas.

Creio que em consequência das razões acima descritas, e porque fazer o levantamento das lacunas pode ser um trabalho bastante moroso, foi progressivamente criada a ideia (que considero

ilusória) de uma certa «invisibilidade arqueológica» dos povoados de *habitat* do Bronze Final na área estremenha, o que durante alguns anos foi «justificando» a inércia da investigação arqueológica no terreno e a ausência de projectos que motivassem a realização de campanhas arqueológicas em sítios tantas vezes referenciados pela bibliografia e citados até actualidade, mas cujos dados carecem de reinterpretação por falta de investigação, que considero vitais à investigação actual.

A título de exemplo, refiro não só o sítio em estudo (Cabeço de Alcainça, Mafra), como o sítio da Serra da Amoreira (Loures), que considero semelhantes, quer no tipo de implantação, quer nas restantes características do sítio (espólio, estruturas amuralhadas à superfície), mas que nunca foram intervencionados, apesar de ser recorrentemente citados.

Contrapondo este panorama, existem alguns casos exemplares, nomeadamente, a estação arqueológica da Tapada da Ajuda, da qual existem datações publicadas e espólio devidamente contextualizado e publicado; o Penedo do Lexim, cujas intervenções e espólio revelaram níveis de ocupação do Bronze Final (Sousa, Valério, Araújo, 2004; Sousa, 2010), o sítio da Serra do Socorro também com ocupação do Bronze Final (Sousa, 2011), além do povoado de Santa Sofia (Vila Franca de Xira), cujos resultados foram recentemente publicados por João Pimenta e Henrique Mendes, arqueólogos do município.

Mesmo assim, creio que um dos maiores problemas é a ausência de datações aos materiais metálicos e dados faunísticos, palinológicos e carpológicos que apõem a parca informação existente. Neste contexto creio que a Arqueometalurgia detém um importante papel como auxiliar dos estudos sistemáticos de materiais cerâmicos.

Perante esta realidade, fica então a questão: passado meio século, qual o estado actual dos conhecimentos? Qual o panorama e perspectivas de investigação futuras neste campo disciplinar?

Parece-me que o termo mais adequado não é «invisibilidade arqueológica», mas talvez, uma *Arqueologia invisível*.

3. A ESTREMADURA E A PENÍNSULA DE LISBOA: ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

3.1 Geomorfologia

O território de Portugal, intensamente estudado por investigadores como H. Lautensach, O. Ribeiro e S. Daveau, é atravessado pela Cordilheira Central, definindo a fronteira entre o Norte e o Sul. Ao Sul pertence o Portugal Litoral Médio, que se subdivide nas regiões da Beira Litoral (Baixo Mondego) e Centro Litoral, esta última integrando a Estremadura. A esta unidade geográfica corresponde uma das mais proeminentes realidades físicas, nomeadamente o Maciço Calcário Estremenho, de altimetria variante entre os 400 e 600 metros, orientado a NNE-SSW, culminando na Serra do Montejunto (Boaventura, 2009; Ribeiro; Lautensach e Daveau, 1987).

O presente estudo incide sobre a denominada «Península de Lisboa», área limitada a Norte pelo baixo Mondego e a Sul e Sudeste pelo Tejo e a Nordeste pelo Maciço Central. A sua morfologia assemelha-se a uma península, forma acentuada pela acção erosiva da transgressão flandriana, aquando do prolongamento do estuário do Tejo para montante, formando uma ria que se estenderia até ao Zêzere (Martínez, 1990, p.2).

Destacam-se duas grandes unidades morfológicas na Península de Lisboa, de natureza sedimentar: na região oriental, relevos monoclinais, onde se situa actualmente a cidade de Lisboa e na região a Oeste e a Sul uma área extensa de planaltos, onde domina a Serra de Sintra. Estas duas regiões estão imperceptivelmente divididas pelos cursos de água que se dirigem para o Tejo e para o mar no sentido Norte-Sul (Dias, 1975,p.3). Como se refere Boaventura (2009), muito sucintamente, foram estipulados quatro conjuntos de formações geológicas para a área aqui em estudo: o conjunto de calcários, margas e arenitos do Jurássico Superior-Cretácico, cujos níveis de composição carbonatada predominante, originaram fenómenos de carsificação (lapiás, dolinas e cavernas), Por outro lado, os leitos geológicos resultantes da formação de bancadas do Cretácico, são constituídos por intercalações de sílex, recurso abundantemente utilizado durante a Pré-História. O segundo conjunto refere-se ao Maciço eruptivo de Sintra, constituído por filões e uma cintura de calcário metamorfizados, em associação com um núcleo sienítico com anéis graníticos e gabro-dioríticos. O terceiro conjunto denomina-se por Complexo Vulcânico de Lisboa, consequência directa da intensa actividade vulcânica durante o Cretácico final (70 milhões de anos). Constitui-se por rochas vulcânicas lávicas que resultaram de depósitos vulcano-sedimentares. A sua decomposição

fertilizou o solo envolvente, tornando-o apto a diversas culturas. O último conjunto é constituído por depósitos quaternários de cascalheiras e areias, que sabemos hoje, provavelmente muito utilizadas durante a fase mais antiga da pré-história. Os níveis mais recentes cobrem actualmente áreas antigas de estuário do rio Tejo (Ribeiro, Lautensach, Daveau, 1987). O substrato geológico, segundo Orlando Ribeiro (1987), é de importância relativa no estudo do povoamento e deve ser lido tendo em conta o relevo, o coberto vegetal e enquanto recurso natural disponível. Naturalmente, o geógrafo salienta a grande diversidade geológica da Estremadura, em especial na área da península de Lisboa, onde se interligam e interrompem um maciço granítico (Sintra), um maciço calcário, zonas aluvionares em conjunto com um maciço vulcânico (Complexo Vulcânico de Lisboa), isto é, um conjunto de realidades físicas e geológicas distintas.

3.2 O Tejo como entreposto de acesso ao interior

As planícies aluviais entre o rio Tejo e o Oceano Atlântico formam uma faixa estreita, de aspecto peninsular em período de transgressão flandriana em que o nível do mar seria 5 km superior ao nível actual (Sousa, 1998, p.32). De facto, a evolução geológica recente do litoral atlântico português revela uma fase transgressiva relativamente rápida, sendo que a estabilização do nível médio do mar mais próxima da cota actual se deu entre 5000 e 3000 BP (Martínez, 1990, p.12).

A rede hidrográfica da área em estudo é maioritariamente constituída por pequenos cursos de água, que não ultrapassam os 10/15 km de comprimento, à excepção da área geográfica da Ribeira de Cheleiros (Rio Lizandro), essa sim, uma bacia relativamente extensa. Esta área terá sido fortemente condicionada por uma densa rede de fracturas, motivadoras da actividade vulcânica, o que explica a orientação geral SE-NW dos cursos de água a Sul da Ribeira de Cheleiros, bem como o seu traçado mais rectilíneo de orientação N-S e E-W. (Dias, 1975,p.15).

Tendo em conta que o presente trabalho se reporta ao 1º milénio a.C., importa referir que a navegabilidade do Atlântico na fachada litoral Estremenha tem uma importância vital especialmente para o estudo da circulação de pessoas e bens (Daveau, 1993, p. 24-25), em particular durante o Bronze Final e a Idade do Ferro na Península de Lisboa. Se é verdade que durante toda a Idade do Bronze, sensivelmente a partir de 2500 a.C., a comunicação, o contacto com populações vizinhas, bem como trocas de matérias-primas se faziam pelo corredor fluvial tágico por via interior, é certo que na transição para a Idade do Ferro, novas formas de troca/ «comércio» surgiram, em particular com a chegada posterior, comprovada, de colonos orientalizantes, fenícios, vindo do Mediterrâneo próximo-oriental, onde a navegação estava já desenvolvida (Arruda, 1999/2000). Aliás, os Fenícios

eram já os principais fabricantes de embarcações resistentes, com sistema de navegação de bolina, capazes de fornecer frotas em madeira de cedro, do actual Líbano, às mais diversas comunidades mediterrânicas. Neste contexto, a sua posterior chegada à fachada atlântica por via mediterrânica, bem como o contacto com Sul e litoral estremenho de Portugal (Arruda 1999/2000, Elisa, 2012), é perfeitamente plausível, e é hoje comprovado por inúmeros vestígios arqueológicos, em especial pela produção anfórica para transporte de *garum*, vinho, azeite e pela presença abundante de tipologias cerâmicas «importadas» (a título de exemplo a cerâmica de tipo Kuass). (Sousa, E., 2005).

A. M. Arruda refere a inexistência de reservas quanto à relação existente entre as referências dos textos clássicos, nomeadamente de Estrabão, sobre o comércio marítimo na fachada atlântica por via mediterrânica e a localização dos vestígios arqueológicos ao longo do litoral peninsular (Arruda, 1999/2000, p. 23). De facto, sendo Olisipo um dos pontos principais durante a Idade do Ferro, naturalmente, as condições óptimas de navegabilidade do rio Tejo constituíram um factor determinante para essa realidade. Na verdade, a autora, faz na sua obra *Los Fenícios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VII-VI a.C.)* (Arruda, 1999/2000), uma breve, mas muito clara caracterização da navegabilidade na área referida, tendo em conta diversos factores: ventos, nebulosidade, agitação marítima, as correntes marítimas, bem como os sistemas de navegação orientais aí praticados, a par da referência aos sítios arqueológicos e respectivos materiais identificados em território português relativos ao período estudado e as eventuais dificuldades de navegação.

Relativamente aos ventos na costa estremenha, não predominaria a Nortada como provado pelas análises de conchas que levaram a concluir uma diminuição considerável do fenómeno de *upwelling* na fachada atlântica (Arruda, Vilaça, 2006 *apud*. Soares, 2004). Durante o Inverno, em particular nas bacias dos rios, a neblina e o nevoeiro apareceriam sobretudo durante a noite. O grau de nebulosidade ia aumentando no sentido S-N, sendo mais elevada nos períodos de Inverno. A agitação marítima junto à zona Oeste da Estremadura tem períodos curtos de agitação extrema (temporal) ou pelo contrário, períodos de ondulação quase nula. Naturalmente as correntes marítimas nesta área da fachada atlântica peninsular, que variam entre 0,2 e 0,5 nós, sentem-se nas desembocaduras dos rios, neste caso no Tejo. A sua intensidade diminui no sentido N-S. A.M. Arruda adianta que (...) *las corrientes marítimas de la costa portuguesa no afectan, de modo general, a la navegación.* (Arruda, 1999/2000, p. 25).

Os vestígios de embarcações datadas do 1º milénio a.C., utilizadas na navegação atlântica, foram detectados em contexto subaquático ao largo das ilhas Berlengas. São constituídos por cepos

de chumbo, preenchidos por madeira. As suas dimensões variam entre os 2.63m e 2.55m, pesando entre 422 e 423 kg (Arruda, 1999/2000, p.27). A relação entre a longitude e o peso destas embarcações indicam que a âncora poderia atingir os 6m, fazendo antever navios de grande porte. A datação de uma das embarcações indica a seguinte cronologia: ICEN-479: 2370 ± 80 BP, ICEN-630: 2320 ± 50 BP. A respectiva calibração através da curva de Stuiver e Pearson para 1 e 2 sigma respectivamente: 440-380 cal. a. C. e 511-432 cal. a.C. e 429-369 cal. a.C. (Arruda, 1999/2000, p.27). É importante salientar também a recolha de um fragmento cerâmico datado da primeira Idade do Ferro, onde está representada uma embarcação de características semelhantes às do grupo *hipoi*, encontrado em escavação na Baixa de Lisboa, constituindo mais um indicador de uma presença de embarcações orientais na fachada atlântica viável, (Sousa, E., 2011).

Evidentemente que tratando aqui do rio Tejo enquanto meio de acesso ao interior, é vital perceber de forma esta presença orientalizante na Estremadura, chegou até ao interior deste rio. Essa presença é comprovada pela escavação e todo o conjunto de dados recolhidos durante as campanhas arqueológicas dirigidas por Ana Margarida Arruda e Catarina Viegas, para a Primeira Idade do Ferro em Santarém. Esta dinâmica de comunicação entre o litoral atlântico estremenho e o interior da foz e bacia do Tejo é muito perceptível se observarmos a orohidrografia do litoral atlântico, entrando pela foz do Tejo e prolongando-se até à vizinha Espanha.

Apesar das condições aparentemente favoráveis, mas muito diferentes das mediterrâneas, navegar pela fachada atlântica não seria tão difícil. Assim, quem surgisse por via marítima para entrar pela foz do Tejo, não enfrentaria ventos fortes a N e NW, (Arruda e Vilaça, 2006, p.3). Porém, se não existiam ventos fortes, existia a nebulosidade nocturna. Naturalmente a navegação nocturna seria favorável durante a Primavera e o Verão, com céu limpo de forma que era possível a orientação pelas estrelas. A. M. Arruda refere que (...) La costa occidental de la Península Ibérica, con características poco propicias en lo que se refiere a las condiciones meteorológicas y oceanográficas, obligó a los comerciantes y navegantes del I milénio a.C. a un esfuerzo considerable, però que sin embargo no impidió que se desarrollara la actividad comercial por via marítima, ya que los viajes de regreso acababan por compensar los gastos energéticos del trayecto hacia el norte (Arruda, 1999/2000, p.29). Para apoio às embarcações, especula-se sobre a existência em terra de plataformas de apoio e orientação às embarcações. O sítio arqueológico de Espigão das Ruivas, em Cascais, pode ser assim considerado. Foram recolhidos materiais datados da Idade do Ferro numa plataforma de formato rectangular, de dimensão reduzida, implantada numa cota alta, num esporão rochoso com abundantes vestígios de acção de fogo. Funcionaria como um farol, segundo A. M. Arruda, (Arruda, 1999/2000, p. 29). Alguns sítios identificados com esta cronologia indicam grandes possibilidades geográficas favoráveis, com bacias e enseadas (Arruda, 1999/2000,

p.29). Sabemos que a foz do Tejo apresentaria boas condições naturais como zona portuária e de relativa facilidade de navegação. A abordagem oro-hidrográfica torna-se fundamental num trabalho deste carácter, quando a existência de um rio, como o Tejo, determina a presença humana, redes de povoamento, circulação de bens materiais, pessoas e ideias, em associação com exploração de recursos naturais, de forma tão perceptível. Além disto, a extensão e caudal do rio em causa, justificam uma maior atenção a este recurso natural.

O rio Tejo nasce na Cordilheira Ibérica, correndo de este para oeste. Encontra-se com o rio Zêzere, a partir de onde corre pela bacia sedimentar terciária até à foz estreitada pelas penínsulas de Lisboa e Setúbal (Baixa Estremadura). Desde a pré-história que a sua foz providencia um porto de condições óptimas, pelo facto do seu estuário permitir a navegabilidade e penetração para áreas mais interiores (Boaventura, 2009, p.24). Segundo Susane Daveau, o Tejo surge como um *palco da história de Lisboa* (Daveau, 1993). Contudo, parece-me um título um tanto limitador, dado que tanto o centro como o sul de Portugal tiraram e tiram proveito da sua extensão. O rio Tejo assume-se como a «espinha-dorsal» que separa a vertente atlântica da vertente interior de Portugal.

A península de Lisboa desde logo se adivinha geomorfologicamente complexa durante o 2º e o 1º milénio a.C. Assim, o rio Tejo dividir-se-ia em cursos de água de pequena dimensão, nomeadamente, o Rio Maior, Ribeira da Ota, Rio Trancão, Rio Jamor. Anexas a estes, a cartografia localiza também ribeiras que desaguam directamente no oceano Atlântico, tais como, o Rio Alcabrichel, Rio Sizandro, Ribeira de Sarafujo, Ribeira de Cheleiros e Ribeira de Colares. A complexidade da rede hidrográfica, com vales eventualmente mais amplos, contribui para uma intercomunicação entre espaços povoados, de componente agrícola bastante rica. A área costeira entre Peniche e a Serra de Sintra, onde se situa a bacia da Ribeira de Cheleiros, constitui uma plataforma rochosa de abrasão, de relevo acidentado, onde seria possível a navegação costeira através de baías naturais. A Ribeira de Cheleiros assenta sobre fundos planos e largos no terminal, com uma circulação condicionada por uma rede complexa de fracturas, de orientação Sudeste-Noroeste (Sousa, 1998, p.32)

A existência do Complexo Vulcânico de Lisboa em associação com a Serra de Montejunto, na realidade, não facilita a circulação no sentido sul-norte. Neste sentido, durante muito tempo, pelo menos até ao aparecimento do transporte ferroviário, a circulação de bens e pessoas fazia-se pelo próprio rio, que por via natural, as fazia circular para territórios interiores, como por exemplo o Alto e o Médio Alentejo (Boaventura, 2009, p.24).

A água do rio Tejo seria salobra, resultante da transgressão flandriana e consequente preenchimento por águas oceânicas. Esta transgressão fez-se sentir na orla costeira estremenha, determinando até uma maior compreensão de alguns povoados pré-históricos como o Zambujal e Vila Nova de São Pedro, pela comunidade científica (Boaventura, 2009, p. 25). Contudo, a orla costeira em arriba seria já dificilmente aportável.

As margas do subsolo estremenho, em consequência das movimentações tectónicas recentes, formaram vales que puseram em contacto as principais áreas de implantação das lagoas flandrianas do litoral estremenho entre o Tejo e o Mondego, em particular o vale das Caldas da Rainha (Martínez, 1990, p.4). Assim, as lagoas de Óbidos, S. Martinho/Alfeizeirão e Pederneira ficaram em contacto.

Durante o período do Bronze Final na Estremadura, o Vale do Tejo servia de «placa giratória» (conceito frequentemente utilizado por J. C. de Senna-Martínez), articulando o Norte, o Sul, o litoral e o interior. Seria um das principais vias de contacto, intercomunicação e circulação de matérias-primas, em especial produtos exógenos, como minerais e produtos metálicos não só em cobre e estanho, mas especialmente de ouro, recurso abundante nas planícies aluviais do Tejo (Kunst, 1990, p.122).

O mesmo acontece durante a Primeira Idade do Ferro: a monotonia morfológica da bacia terciária do Tejo oferece sobretudo na sua foz, *un excelente abrigo natural, un tranquilo mar interior, ya que la ancha zona calcárea aluvial acaba en delta en la ensenada interior de Lisboa*, como nos lembra A. M. Arruda (Arruda, 1999/2000, p. 21). A importância real desta via natural para o interior fica bem patente pela « (...) *presencia de poblaciones orientalizadas en el extremo interior del estuário, del que Santarém es el mejor de los ejemplos (...)*» (Arruda, 1999/2000, p. 21). Naturalmente, a fixação das populações também se pode pautar pela existência de solos muito férteis, que acompanham o curso desta via natural, que possibilitavam culturas como a vinha e a oliveira, base alimentar e até económica, em particular neste período.

3.3 A Península de Lisboa no final do 2º e início do 1º milénio a.C.

O termo Península de Lisboa apresenta-se aqui como uma unidade geográfica já amplamente estudada pela Arqueologia, nomeadamente por investigadores como J. L. Vasconcelos, O. da Veiga Ferreira, E. da Veiga, Eduardo Prescott Vicente, Gil Miguéis de Andrade, J. Roque

Carreira, E. Cunha Serrão, J. Alarcão, R. Parreira.V. S. Gonçalves A. M. Arruda, J. C. Senna-Martínez, M. Diniz, A. C. Sousa, J. L. Cardoso R. Boaventura, J. Pimenta.

No campo disciplinar da Geografia, os principais autores que se dedicaram ao estudo em pormenor desta região são Orlando Ribeiro, Suzanne Daveau e Herman Lautensach (1987).

A abordagem a esta área geográfica, integrada na designada Estremadura Atlântica, pretende contextualizar geograficamente a região da bacia da Ribeira de Cheleiros, (norte da Serra de Sintra), congregadora desde tempos pré-históricos de populações, como se percebe pelos trabalhos de investigação de A.C. Sousa, intitulado *O Neolítico Final e o Calcolítico na Ribeira de Cheleiros* (1998) e *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico Final e Calcolítico na Península de Lisboa* (2010) que aborda exaustivamente a ocupação pre-histórica desta região.

A Península de Lisboa considerada no presente estudo, tem por limites territoriais artificiais as áreas limítrofes de Alenquer, e Torres Vedras a NE e NW (confrontar anexos), delimitada pelo próprio litoral Atlântico na vertente Oeste, e Rio Tejo e respectivo estuário, a Sul e a Sudeste. Integra-se geomorfologicamente no Portugal Litoral Médio (*Kustengebiet Mittelportugals*), designação de Herman Lautensach (1987), especificamente no Centro Litoral, na faixa alongada da Estremadura (Sousa, 1998), onde se integra o rio Sizandro e a Ribeira de Cheleiros, importantes denominadores da paisagem, durante a pré e proto-história.

A paisagem da península de Lisboa é muito marcada pela variabilidade: planaltos calcários, uma plataforma litoral com vales encaixados na zona de Lisboa, planícies inundadas do Vale do Tejo e a Serra de Sintra.

De grande variedade litológica, a península de Lisboa, associada à componente tectónica e à existência de abundantes interflúvios de uma ampla rede hidrográfica (Boaventura, 2009), confere a esta área geográfica, uma riqueza, que já no 4º e 3º milénios a.C., se adivinhava congregadora de populações:« (...) solos férteis, boa insolação, relevos suaves, abundância de água e uma rede hidrográfica regular, amenidade climática e, ainda, a proximidade dos estuários do Tejo e do Sado, domínios abundantes de recursos, facilmente exploráveis ao longo do ano (...)» (Cardoso, 2004, p. 21). O clima na área geográfica da Estremadura para a cronologia abordada pode ser caracterizado por Invernos moderados ou tépidos na área litoral e frios ou frescos no Maciço Calcário. Os verões são frescos em especial no litoral entre Sintra e Aveiro, ou quentes no lado oriental dos principais relevos da área estremenha. Quanto à pluviosidade, sabemos que, segundo a geografia física, os factores que mais influenciam a sua variação são o relevo em associação com a proximidade do mar, bem como os ventos associados às correntes marítimas. Segundo O.Ribeiro, H. Lautensach e S. Daveau, a pluviosidade anual entre 1931 e 1960 variava entre os 1200mm e 1600mm anuais.

Neste estudo, interessa salientar que para as serras de Sintra e Montejunto, os valores oscilavam entre os 1000mm e os 900mm. Na fachada litoral oeste, entre Mafra e Alcobaça, os valores são mais baixos, balizando-se entre os 800mm e 600mm anuais.

Na região da península de Lisboa e na restante Estremadura, torna-se evidente a importância do controlo do espaço e das vias de comunicação. Fica bem clara esta ideia se se pensar que durante o Bronze Final, foram reocupados lugares estratégicos, antes abandonados sensivelmente por volta do 3º milénio (Martínez, 2002,p.111).

3.3.1. Paisagem e Território

Apesar dos dados paleoecológicos disponíveis para esta área durante o Bronze Final e Idade do Ferro inicial, serem escassos, existe a possibilidade de pensar sobre dados existentes para a margem Sul do Tejo e Alentejo Litoral para o 4º e 3º milénios a.n.e. Enquadrando-se climaticamente no Holocénico médio, num clima subhúmido de tendência a ficar mais seco, meso mediterrânico, fez proliferar o pinhal bravo (*Pinus Pinaster*), suplantado por um urzal alto (*Erica scoparia*), em especial em zonas de interflúvios. O carrascal esclerófilo (*Quercus coccifera* - carrasqueiro) substituiu gradualmente o carvalho português (*Quercus faginea*) em zonas de vale. Nas encostas secas e mais expostas surge a urze branca (*Erica arborea*), salgueiros (*Salix sp*) e o zambujal (*Olea europaea sylvestris*). Dados carpológicos e antracológicos realizados para a Estremadura aferem a existência de mata marescente de *Quercus faginea*, mediterrânica, onde a presença de outras espécies diferem consoante o grau de humidade ou aridez, nomeadamente *Fraxinus angustifolia*, *Populus*, *Salix* e *Ulmus*. (Boaventura, 2009, p. 23). Para a zona de Bombarral foram identificadas espécies como o medronheiro (*Arbutus unedo*), a giesta (*Cytisus striatus*), a urze branca e o carrasco. Na envolvente do sítio calcolítico do Zambujal, Torres Vedras, foi identificada a proliferação de pinheiro (*Pinus sp.*), de azinheira (*Quercus ilex*) e sobreiro (*Quercus suber*) sobretudo em encostas e de outras espécies como o choupo (*Populus sp.*), o freixo (*Fraxinus excelsior*) e o amieiro (*Alnus sp.*). Como lembra P. Queiroz, segundo Boaventura, o impacto humano no litoral norte alentejano acentuado durante o 4º e o 3º milénio a.n.e., terá tido como consequência a redução do coberto florestal, embora se tenham mantido os bosques de encosta. Dá-se contudo, a expansão de matagais. (Boaventura, 2009, p. 23; Martínez, 2002b,p. 79, Sousa, 2011).

Segundo as datações existentes para etapas de desflorestação na Estremadura (1600 a.C.), sabe-se que o *Quercus faginea* (carvalho cerquinho), tão comum nesta região, poderá ter cedido lugar ao carvalho negral (*Quercus pyrenaica Willd.*) em altitude, com manchas de carvalho

alvarinho (*Quercus robur* L.) na Serra da Sintra (Martínez, 2002b, p.79). Segundo J. C. Senna-Martínez, a presença do pinheiro poderá ter-se expandido pela fachada litoral estremenha, a par das florestas pantanosas de amieiros da periferia sul da «ria» do Tejo para as outras rias do litoral atlântico centro (Martínez, 2002b, p.79). A existência de espaços abertos é comprovada pelas análises ao povoado do Zambujal, onde é atestada a presença de aves como a perdiz, a codorniz, a abetarda e o faisão. Por outro lado, estes espaços abertos podem presumir a existência de espaços de pastagem de ovi-caprinos e cavalos (Martínez, 2002b, p.79).

Para o primeiro milénio a.n.e., como refere A. M. Arruda, o coberto vegetal mediterrânico terá proliferado de forma muito mais intensa no Sul do país, visto que as espécies da Europa atlântica (...) raramente sobrepasan el Baixo Mondego (...), (Arruda, 1999/2000, p. 19). Acrescenta ainda que espécies como o sobreiro, a urze branca, o medronheiro e adelfa caracterizavam paisagens de presença fenícia/orientalizante, a par de espécies perfumadas como o rosmaninho, a alfazema, o alecrim ou o tomilho (Arruda, 1999/2000, p.20). As análises polínicas disponíveis para Alpiarça, revelaram que a partir de 3000 a.C., a desflorestação intencional levou ao aparecimento de vegetação arbustiva, de urze, que suplantou um coberto vegetal predominantemente caracterizado pela existência de carvalhos, também típico de climas frios e secos de tipo mediterrânico (Arruda, 1999/2000, p. 21).

A nível regional, o estudo antracológico realizado para o Penedo do Lexim e São Julião, revelou uma paisagem sem grandes alterações do Tardi glacial ao Atlântico, com “a presença de componentes da paisagem mediterrânea, do substrato arbustivo (zambujais termoxéricos e matos esclerófilos cobrindo parte das vertentes calcária) e matas mesomediterrâneas de carvalho português e carrasco. (Sousa, 2011, p. 405).

3.3.2. Exploração de recursos e culturas praticadas

O padrão de povoamento já identificado para o lado Norte do Tejo, durante o Bronze Final aponta para sítios de *habitat* em destaque na paisagem nem sempre visíveis entre si, de reduzida dimensão, que raramente ultrapassam o meio hectare (Martínez, 2002a, p.111), rodeados por outros tantos povoados de dimensão menor, normalmente designados por «casais agrícolas».

A ideia da existência de um conjunto de sítios *habitat* de altura, em áreas com algum declive semelhante à zona do Complexo Vulcânico de Lisboa, apoiados por povoados abertos de pequena dimensão em cotas médias ou mesmo em zonas de vale, condiz não só com as características

geomorfológicas e arqueológicas do sítio do Cabeço de Alcainça, como serve de pressuposto ao estudo do modelo de povoamento durante os finais do 2º milénio a.C. na área da Península de Lisboa, ou seja, uma rede de povoamento ditada sobretudo pelos constrangimentos geofísicos do território.

Durante a transição do Bronze Final para a Idade do Ferro, a península de Lisboa era já um território de solos férteis, em especial pela componente vulcânica e pelas manchas calcárias dispersas, apta à produtividade agrícola. Os solos de Classe A cobrem mais de 50% da Estremadura. Contudo, na área mais a norte, são os solos de Classe F que dominam, geralmente ocupados por pinhais. À semelhança do que aconteceria na restante Estremadura, seria praticada uma policultura (praticada já durante o 4º e o 3º milénio provavelmente). Seria usual o cultivo da oliveira, (tal como na franja sul de Portugal, Alentejo e Ribatejo até à beira norte do Mondego) (Arruda, 1999/2000; Martínez, 2002, p.109), tal como a vinha e outras espécies frutícolas, cereais e hortícolas diversas (também comuns ao Alentejo e Ribatejo). O cultivo de alguns elementos como o trigo, a cevada, a fava e o linho, tal como os anteriormente referidos, eram já presentes no 3º milénio a.C., como demonstram os povoados do Zambujal, Vila Nova de S. Pedro e Pedra do Ouro (Kunst, 1990, p. 125; Martínez, 2002b, p.79).

Convém salientar que esta base alimentar agrícola seria ainda complementada com práticas de recolocção.

Consoante as áreas regionais/locais, aplicava-se o sistema de regadio ou sequeiro, tal como em período anterior (3º milénio a.C.). J. C. Senna-Martínez salienta que «A estrutura produtiva que, ao nível da subsistência alimentar, terá servido de suporte ao desenvolvimento destas comunidades, ao revelar a inexistência de elementos novos, em relação ao que serão os antecedentes regionais do Bronze Pleno implica uma reflexão na procura das dinâmicas subjacentes ao surgimento regional das comunidades do Bronze Final» (Martínez, 2000a, p. 110).

Para a Primeira Idade do Ferro, também na literatura clássica, nomeadamente em Estrabão (III,3, 1), a domesticação e cultivo, tanto da videira como da oliveira no Ribatejo, a primeira a partir de 650 a.C. são inferidas, demonstrado posteriormente pelas análises palinológicas disponíveis para Alpiarça, feitas por Leeuwaarden e Jansen, em 1985. Estas espécies caracterizavam um clima de pendor mediterrânico. Podemos afirmar que, se aplica verdadeiramente a trilogia «pão, vinho e azeite».

A grande diversidade geológica da Estremadura, em particular da península de Lisboa é caracterizada por interrupções de maciços granítico (Sintra) e calcário, zonas aluvionares e ainda pelo maciço do Complexo Vulcânico de Lisboa. A oro-hidrografia permite estabelecer uma dinâmica de comunicação entre o litoral atlântico estremenho e o interior da bacia do rio Tejo,

prolongando-se até regiões interiores, como fica provado pelos exemplos de povoados como Alpiarça ou de Santarém. Apesar da navegabilidade da fachada atlântica não ser fácil durante o 2º e o 1º milénio, não era impossível. Contudo, os dados apontam para uma comunicação interior entre regiões na transacção e comunicação entre povoados. A variabilidade da paisagem na península de Lisboa é marcada por planaltos calcários, uma plataforma litoral de vales encaixados na zona de Lisboa, a Serra de Sintra e ainda as planícies inundadas do Vale do Tejo, fazem deste território, um foco litológico variado, que aliado à componente tectónica o tornam fértil e apto à produtividade agrícola. Contudo, não permite uma agricultura extensiva, mas sim de policultura. Este estudo torna evidente a importância do controlo do espaço e vias de comunicação durante a proto-história, como se percebe pela reocupação de espaços estratégicos durante o Bronze Final. De facto, a complexidade da rede hidrográfica, de vales mais amplos e numerosos, contribui com certeza para uma intercomunicação entre povoados, de componente agrícola rica. A área compreendida entre Peniche e a Serra de Sintra, onde se situa a Ribeira de Cheleiros, constitui uma importante plataforma, de relevo acidentado, mas com eventuais baías naturais numerosas, apenas condicionadas por uma rede de fracturas naturais.

4. O CABEÇO DE ALCAINÇA. UMA LEITURA PRELIMINAR

4.1. Localização administrativa e toponímia

O presente trabalho pretende efectuar um estudo preliminar do sítio arqueológico denominado como Cabeço de Alcaíça, situado no lugar de Alcaíça, na freguesia de Igreja Nova, concelho de Mafra e distrito de Lisboa (Figs. 3 e 4 Anexos).

É frequente o mesmo local ser referido como Cabeço dos Moinhos, Cabeço dos Órgãos ou Cabeço de Alcaíça, na bibliografia específica e na cartografia.

Conforme se depreende pelo topónimo, o sítio pode ser caracterizado como uma elevação. Integra o Complexo Basáltico/Vulcânico de Lisboa, conforme a folha 402-1992 da Carta Militar (fig.2 – Anexos), elevado a cerca de 318 m de altitude. Localiza-se na coordenada W 10° 22' 33'' .723 e N 36° 56' 34'' .640 segundo o Datum de Lisboa e na coordenada UTM 29SMD 74,10/7,4.

O local integra a lista de sítios arqueológicos disponível on-line Endovelico (Direção Geral do Património Cultural), sendo que ao local correspondem dois códigos nacionais de sítio (6177/4620 respectivamente), em consequência da existência dos diferentes topónimos atribuídos.

Apesar disso, o lugar tem como topónimo actual Cabeço de Alcaíça, pelo que essa é a designação adoptada no presente estudo, além de se reportar à localidade mais próxima (dista 1 km do lugar com o mesmo nome, Alcaíça), o que torna o local mais rapidamente identificável no território.

O acesso ao local pode ser realizado pela Estrada Nacional 116 (Mafra-Lisboa). A Norte do cabeço avista-se Alcaíça, atravessada pela estrada que liga Malveira a Mafra (a mesma). O sítio é propriedade privada (parcelado). Na base do cabeço, verificam-se trabalhos agrícolas, bem como construções de âmbito habitacional recentes (últimos 10 anos). Pelo facto do sítio estar inventariado como sítio arqueológico e nunca ter sido alvo de intervenções arqueológicas, o acompanhamento arqueológico destas movimentações não foram requeridas considerando que estas florestações não requerem licenciamento por parte do município ou pela administração cultural competente. Na actual revisão do PDM, este local já se encontra referenciado, podendo reforçar a necessidade de acompanhamento arqueológico.

4.2 Caracterização geomorfológica

O Cabeço de Alcaíça encontra-se perfeitamente integrado na paisagem acidentada da Estremadura, incluindo-se nas diversas intrusões vulcânicas, que compõem o Complexo Vulcânico de Lisboa (ou Manto Basáltico de Lisboa), cronologicamente integrável no Cretácio Superior estendendo-se entre Mafra, Sintra e Runa, num total de 200 km² (Brilha, et al., 1998; Sousa, 2010). De facto, a concentração de fenómenos geológicos relacionados com o Maciço Eruptivo de Sintra, originou actividade vulcânica durante o Mesozóico, materializada hoje pela existência de cerca de 12 chaminés vulcânicas em toda a área da Ribeira de Cheleiros, conforme descreve A. Sousa (2010).

Apesar da inexistência de um estudo detalhado que me possibilite a análise geomorfológica e petrográfica do cabeço, isto é, dados relativos ao tipo de chaminé, tipo de lava expelida ou a profundidade do processo de solidificação do cabeço, as prospeções realizadas ao local permitiram verificar e registar fotograficamente evidências de actividade vulcânica.

A litologia do Cabeço de Alcaíça, tal como o Penedo do Lexim, revela por si só que esta elevação é também de natureza vulcânica, pela omnipresença do basalto, rocha ígnea, básica, de dureza 7 na escala de Moh's (determinada pela presença do mineral feldspato), extrusiva de arrefecimento e cristalização lenta e a altas temperaturas (1500 C°).

À semelhança do que se verifica no Penedo do Lexim, na área central do topo do Cabeço de Alcaíça, afloram prismas basálticos de secção hexagonal, de largura aproximada de cerca de 30/40 cm. (fotografias 10 e 11 – Anexos). Por essa razão, um dos topónimos do sítio, «Cabeço dos Órgãos», alude a essa característica, pelo facto de se assemelhar à estrutura de um órgão.

Estas estruturas dispõem-se semi-circularmente na área do topo da elevação, que deverá corresponder à área de maior concentração de magma antes da cristalização. Muitos dos prismas apresentam intervenções antrópicas, denunciados pelos sinais de corte horizontal, hipótese verificada em prospeção e na observação de reaproveitamento desses blocos no que parecem muros, estruturas delimitadoras do terreno das quais falarei adiante. As observações *in loco* permitem pensar na reutilização da matéria-prima local como recurso em tempos pré-históricos.

Como se perceberá adiante no presente estudo, a presença em grande escala de elementos não plásticos, em particular o feldspato, o quartzo e as areias vulcânicas nos fragmentos cerâmicos do conjunto cerâmico confirmam as informações acima descritas.

Na área envolvente do cabeço, em cotas mais baixas e predominam as rochas sedimentares (calcário), característicos da área e que dá o nome à principal estrutura natural geológica da Estremadura: o Maciço Calcário Estremenho.

4.2.1. A paisagem envolvente: a área da Ribeira de Cheleiros

O sítio em estudo integra a área a Norte da Serra de Sintra, na área de influência da Ribeira de Cheleiros.

Segundo a carta militar, o Cabeço de Alcainça atinge no topo cerca de 318 metros de altitude (figs. 6 e 7 - Anexos), tendo paralelos imediatos em altimetria com o Cabeço dos Cartaxos (230 m), Cabeço da Jarmeleira (289 m) e o Penedo do Lexim (223 m) os quais compõem a paisagem envolvente, como se percebe pelo perfil topográfico altimétrico da área da Ribeira de Cheleiros (Fig. A).

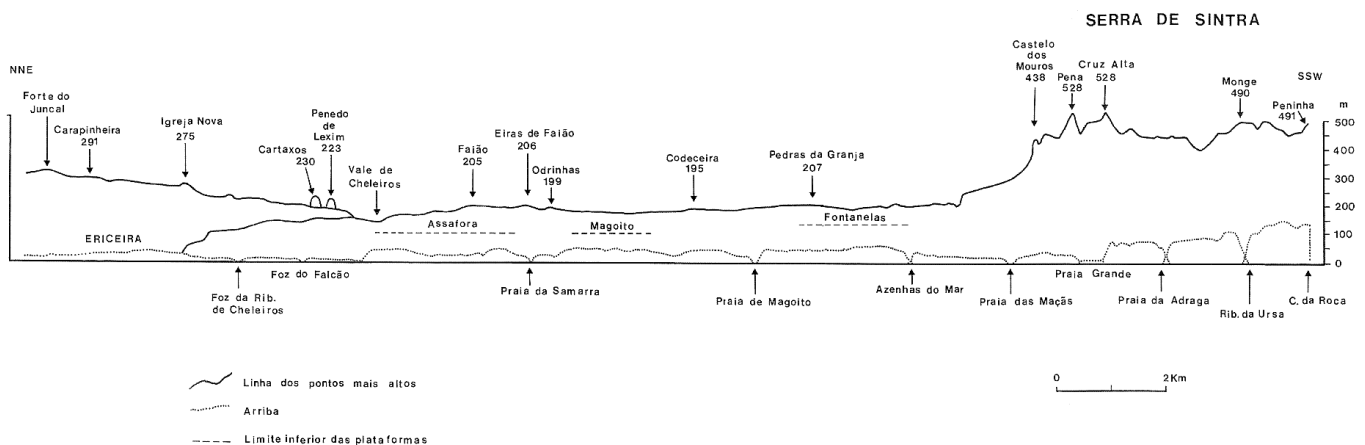


Fig A. Perfil topográfico com orientação NNE-SSW da Plataforma Litoral a Norte de Sintra (Dias, 1980)

A Sul, do topo do cabeço, além de uma grande visibilidade do mar e de extensa área envolvente, avistam-se os sítios arqueológicos já referenciados, o Penedo do Lexim e no lado Norte a Serra do Socorro (fotografias 8 e 9 - Anexos), ambos sítios arqueológicos relevantes no estudo da malha de povoamento pré e proto-históricos já identificados e alvo de investigação arqueológica cujas equipa integrei. O cabeço é actualmente densamente coberto por eucaliptal e perturbado por queimadas e constantes replantações que se realizam de 4 em 4 anos, pelo que é presumível um grau de destruição relativamente grande em contextos primários pelas movimentações de maquinaria pesada de apoio às operações de recolha de madeira.

Actualmente, uma das parcelas privadas foi alvo de desflorestação (2011), alvo de incêndio (2004) e queimada controlada pelo corpo de bombeiros do município de Mafra (2011), área que entretanto, cedeu novamente ao denso eucaliptal que caracteriza o sítio.

O facto é que a densidade florestal actual pela monocultura do eucalipto nem sempre permite uma boa visibilidade em volta do cabeço, situação que não corresponderia ao coberto vegetal durante os finais do 2º milénio a.C. pelo simples facto do eucaliptal integrar políticas recentes de florestação. Actualmente, grande parte da área da Ribeira de Cheleiros e mesmo a área de Sintra, é coberta por esta cultura que serve sobretudo a indústria do papel no fabrico de celulose. A Este, situa-se a Serra do Funchal (local também alvo de prospecções recentes no âmbito do PNTA da área), elevada a 428 metros, separando-os um vale por onde passa a via férrea do Oeste e a «Ribeira Grande», também designada por «Ribeira dos Tostões», «Ribeira de Cheleiros», «Ribeira dos Tostões» e «Rio Lizandro». A Sul do cabeço situa-se um outro, o Cabeço da Jarneleira com cerca de 278 metros de altitude onde até ao momento não foi identificado qualquer vestígio arqueológico

4.3 Historiografia

Apesar da reduzida informação existente para o sítio, Cabeço de Alcaíça tem um historial de investigações centenário, acompanhando a própria História de Arqueologia da região.

A descoberta centenária e as primeiras pesquisas arqueológicas na região

O Cabeço de Alcaíça é conhecido enquanto sítio arqueológico na bibliografia arqueológica portuguesa desde os inícios do século XX por José de L Vasconcellos (1904), autor que chega a referir-se ao sítio em 1891, no âmbito da descrição da paisagem envolvente (Sousa, 2010, p. 46).

A bibliografia existente sobre o sítio e os achados, integra uma notícia («IX – Xorcas de bronze de Alcaíça») do «Archeologo Português», volume 24, p. 195, estampas XXI (figuras 12 e 14 do artigo) e estampa XXIII (figuras 11, 13, 16 e 17 do artigo) onde é referido que no início do século XX (1904), a repartição de Minas do Ministério das Obras Públicas, enviou ao Museu Etnológico um conjunto de cinco xorcas e um remate de uma bainha de um punhal, em bronze, provenientes do então denominado Cabeço dos Órgãos.

Também Estácio da Veiga se refere ao Cabeço de Alcaíça: «Em breve tempo me achei n'uma região basáltica das mais opulentas que tenho visto. Enormes massas prismáticas, umas

isoladas e outras compondo soberbos grupos, determinavam a essência geológica d'aquelles recortados corочеos, que desde larga distancia estavam incitando a curiosidade do observador, como sucede a quem se apróxima da Serra dos Órgãos, em Alcaíça, outra distinctíssima formação basáltica columnar dos campos de Mafra (...)» (Veiga, 1879, p. 29).

Ainda no século XIX, a Comissão dos Serviços Geológicos desenvolveu trabalhos de cariz arqueológico em Mafra, que incluíram o Penedo do Lexim, em 1879, dirigidos por Joaquim Scolla, cujo espólio está actualmente depositado no INETI/IGM/. (Sousa, 2010.). Curiosamente, apesar do interesse geológico do Cabeço de Alcaíça, não existe qualquer referência a recolhas arqueológicas neste sítio.

Também importa destacar a recolha de um machado em bronze, por Possidónio Silva, membro fundador da *Real Associação de Architectos civis e Archeólogos portugueses*, em 1892 (Sousa, 2010), o qual se encontra representado abaixo. De factos, os indícios de ocupação durante a Idade do Bronzena área envolvente do Cabeço de Alcaíça, são pautados pelos achados no Lexim e da Serra do Socorro, entre outros, que serão abordados mais adiante neste trabalho.



Fig. B Desenho de machado recolhido no Penedo do Lexim por Possidónio da Silva (Sousa, 2010, p.46, apud Martins, 1999, fig. 126: ANTT Correspondência...t,XXIV, em 8ª, doc. 4981., 1894)

As novas pesquisas nas décadas de 70

O Cabeço de Alcaíça, foi prospectado por Eduardo Prescott Vicente e Gil Miguéis de Andrade durante os anos 70 do mesmo século. Estes autores, “amadores” efectuaram numerosas pesquisas na região nomeadamente E. Prescott Vicente em Negrais e Olelas, com Eduardo da Cunha Serrão.

Estas pesquisas encontram-se publicadas em artigo intitulado de «A estação arqueológica do Cabeço de Moinhos. Breve notícia.» in *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, I, Coimbra, 1971. A reter do artigo, penso ser importante a menção aos trabalhos de prospecção, de onde resultou um conjunto de materiais arqueológicos, quer cerâmicos, quer metálicos, (Vicente, Andrade, 1970, p. 226)., hoje indisponíveis para estudo:

«Incluída no concelho de Mafra, tem a pouca distância, e pelo norte, a povoação de Alcaínça e a estrada que liga a Malveira a Mafra. Por leste, uma outra elevação com maior altitude, 428 metros, a «Serra do Funchal» - onde também encontramos materiais arqueológicos – é separada dela por profundo vale onde a via férrea do Oeste e a ribeira «dos Tostões», «de Cheleiros» e «Lisandro». A Sul e a pouca distância está uma outra colina de menor altitude, 287 metros, o «Cabeço da Jarmeleira». Pelo Oeste, em terreno de cota inferior a 200 metros, passa a estrada que da vila de mafra conduz à estação de caminhos de ferr» (Vicente e Andrade, 1971, p.225)

(...) O cabeço era de fácil defesa, pois tem encostas muito íngremes e do cimo a vista domina a paisagem. Onde as encostas são menos inclinada, teria havido muralhas que o tempo e os homens arruinaram, cujos restos, parecem fazer hoje parte dos muros de suporte das terras. O acesso à estação é difícil: além de íngremes encostas, há taludes revestidos por muros em grande extensão. O mais fácil é por longos caminhos que vão subindo e contornando o monte. Um deste, circundante por leste e por norte, parece ter sido estabelecido, em parte, sobre a muralha derrubada. No cimo, aflora uma rocha em prismas (talvez basalto), prismas que foram arrancados em grande parte, utilizados em muros e talvez até em construções na época em que a estação teria sido habitada. Em algumas encostas há mato cerrado e o Cuma está, em grande parte, coberto por eucaliptos, uns de grande porte, outros plantados há poucos anos, o que impede, por agora, qualquer escavação metódica. O nosso modesto trabalho é resultado de simples prospecções e, por isto consideramos sob reserva algumas das nossas conclusões, quer acerca do exame da estação, quer do estudo dos materiais recolhidos. Estes apresentam características que julgamos inéditas no ambiente arqueológico da região, razão de ser desta simples notícia.»

(Vicente e Andrade, 1971, p.226).

Os estudos arqueológicos dedicados à Idade do Bronze na área de Lisboa intensificaram-se desde sensivelmente os anos 50 do século XX. Refira-se a título de exemplo, o interesse de Leonel Trindade pelas investigações na área de Torres Vedras, onde exercia o cargo de Director do museu municipal, actualmente designado pelo mesmo nome em homenagem. Pela sua grande amizade a O. da Veiga Ferreira, foram desenvolvidos trabalhos que hoje contribuem para um melhor conhecimento da área, em sítios como o Cabeço da Arruda, a Gruta da Cova da Moura ou Serra da Vila (Cardoso, 2008, p. 26). Também E. Jalhay efectua um estudo do Bronze de Torres Vedras, referindo pela primeira vez as ocupações da Serra do Socorro (Jalhay, 1946).

Monitorização e conhecimento

Após os trabalhos de E. Prescott Vicente e E. Cunha Serrão registaram-se referências ocasionais.

Entre outros factores, o sítio é frequentemente citado em variados artigos relativos sobretudo aos estudos da Idade do Bronze em Portugal, com duas exposições marcantes, nomeadamente na «Lisboa Subterrânea» (Arruda, 1994) e na «Idade do Bronze em Portugal» (Jorge, XXX). As publicações referem-se sobretudo a uma presença marcada no Bronze Final, atestada pelas cerâmicas e metalurgia.

Cabeço de Alcainça tem vindo a ser monitorizado pelo Gabinete de Arqueologia do Complexo Cultural Quinta da Raposa (Museu Municipal da Câmara de Mafra) tendo-lhe sido atribuído um código de inventário, nomeadamente IGN.006 (Igreja Nova), utilizada na base de dados do referido museu.

Recentemente foram realizadas prospecções no âmbito do Projecto Lex-Pov, sob a direcção da Ana Catarina Sousa, Marta Miranda e Carla Matias durante os anos de 2000 (Abril), 2001 (Agosto e Dezembro) e 2004 (Abril). Os materiais recolhidos foram depositados no Depósito Oficial de bens Arqueológicos da Câmara Municipal de Mafra, protocolado com o Instituto Português de Arqueologia (2000) e com o IGESPAR (2008).

4.4. Trabalhos efectuados – a prospecção

Conforme referido no ponto anterior, desde o ano 2000 que têm sido feitos esforços por parte do Gabinete de Arqueologia do município de Mafra de caracterização de alguns dos sítios arqueológicos referenciados do concelho. O sítio do Cabeço de Alcainça é um desses casos. Por essa razão, a equipa municipal de arqueólogas Ana Catarina Sousa, Marta Miranda e Carla Matias, prospectaram o sítio diversas vezes não só no âmbito de preservação do sítio, mas também para recolha de informação para o projecto Lex-Pov sob direcção de Ana Catarina Sousa. As referidas acções decorreram entre: Abril de 2000, Agosto e Dezembro de 2001 e Abril de 2004, esta última motivada pelo efeito destrutivo de um incêndio (fotografias 3 à 18 - Anexos). Destas acções, resultou um conjunto de informação vital para o presente estudoⁱ, não só em espólio arqueológico, como em registo fotográfico de estruturas bem visíveis à superfície que abordarei mais adiante.

Em 2011, no âmbito do presente trabalho, retomaram-se os trabalhos de prospecção procurando obter mais informação georreferenciada e testando as leituras efetuadas pelos investigadores anteriores. Foram realizadas três saídas de campo no âmbito da disciplina de 2º Ciclo

em Arqueologia «Métodos e Técnicas de Registo de Campo», dirigidas pela coorientadora Ana Catarina Sousa, a primeira no dia 12 Março, com a colaboração de Catarina Furtado, Miguel Dias, Rui M. Soares, Vítor Santos e Michele Santos. A segunda prospecção realizou-se já no dia 5 do mês de Julho em 2011 com a colaboração de Sara Garrido, Bernardo Cardoso e Emili Norden Ramos. Complementarmente, foi efetuada uma última prospecção em Outubro do mesmo ano, com Inês Castelo, Giovanni Muccioli e João Araújo.

As acções de prospecção efectuadas resultam numa reflexão sobre a necessidade de voltar ao local e dar continuidade á investigação principalmente pelo facto do sítio ser densamente coberto pelo eucaliptal que tem impossibilitado uma melhor observação a vários níveis: por um lado a má percepção de eventuais concentrações de materiais arqueológicos à superfície bem como uma perspectiva pouco clara da disposição e correlação entre estruturas arqueológicas identificadas (muros em pedra seca). Por outro, considero que essas revisitações ao local devem acontecer em diferentes estações do ano e em especial, no imediato momento pós-desflorestação do local, de forma a ter uma perspectiva mais abrangente sobre as potencialidades do sítio e fazer um levantamento o mais rigoroso possível das estruturas referidas.

4.4.1 Planeamento e metodologia

Conforme referi no primeiro ponto, realizar uma prospecção de reconhecimento exige naturalmente um planeamento faseado e planificado, isto é, a recolha de informação bibliográfica para definição de um objecto de estudo, a posterior consulta de dados cartográfico e a consequente elaboração de um questionário prévio à investigação *in loco*, isto é, uma ficha de registo de prospecção (p. 120 - Anexos).

A preparação da primeira prospecção ao Cabeço de Alcaíça em 2011 já no âmbito deste trabalho exigiu a recolha prévia dos dados existentes, nomeadamente, bibliografia específica (com especial atenção à que se refere a descrições pormenorizadas do sítio), bem como a consulta de cartografia e dados existentes na base de dados do Museu Municipal de Mafra sita no Complexo Cultural Quinta da Raposa, em especial, todo o registo fotográfico já feito, bem como uma breve análise das características gerais dos materiais arqueológicos cerâmicos já inventariados recolhidos no sítio em 2000 e 2001 nas intervenções mencionadas. Após essa etapa e já percebido o potencial arqueológico de uma outra prospecção ao sítio, foi elaborada uma ficha de prospecção e planeada a visita ao local.

A ficha de prospecção foi elaborada de acordo com o objecto de estudo e portanto, não sendo a realidade geográfica completamente desconhecida, foi elaborado de forma a corresponder a uma cábula sobre os aspectos geográficos (litologia, geomorfologia), geológicos (tipo de solo) arqueológicos fundamentais, no sentido em que a visita ao sítio é esporádica e para verificação de dados. A recolha desses dados revelou-se vital a este estudo. Pelo facto do Cabeço de Alcainça constituir um relevo íngreme em determinados pontos, e estar coberto por vegetação alta e eucaliptal serrado, foi definido um grupo entre 4 a 5 pessoas para prospectar o local.

Relativamente ao equipamento utilizado, optei pelo dispositivo de georeferenciação (GPS Garmin) de forma a poder verificar a altimetria do sítio e georeferenciar áreas específicas, como zonas de concentração de materiais ou localizar estruturas. Contudo, consciente de que o erro dos valores retirados do aparelho pode ser de 6 metros de altimetria, consoante a qualidade do equipamento e também a densidade florestal do local georeferenciado, os valores obtidos (altimetrias) e coordenadas geográficas necessitam de verificação assim que a densa vegetação possibilitar.

As recolhas de materiais arqueológicos foram igualmente planeadas. Em primeiro lugar, foi definido o tipo de recolha. Tendo em conta que este estudo deve ser baseado em materiais classificáveis que consigam fornecer informação útil à primeira abordagem ao sítio arqueológico, ficou definida a recolha limitada a materiais identificativos. Ao nível do espólio cerâmico, foram privilegiados os bordos, fundos, carenas, pegas, asas, ou bojós que apresentam alguma característica reconhecível importante ao estudo (decoração, perfuração, tratamento de superfície excepcional, morfologia reconhecível, pastas de diferentes composições relativamente ao expectável). Relativamente aos materiais líticos (incluindo pedra afeiçãoada) ou objectos metálicos, seriam recolhidos sem nenhum critério específico.

A recolha dos materiais obrigou ao seu registo e correcto acondicionamento. As fichas de material utilizadas foram cedidas pelo Complexo Cultural Quinta da Raposa (Museu Municipal Câmara Municipal de Mafra), dando continuidade ao tipo de registo que já vinha sendo efectuado pela instituição, cujos critérios foram definidos por Ana Catarina Sousa e utilizados na identificação de todo o espólio, incluindo o conjunto do Penedo do Lexim. Os campos de preenchimento dizem respeito ao nome da estação arqueológica, o número de inventário da peça, a unidade estratigráfica (contexto de recolha), o ambiente, a descrição da peça, a quadrícula (neste caso não se aplica), o número da peça, as coordenadas (X, Y e Z), a data, o sector de recolha e ainda as observações.

4.4.2 Resultados e perspectivas

Na bibliografia o Cabeço de Alcaínça é descrito como elevação de encostas por vezes íngremes, de fácil defesa e com bom domínio de paisagem. É presumida a existência de estruturas em muralha nas áreas de encosta mais íngreme. O acesso ao sítio é difícil, não só pela inclinação das encostas, mas também pela existência de taludes cobertos por muros de grande extensão, sendo feito por dois caminhos (a Este e a Norte) sobre suposta muralha derrubada. E. P. Vicente e G. M. Andrade relatam ainda a existência de prismas basálticos que afloram do substrato rochoso no topo do cabeço, alguns apresentando sinais de corte, talvez para reforço de estruturas defensivas. Os autores referem também o mato denso (eucaliptal) como dificuldade principal para eventuais trabalhos arqueológicos (Vicente e Andrade, 1971), constrangimento que ainda hoje se verifica. De facto, a descrição de E. P. Vicente G. M. Andrade do sítio, não destoa com a realidade actual. Acrescento que a destruição de contextos arqueológicos se prevê grande.

A rota definida de acordo com a cartografia, permitiu-nos percorrer o local até ao topo pelo caminho circundante referido no artigo citado.

Neste sentido, a ficha de registo foca seis pontos que creio fundamentais, estabelecidos por Ana Catarina Sousa no âmbito do Seminário de Métodos de Registo de Campo, que julgo resultar num conjunto de dados relevantes na abordagem a um sítio arqueológico com as características apresentadas (p. 120 - Anexos).

O primeiro diz respeito a registo de dados sobre o sítio. O segundo ponto responde à georreferenciação do lugar O terceiro ponto diz respeito ao tipo de prospecção. O quarto ponto é relativo à descrição da paisagem. O quinto item é relativo ao registo de vestígios arqueológicos. O sexto e último ponto diz respeito a todo o tipo de informação complementar que possa ser recolhida por documentação histórica ou informações orais recolhidas nos habitantes locais.

Uma vez definidos estes parâmetros, a prospecção decorreu de acordo com um plano claro. Um dos objectivos principais consistiu em confirmar ou não, as informações presentes no artigo de Eduardo Prescott Vicente e Gil Miguéis de Andrade. De facto, foi possível constatar a fidelidade desses dados relativamente ao sítio: por um lado, a boa defensibilidade que o sítio apresenta, o domínio circular sobre a paisagem envolvente; por outro, ficou confirmada a presença de taludes revestidos por muros de grande extensão, bem como a existência de caminhos que conduzem ao topo do cabeço no lado Norte e Este, que segundo os autores, talvez corresponda a um derrube de muralha que acabou por se tronar no melhor acesso ao topo. (fotografias 12 à 18 - Anexos).

No topo do cabeço, a presença muito marcada de prismas em basalto foi registada, bem como a utilização do mesmo material na (re) construção de amuralhamentos que surgem por toda a área elevada do cabeço, alguns prolongando-se até cotas mais baixas acompanhando o declive das encostas (fig.), ou na construção de estruturas de caracterização por agora, imperceptíveis, pela densidade da vegetação que impossibilitou uma melhor visualização do espaço.

4.4.2.1. Distribuição da ocupação

A utilização do equipamento de georeferenciação (GPS) permitiu definir algumas zonas de maior e menor concentração de materiais e a georeferenciação dos mesmos, como demonstrado pela tabela seguinte:

Cabeço de Alcainça - Dispersão de materiais à superfície		
	Zona 1 (topo - afloramento)	Zona 2 (área contígua de taludes)
Recipiente	Taças, vasos troncocónicos e hemisféricos	Recipientes armazenagem (vasos e globulares)
Morfologia	Formas abertas carenadas (carenas alta, média, baixa e carena de ombro)	Formas abertas simples e fechadas (globulares)
Trat. Superf.	Tratamento de superfície polido e brunido	Sem tratamento de superfície
Decoração	Decoração na superfícies externa com ornatos brunidos	Incisões, marcas tipo «a cepillo» em superfície externa.
Fundo	Ausente	Aplanados e planos

Tabela 1 – Dispersão de materiais arqueológicos à superfície

O trajecto efectuado nas várias prospekções visou a observação da superfície em cotas diferenciadas, de forma a perceber uma maior ou menor concentração de materiais arqueológicos no topo ou no declive da encosta. De acordo com as várias altimetrias determinadas, nota-se uma concentração maior de materiais arqueológicos no topo (318 m, 317 m, 316m, 314m), já anteriormente prospectada e registada como Zonas 1 pelo Gabinete de Arqueologia de Mafra, caracterizada pela concentração de materiais associados ao Bronze Final (cerâmica com decoração e tratamento de superfície brunido). Essa concentração foi verificada, em particular na área mais aplanada do topo do cabeço.

Em cotas mais baixas, sensivelmente a 309m e 225 m, foi definida a Zona 2, cujos materiais de superfície parecem corresponder a uma diacronia ocupacional relativamente grande, que penso remontar ao Neolítico Antigo (recolha de materiais líticos como restos de talhe e lamelas, e ainda um bordo cerâmico com decoração de falsa folha de acácia) e Bronze Final (fragmentos de fundo). Na mesma área, no caminho de acesso ao topo definido pela maquinaria pesada de recolha de madeira, referido também nas descrições de E. P. Vicente e G. M de Andrade, foi encontrada uma

conta de colar em cornalina à superfície, cuja cronologia é difícil de estabelecer pela existência de paralelos no Neolítico, Calcolítico, Idade do Bronze e Idade do Ferro.

Durante os trabalhos do Gabinete de Arqueologia de Mafra, uma habitante local da área envolvente à estação arqueológica aqui tratada, informou que teria encontrado durante o revolvimento de terras em trabalhos agrícolas, um conjunto considerável de contas que pela descrição, deviam ser oculadas.

4.4.2.2. Estruturas

Relativamente às estruturas supostamente existentes no Cabeço de Alcaínça referidas por E. P. Vicente e G. M. de Andrade, semelhantes a muralhas e um talude, parecem ter sido comprovadas nas várias saídas de campo realizadas. Só em duas campanhas de prospecção ficaram claramente visíveis grandes troços das referidas estruturas, uma em 2004 após um incêndio e outra em 2011 aquando da desflorestação de uma das parcelas privadas, (Fotografias 4, 12 e 13 – Anexos).

Distinguem-se dois tipos de estrutura: no topo do cabeço, as estruturas carácter natural resultantes do arrefecimento e cristalização da lava, que originou o afloramento de prismas basálticos e as de carácter antrópico.

Tal como já tinha mencionado, os prismas evidenciam sinais de corte, provavelmente para reutilização em outras estruturas antrópicas que se assemelham a muralhas não de contenção de terras, mas delimitadoras do território com as seguintes características:

1. Alinhamentos perpendiculares às curvas de nível, funcionando como taludes; (fotografia 15 – Anexos)
2. Alinhamentos longitudinais desde a área do topo até cotas mais baixas, acompanhando o declive da elevação; (fotografia 17 - Anexos);
3. Alinhamentos semicirculares, que segmentam as estruturas;

Estas estruturas em pedra seca são constituídas por blocos basálticos (matéria-prima endógena), dispostos um tanto anarquicamente. A cronologia não é fácil de determinar, muito embora seja plausível que algumas destas estruturas possam ser mais recentes. Note-se o reaproveitamento de um elemento de mó (dormente) num dos troços. (fotografia 14 - Anexos).

Contudo, não deixa de ser curioso que no sítio do Penedo do Lexim tenham sido reconhecidas estruturas semelhantes a muralhas, que à primeira vista pareciam igualmente de cronologia recente.

Contrariando as expectativas, as escavações arqueológicas no sítio revelaram a contemporaneidade destas estruturas com os níveis arqueológicos escavados, de construção faseada e com plantas e cronologias claramente pré-históricas. Nesta perspectiva, não descarto a hipótese das estruturas identificadas corresponderem a um contexto semelhante. A serem de cronologia recente, serão com certeza reconstruções de muralhas pré-existentes, essas sim, provavelmente pré ou proto-históricas. É uma hipótese que só a escavação arqueológica poderá esclarecer.

O facto é que o registo cadastral do sítio actualmente não coincide com as divisões parcelares delimitadas por essas estruturas. Verificam-se também, alguns indícios de estruturação ocasional, que se assemelham a estruturas relacionadas com a pastorícia (currais ?), pelo menos quanto à forma (fotografias 12 e 13 - anexos).

Durante as observações no local, a cerca de 230m de altitude, verifica-se a existência do que parece ser um talude, contendo as terras e delimitando quadrangularmente a área em volta. Essa zona coincide com uma das concentrações maiores de fragmentos cerâmicos, em particular, fragmentos de fundo plano e bojos com decoração brunida.

As razões prováveis subjacente a eventual construção deste tipo de estruturas, ao qual muitos investigadores apelidam de «fortificações», poderá estar relacionada apenas com uma lógica de territorialidade e não com questões de necessidade de defesa propriamente ditas, como realça R. Vilaça: «Por vezes aplicam-se expressões como «muralha» e «fortificação» a construções, que podem ter tido uma mera função delimitadora ou divisória do espaço sem carácter defensivo explícito» (1995, p.604).

Parece-me com alguma segurança, que existiu de facto um aproveitamento intencional do tipo de implantação e a defensibilidade natural do sítio, que poderá ter sido reforçada, com fins desconhecidos para já.

Como nos lembra R. Vilaça, pensar a questão dos povoados delimitados por estruturas «amuralhadas» /«fortificadas» para a região da península de Lisboa não é fácil a avaliar pelos escassos estudos sistemáticos efetuados para a cronologia aqui tratada: «Refiram-se por exemplo, no Baixo Tejo, os casos do Castelo da Amoreira (Loures) e do Cabeço dos Moinhos (Mafra), ambos povoados com materiais do Bronze Final e em relação aos quais é referida a presença de possíveis muralhas, mas cuja cronologia e existência têm de ser esclarecidas» (Vilaça, 1995. p.601).

Podemos contudo, ter como parâmetro de comparação a área da Beira, onde o registo arqueológico é rico em referências a âmbitos cronológicos e estruturas semelhantes em povoados altura, cujos contextos escavados revelaram três características comuns: o predomínio das cerâmicas carenadas e brunidas, vasos de armazenagem e fragmentos de molde cerâmico para objectos metálicos (Vilaça, 1995, p. 600).

Apesar das referências, creio que escasseiam os estudos arqueológicos que permitam sistematizar a informação e repensar toda a questão para o Bronze Final nas várias regiões peninsulares, em parte resultado da dispersão de dados, a disparidade entre dados publicados e não publicados e em última análise as assimetrias regionais que têm de ser tomadas em consideração na área peninsular.

Um projecto de estudo futuro nesta matéria deveria ter em conta por um lado a definição de cronologias, bem como a análise das soluções técnico-construtivas cujo objectivo ideal seria a distinção entre «área de habitat delimitadas» e «povoados fortificados», cujas lógicas subjacentes à sua concepção nos finais da Idade do Bronze seriam diferentes.

A título de exemplo refiro o estudo recentemente coordenado por Maria de Jesus Sanches (2008) sobre o Crasto de Palheiros (Fragada do Crasto, Murça), cuja abordagem ao aproveitamento antrópico do relevo quartzítico e transformações no âmbito da delimitação de espaços de habitat releva que a divisão do espaço obedeceu a diferentes lógicas de implantação consoante os vários momentos pré-históricos. (Sanches, 2008, p.21).

4.4.2.3. Diacronia de ocupação

A recolha dos materiais, permitiu, com alguma segurança, aferir que a diacronia de ocupação desta estação arqueológica é provavelmente longa, à semelhança do que acontece no sítio do Penedo do Lexim, hipótese evidenciada pela recolha de materiais característicos do Neolítico Antigo, Idade do Bronze, Idade do Ferro e Romano Alto Imperial.

Parece existir uma relação ainda difícil de clarificar entre os vários povoados de altura já identificados na área envolvente do Cabeço de Alcaínça que evidenciam ocupações mais recentes nos topos, cotas altas normalmente entre os 200 e os 300 m (figura A) como é o caso do Penedo do Lexim e Serra do Socorro, tema que abordarei adiante neste trabalho. Por outro lado, também a questão anterior relativa à função das estruturas em pedra seca no sítio não permite adiantar informações de carácter cronológico pela longa diacronia a que parecem corresponder (Bronze/Idade do Ferro).

4.5. Cultura material do Cabeço de Alcainça

O que normalmente é designado pelo arqueólogo como cultura material pode ser entendido como um conjunto de objectos testemunhos directos ou indirectos do quotidiano da vivência Humana, reflectindo ideias (por vezes concretas, mas na maioria dos casos, abstractas), motivações, acções, ideais ou crenças.

Inferir estes aspectos e caracterizar através de um conjunto de materiais arqueológico um conjunto de pessoas e as suas vivências enquanto grupo é deveras difícil, não sendo um estudo linear, mas sim com incertezas.

Os dados recolhidos em escavação arqueológica, quer materiais, estratigráficos e topográficos podem ser determinantes na abordagem ao espólio arqueológico, pela riqueza de dados que a análise estratigráfica pode fornecer ao investigador e em última análise na caracterização de pessoas, espaços e vivências específicas.

Tal como já referi, a inexistência de dados concretos que contextualizem a cultura material dificulta em grande parte o trabalho do arqueólogo. É nessa posição em que me julgo encontrar e por isso, me vi obrigada a tentar contornar as lacunas existentes através de uma abordagem ao espólio detalhada dentro do possível, atendendo às limitações das recolhas em prospecção, sem contextos associados embora com posicionamento georeferenciado. Na verdade, a existência dessas lacunas (inexistência de contextos estratigráficos fidedignos para as recolhas no sítio), determinaram uma maior atenção nos critérios de observação, registo e análise do espólio para que a informação daí resultante seja reveladora de aspectos relacionados com a vivência das populações estudadas. Refira-se no entanto, o elevado grau de rolamento dos materiais que igualmente dificultaram a análise tipológica em alguns casos.

4.5.1. Estado actual dos conhecimentos

A pretensão do estudo do espólio proveniente do Cabeço de Alcainça e a pesquisa bibliográfica prévia realizada nesse âmbito revelou a existência de outras duas colecções além da existente no Museu Municipal de Mafra.

A primeira e mais antiga data de 1904, altura em que foram entregues ao actual Museu Nacional de Arqueologia, então Museu Etnológico, seis braceletes (designadas por «xorcas» na bibliografia) e uma bainha de punhal em bronze nas condições já referidas anteriormente. Após contacto com o Museu e requerida a consulta das peças, foi confirmada a sua existência e

4.5.2. Recipientes cerâmicos

4.5.2.1. Ponto prévio - os estudos de Prescott Vicente e Gil Miguéis de Andrade: a colecção desaparecida

Os autores E. Prescott Vicente e Gil Miguéis de Andrade publicaram um conjunto de materiais arqueológicos provenientes do Cabeço de Alcaíça, hoje indisponíveis para estudo. Na tentativa de rastrear a colecção, o investigador G. M. de Andrade foi contactado telefonicamente, confirmando o paradeiro incerto dos materiais arqueológicos cerâmicos e metálicos e a responsabilidade perante tal situação.

Parece-me importante expor os dados existentes relativos aos mesmos, pelas características específicas acima mencionadas.

Os autores referem que esses materiais foram recolhidos à superfície após remeximento de terras por trabalhos agrícolas, especificamente em covas e taludes. Pelo desconhecimento do contexto estratigráfico, o conjunto cerâmico foi estudado tendo em conta elementos como a composição das pastas, cozedura, formas, acabamentos e decoração. (Vicente e Andrade, 1971, p. 230).

Foi definido pelos autores um primeiro grupo (*grupo I*), composto por fragmentos de aparência e pasta grosseira de cor castanha, sem tratamento de superfície nem decoração e de fabrico manual. A curvatura e a espessura (não especificada no artigo) fazem admitir que estes fragmentos pertençam a vasos com diâmetro de abertura considerável. Alguns apresentam pegos e protuberâncias. O segundo grupo (*grupo II*) descrito, é composto por fragmentos de cerâmica mais cuidada, de granulometria fina, superfícies com e sem engobe, apresentando decoração ocasional em superfícies exteriores alisadas e/ou brunidas. As paredes interiores nem sempre apresentam o mesmo cuidado e tratamento. A coloração varia entre o castanho-amarelado, castanho, vermelho, cinzento e negro. Este grupo integra quatro subgrupos formais: o grupo *a*), constituído por vasos e taças carenadas de fundo plano e côncavo, com cerca de 25 cm de diâmetro de abertura. Alguns fragmentos apresentam carenas perfuradas verticalmente aos pares (segundo os autores, com o propósito de suspensão dos recipientes); outros fragmentos têm asas simples ou asas com orifícios de suspensão. A decoração, quando existe, é sempre na face exterior, especificamente entre a carena e o fundo, que por vezes também apresenta decoração. O *b*) integra fragmentos cerâmicos de paredes finas, carenas arredondadas e fundo côncavo, decorados exteriormente na curvatura da carena e de diâmetro de abertura que não ultrapassam os 10 cm. O terceiro subgrupo, *c*) é formado por um conjunto de fragmentos de recipientes bicónicos, de colo alto e fundo plano, paredes

ligeiramente abauladas, e diâmetro de abertura que chega aos 40 cm. Alguns fragmentos apresentam decoração na área superior da parede e no colo. Por último, o subgrupo *d*) é constituído por recipientes bicónicos, abaulado na zona superior, sem gola nem decoração exterior ou interior e de provável fundo plano. O *grupo III* definido pelos autores, integra cerâmica de pasta homogénea, de cor avermelhada, superfície com vestígios de alisamento e sem engobe. Parecem ser de execução manual, embora os autores tenham dúvidas sobre algumas peças (não especificam), que parecem ter sido executadas a torno. Os recipientes deste grupo teriam o bocal largo, podendo atingir os 50 cm de diâmetro, além de gola campanulada, pegas e orifícios, alguns apresentando decoração incisa. Por último, o *grupo IV*, ao qual pertencem fragmentos cerâmicos de pasta fina, endurecida, pouco espessa e de coloração esbranquiçada, associados pelos autores a vasos de grande dimensão, de rebordo saliente e recurvado para fora e asas robustas. Estes recipientes além de apresentarem marcas de execução a torno nas paredes, só com a utilização de fornos capazes de atingir altas temperaturas seria possível o grau de perfeição do bordo (Vicente e Andrade, 1971, p. 230).

4.5.2.2. O conjunto em estudo

A tentativa de definição de um critério ideal ao estudo de um determinado conjunto cerâmico é um exercício necessário, mas muitas vezes dispersador do essencial pela multiplicidade de abordagens a escolher. Creio por isso, que preferencialmente o investigador deve ter um objecto de estudo concreto, isto é um questionário prévio. Desta forma, é sempre possível adaptar os critérios de análise de forma a tentar responder ao máximo de questões tanto quanto possível, isto é, que de alguma forma esse questionário reflecta características imprevistas sobre o conjunto estudado ao investigador e por isso, o reconhecimento de elementos de excepção ou denominadores de análise diferentes do planeado e uma conseqüente reformulação das abordagens (se necessário).

Nessa perspectiva, e tendo em consideração que os estudos prévios e todas as referências à estação do Cabeço de Alcaíça neles baseados reportam a uma ocupação humana no sítio durante o Bronze Final, o estudo da cultura material teve por base ideias de autores que se dedicaram ao estudo de conjuntos cerâmicos deste período em particular, Raquel Vilaça e o seu estudo «Povoamento da Beira Interior nos Finais da Idade do Bronze» (Coimbra, 1995), J. C. de Senna-Martínez o estudo de Pré-História Recente da Bacia do Médio Tejo e Alto Mondego: algumas considerações para um modelo sociocultural (1989) e «Idade do Bronze na Estremadura Atlântica». Subsídios para um programa de estudo» (Lisboa, 1990), J. L. Cardoso e R. Parreira, bem como,

referências mais antigas, como sejam s estudos crono-tipológicos de F. Nunes Ribeiro intitulado como «O Bronze Meridional Português (Beja, 1965) e por último, mas não menos importante, H. Shubart e a sua obra de síntese «Die Kultur Der Bronzezeit in Südwesten der Iberischen Halbinsel», (Berlim, 1965).

Em maior destaque, os critérios de análise e interpretação de Raquel Vilaça, que serviram de base fundamental no estudo da amostra de cerâmica, em particular no que respeita à selecção de descritores de análise, de observação e interpretação, adaptando sempre que necessário ao presente estudo (Descritores, p. Anexos).

Relativamente à análise morfotipológica, dos recipientes cerâmicos considerei igualmente como parâmetro comparativo, os três principais grupos descritos pela mesma autora para as cerâmicas da Beira Interior durante o Bronze Final : Grupo1. Taças Carenadas, Grupo 2. Malgas e Grupo3.Potes (Vilaça, 1995, p. 636 - 640), cujas características descreverei adiante, dadas as semelhanças tipológicas com a amostra. Sempre que necessário foi feita uma adaptação terminológica.

4.5.2.3. Características da amostra: selecção e dimensão

O critério de selecção da amostra baseou-se na distinção entre materiais classificáveis e não classificáveis, isto é, a informação do conjunto foi filtrada para que as conclusões retiradas possam ser válidas. O objectivo deste estudo é aferir indicadores crono-tipológicos que esclareçam sobre a diacronia de ocupação Humana no Cabeço de Alcaíça.

O conjunto cerâmico abordado no presente trabalho constitui uma amostra do total de fragmentos cerâmicos recolhidos em prospecção no Cabeço de Alcaíça que totaliza 310 fragmentos. A amostra estudada engloba 98 fragmentos (Tabela 3) o que representa 24% do total de fragmentos recolhidos (restantes 76%). Apenas foram estudados estes fragmentos pelo facto de serem classificáveis comparativamente aos restantes que não o são pelo grau de fragmentação e rolamento em alguns casos.

Observando a tabela 3, relativa ao Inventário Geral Cerâmica, constata-se a representatividade da amostra no universo em estudo, pelo que é composta por fragmentos nos vários estados passíveis de serem recolhidos em contexto arqueológico, como indicadores cronológicos (uns mais que outros). A amostra é constituída por 34 bordos, 27 bojos (seleccionados de um total de 239 fragmentos de análise indeterminada), 10 fundos, 2 asas, 6 pegas e 19 carenas, que totalizam os 98 fragmentos da amostra. Os 239 bojos não analisados, apesar de apresentarem superfícies brunidas, (maioria), apresentam-se muito rolados e por demais fragmentados, para que

seja possível qualquer analogia crono-tipológica na análise formal de conjunto. Assim, os 27 bojos considerados ao estudo apresentam características específicas úteis à análise, como sejam, as perfurações duplas, totais ou parciais na peça, bem como as técnicas decorativas ou marcas nas superfícies externa ou interna (por exemplo dedadas, marcas de unha), carenas, ou pegas repuxadas. Apesar da amostra ser reduzida, a diversidade morfotipológica evidencia a representatividade do conjunto, confirmado nas várias recolhas efectuadas.

Inventário Geral Cerâmica							
Estado	Bordo	Bojo	Fundo	Asa	Pega	Carena	Total
Nº fragmentos (universo de estudo)	34	239	10	2	6	19	310
Nº fragmentos classificáveis (amostra)	34	27	10	2	6	19	98

Tabela 3- Inventário Geral Cerâmica

4.5.2.4. Inventariação e critérios de análise

Após a definição da amostra de estudo, esta foi subdividida em categorias formais gerais, que facilitam a abordagem e a leitura do conjunto: bordo, bojo, fundo, asa, pega, carena.

Numa primeira abordagem analítica, foi feita a revisão do inventário já existente nos arquivos do Complexo Cultural Quinta da Raposa (Mafra) para cada um dos 310 fragmentos.

O inventário pré-existente, iniciado por Carla Matias, foi completado, acrescentado e em alguns casos corrigido tendo em conta critérios descritivos já conhecidos para as cronologias tratadas, em especial o Bronze Final período característicos da grande maioria dos fragmentos. Assim, acrescentei aos campos existentes outros relativos a especificidades que a maioria dos fragmentos apresentava, tendo por base os critérios aplicados por Raquel Vilaça no estudo «Aspectos do Povoamento na Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze», estudo direccionado para a análise de recipientes cerâmicos desta cronologia, Especificidades como a distinção entre decoração e tratamento de superfície (dois conceitos muitas vezes confundido na análise de superfícies brunidas, isto é, consiste ou não numa técnica decorativa ou um mero procedimento de tratamento da superfície com o fim de a impermeabilizar). Nesse sentido, foram acrescentados campos ao inventário original.

A lógica terminológica e a sequência numérica anteriormente atribuída às peças foram mantidas (IGN.006.), seguindo a metodologia de inventário do Depósito Oficial de Bens Arqueológicos de Mafra (Sousa e Miranda, 2001). Este foi um exercício útil não só porque o inventário não estava completo, mas também porque permitiu uma melhor visão de conjunto.

Os primeiros campos do inventário são relativos à identificação da peça, seguindo-se o campo relativo à classificação funcional dos fragmentos e o seu estado, morfologia e o tipo. Nos campos mais específicos são descritos aspectos relativos ao bordo, à direcção deste, e às características do lábio. O campo seguinte, relativo às dimensões gerais do recipiente não foi possível preencher pela impossibilidade de determinar o diâmetro de abertura, índice de profundidade e capacidade. Contudo, seguiram-se aspectos específicos de análise: do colo, da base/fundo, da carena, do número de perfurações e tipologia, de mamilos e asas.

No que respeita à decoração foram verificadas várias características, tendo em conta a predominância de cerâmica do Bronze Final. Assim, é referida a localização na peça, o tipo e motivo. No caso da decoração é referido o tipo decorativo.

Um outro campo que considero indispensável na análise macroscópica e se possível microscópica, é a análise das pastas. Neste campo foram revistos variados aspectos inexistentes no inventário anterior, nomeadamente, a referência à homogeneidade. Por essa razão foram acrescentados os campos de análise, com as seguintes opções: muito compacta, compactas, pouco-compacta, friáveis. No seguimento da análise das pastas, também o ambiente de cozedura não constava do registo inicial. Pelo que foram adicionadas opções relativas a essa observação.

Igualmente importante é a observação e registo da ocorrência ou não e respectiva granulometria e matérias-primas que caracterizam os elementos não plásticos (designados por e.n.p.), que passou a integrar a lista de campos de análise, a par do registo do tratamento das superfícies dos fragmentos que passou igualmente a integrar os campos de inventariação

Por fim, foram registadas as dimensões do fragmento (largura, altura e espessura), que desde logo neste caso, pelas pequenas dimensões e múltiplas fracturas denotam um grau de exposição e destruição *in situ* muito significativos.

Numa segunda etapa da análise do espólio cerâmico, foi realizada a análise estatística sobre certas especificidades que ajudam à compreensão e à visão de conjunto. (ver capítulo III.II em Anexos).

4.5.2.5. Análise tipológica

Na amostra estudada, predominam claramente os recipientes de fabrico manual (89%) em detrimento do fabrico a torno (11%). Como se verifica pelo Gráfico 4 (ver capítulo III.II em Anexos)..Os fragmentos apresentam-se de forma geral muito fragmentados, pelo que a reconstituição dos recipientes cerâmicos fica impossibilitada na maioria dos casos, e mesmo os reconstituíveis nem sempre permitiram o cálculo de diâmetros de abertura pela curvatura do bordo não o permitir. Contudo, a morfologia dos vários estados, em particular, dos bordos (35%), carenas (19%) e fundos (10%), permite aferir a existência de tipologias específicas pelo facto dos pontos de fractura se situarem em zonas-chave dos recipientes.

No conjunto predominam as formas abertas, que representam 94% da amostra estudada, em detrimento das formas fechadas (4%) e das indeterminadas (2%).

No conjunto foram identificados, três grandes grupos tipológicos cujas designações têm relação directa com a característica mais evidente da sua morfologia.

Como referido anteriormente, o agrupamento dos fragmentos consoante a forma teve por base a divisão tipológica geral feita por Raquel Vilaça em 1994. Não foi feita uma comparação e correspondência mais detalhada pela ambiguidade das formas no conjunto.

Os dados revelam o predomínio dos bordos arredondados, biselados ligeiramente exvertidos para o exterior (26%) e aplanados (26%). Em minoria os indeterminados (8%), os bordos espessados internamente (6%), os bordos espessados externamente (3%) e os bordos almendrados (3%), como se observa no Gráfico 7. Nenhum bordo apresenta motivos decorativos, sendo todos lisos.

O conjunto de 27 bojos analisados, não apresentam curvatura pronunciada, o que se explica pelo predomínio das formas abertas. Dado importante a reter, é que cerca de 8 dos fragmentos apresentam perfurações (Gráficos 8 e 10) predominando os fragmentos com uma perfuração total. Fica por saber quantas perfurações teriam em média cada recipiente. Presume-se a existência de pelo menos duas perfurações por cada recipiente com o propósito de suspender o recipiente, talvez por razões de higiene (salvaguardar alimentos perante animais roedores por exemplo). Facto é que na amostra estudada, são inexistentes as típicas perfurações verticais em carena média, de perfil triangular. Contudo, o conjunto publicado por E. Prescott Vicente e G. Miguéis de Andrade, teria cerca de cinco fragmentos perfurados: o fragmento nº 2 (duas perfurações verticais na carena de uma taça, e as peça nº 4, 6, 7 e 27 com uma perfuração total no que parecem ser bojos (a estampa não é esclarecedora) (Vicente e Andrade, 1971, estampa IV).

No conjunto das carenas predominam pouco pronunciadas (doces) e as carenas médias, altas e carenas de ombro. (Gráfico 11).

Relativamente aos fragmentos de fundo, predominam os aplanados em detrimento dos totalmente plano, que se distinguem por ter um ângulo de curvatura exterior mais vincado em relação ao bojo (Gráfico 9). A maioria destes fragmentos apresentam pastas grosseiras e pouco compactas, com elevado teor de elementos não plásticos (quartzo, feldspatos, micas/piroxenas, areias vulcânicas e cerâmica moída), bem como bojós com espessuras entre 1 e 1,5 cm, com diâmetros que variam entre os 8 e o 16 cm, ou seja, fundo de recipientes de armazenagem.

4.5.2.6. Análise de pastas

A análise das pastas fragmento a fragmento revelou grande, permitindo verificar que as pastas mais «finas», isto é, melhor depuradas, compactas e pouco friáveis são características de fragmentos cerâmicos correspondentes a recipientes de consumo de alimentos ou líquidos (de «mesa»), como as taças carenadas e as tigelas.

As pastas mais grosseiras, isto é, com menor grau de depuração, integram componentes não plásticos de média e grande dimensão, tornando estes recipientes compactos, de pasta dura, mas friáveis. Em geral, as pastas são esponjosas, compactas e pouco depuradas, pouco compactas e pouco depuradas, compactas.

Relativamente à composição das pastas, a argila é similar às argilas já identificadas em sítios arqueológicos situados nas proximidades do Cabeço de Alcaíça, como o Penedo do Lexim e a Serra do Socorro. As argilas locais podem ter como local de origem o lugar de Barreiralva (Mafra), que tal como o topónimo indica, seria um local de aprovisionamento natural de argilas. Aliás, ainda hoje a área geográfica em questão desenvolve intensamente a actividade oleira.

4.5.2.7. Tratamento das superfícies

O conjunto é constituído na maioria, por fragmentos com superfícies alisadas interna (63%) e externamente (64%), polidas e brunidas. Por norma, todas as superfícies alisadas, são bastante rugosas devido a um certo grau de porosidade ou a uma maior ou menor densidade de componentes não plásticos.

De facto, as peças realmente bem tratadas têm superfícies brunidas, efeito conseguido pelo espatulamento suave da superfície com um objecto rombo (sulco) e o seu polimento feito com um objecto macio (por exemplo um pedaço de couro ou um seixo) que lhe confere o toque brilhante e

sedoso/aveludado ao toque. Note-se que durante as prospecções já referidas foram recolhidos dois seixos na zona de topo do Cabeço de Alcaíça. Tendo em conta que não existem nascentes na elevação, depreende-se que a presença de seixos rolados como é o caso da peça nº IGN.006.162, podem estar relacionados com a sua utilização no fabrico manual de recipientes cerâmicos e portanto devem ter sido levados para o sítio com fim específico. Contudo, esta uma hipótese, sem mais elementos que a sustentem por ora.

As superfícies com melhor tratamento, correspondem a recipientes de pequena ou média dimensão, como as taças carenadas que a bibliografia relativa às produções cerâmicas dos finais da Idade do Bronze, indica como características de lugares de *habitat* para uso quotidiano de consumo de líquidos e alimentos sólidos, ou em algumas hipóteses até, de lugares de excepção relacionados com o sistema de crenças mágico-religiosas, como é o caso dos recipientes cerâmicos com estas características exumados em níveis do Bronze Final que poderiam ter tido um uso específico em rituais de comensalidade.

Os fragmentos correspondentes a grandes recipientes de armazenagem não apresentam um tratamento cuidado das superfícies, tanto externa como interna. Contudo, a peça IGN.006.0056 apresenta uma característica curiosa: a superfície externa é rugosa, pouco compacta e erodida. A superfície interna, contrariamente, apresenta-se alisada e impermeabilizada por uma aguada da qual restam poucos vestígios devido ao seu estalamento. Estas características permitem pensar que este grande recipiente, poderia servir não só para armazenar alimentos, mas sobretudo, para conter líquidos, hipótese comprovada pela impermeabilidade da parede interna.

4.5.2.8. Ambiente de cozedura

A coloração dos fragmentos varia entre o castanho, castanho-escuro, o castanho alaranjado e o castanho amarelado. As colorações mais escuras devem-se sobretudo a ambientes de cozedura redutores, isto é, com pouca oxigenação do recipiente. Este efeito seria conseguido se o recipiente fosse totalmente coberto por ramagens e colocado numa depressão no solo sem grande exposição.

Os recipientes com cozedura em ambiente redutor são por norma de média dimensão. Pelo contrário, os fragmentos cerâmicos de recipientes maiores apresentam colorações mais alaranjadas ou mesmo castanho-amareladas demonstram uma maior exposição ao oxigénio já no final do processo de cozedura e são de dimensões maiores, por norma, recipientes de armazenagem.

Na amostra estudada, predomina a cozedura em ambiente redutor (70%), seguindo-se a cozedura redutora com arrefecimento oxidante, embora o grau de exposição da peça não tenha sido

elevado (24%). Os 6% referentes a ambiente de cozedura oxidante referem-se a fragmentos de coloração laranja escuro, ou beje rosado que creio serem de cronologias mais recentes. Refira-se a título de exemplo o fragmento de asa IGN.006.151, que penso pertencer a um recipiente anfórico do séc. I d.C., nomeadamente uma Dressel 1^a/classe 3 ou Dressel 1B/classe 4. Um outro exemplo é o fragmento de bordo de alguidar IGN.006.034, que integro na Idade do Ferro. (Gráfico 21).

4.5.2.9. Marcas e gramáticas decorativas

A maioria dos fragmentos cerâmicos na amostra tem superfícies lisas, sem qualquer tema ou estilo decorativo (86%).

Entre as cerâmicas decoradas, apresentam importante valor crono-cultural os fragmentos de taças carenadas e tigelas que apresentam ornatos brunidos, muito ténues, quase imperceptíveis. Os temas decorativos correspondem ao tema 15 definido por Raquel Vilaça (1994), caracterizado por formas geométricas feitas por linhas rectifomes entrecruzadas longitudinais ou simplesmente linhas longitudinais brunidas. Esta gramática decorativa está registada em sítios como Lapa do Fumo (Sesimbra), Gruta do Vimeiro (Maceira), Valcorchero e S. Cristóbal (Badajoz) (Vilaça, 1994, p. 673).

O conjunto é também caracterizado por fragmentos com decoração a pente «cepillada», associados ao Bronze Final e Idade do Ferro, em especial as tigelas e os recipientes de armazenagem.

Muitos fragmentos apresentam marcas de unhas e dedadas dos oleiros, por vezes sob a forma de repuxamentos do bordo por descuido.

No conjunto, um dos fragmentos possui duas perfurações. Ambas são de secção cónica, contudo, apenas uma se apresenta totalmente finalizada, pelo que a segunda encontra-se inacabada, apresentando ainda marcas que permitem perceber de que forma estas perfurações de suspensão dos recipientes. A execução destas perfurações era feita em fase posterior à cozedura e a todo o processo de tratamento da superfície, eventualmente com elementos orgânicos relativamente rígidos que através de um movimento giratório de abrasão/fricção, pouco e pouco perfurava a argila cozida sem estalar o recipiente.

4.5.3 Recipientes cerâmicos: catálogo de formas

4.5.3.1 Taças carenadas

Pelas características apresentadas distingue-se um primeiro grupo, o das taças carenadas que dominam a amostra representando 29% das formas (Gráfico 6 - ver capítulo III.II em Anexos).

Neste primeiro grupo integram-se os recipientes de carena alta (5%), média (18%) e baixa (4%), a par dos recipientes com carena de ombro (11%) e de perfil triangular (4%). Os fragmentos apresentam superfícies exteriores e interiores alisadas e brunidas, por vezes decoradas com linhas longitudinais brunidas ou motivos geométricos rectiformes entrecruzados brunidos, gramática decorativa nº15 (Vilaça, 1994, p.673), que representam 4% da amostra estudada (Gráfico 15). Supõe-se que tivessem fundo plano. Destacam-se dois fragmentos que conjugam bordo com colo e carena de ombro na zona de fractura, o primeiro com uma perfuração total e outra parcial (IGN.006.001 (estampa 6 e fotografias 11 e 12 - Anexos). As pastas são compactas, com presença rara de e.n.p., que são de calibre fino e quase imperceptíveis a olho nu, à excepção das micas/piroxenas visíveis nas fracturas. A coloração das pastas varia entre o castanho e o castanho-escuro devido ao ambiente de cozedura reductor. Este grupo encontra correspondências no primeiro grupo definido por Raquel Vilaça para a Beira Interior. Nos grupos 2 e 3 de E. Prescott Vicente e G. Miguéis de Andrade, bem como nas formas carenadas descritas por F. Nunes Ribeiro na caracterização do Bronze Meridional Português (1965), encontrando também paralelos na tipologia cerâmica descrita por Gustavo Marques e Gil Miguéis de Andrade (1974), formas B5, B8, C5, C7 e C8, respectivamente (Correia, Cruz, 2007, p. 100-101, apud. Ribeiro) e ainda nas formas estabelecidas por J. C. Senna-Martínez para o Bronze Final na área do foz do Mondego, nomeadamente, a forma 31.22, 34.2, 37.1 e 45.1 (Martínez, 1991, p.17). Pelas razões apresentadas, estes recipientes parecem ter tido utilização durante o Bronze Final.

4.5.3.3. Tigelas

O segundo grupo, é formado pelas tigelas, recipientes abertos, também designadas por «malgas» (Vilaça. 1994, p. 639). Estes recipientes hemisféricos, de paredes mais ou menos arqueadas representam 27% da amostra estudada e conjuga formas abertas e fechadas. Os tipos de bordo predominantes neste conjunto são os arredondados, espessados internamente e aplanados (com ligeira flexão para fora). O fundo destes recipientes seria provavelmente plano (Gráfico 6 -ver

capítulo III.II em Anexos). O tratamento da superfície varia: algumas são polidas, alisadas mas rugosas ao toque ou brunidas na superfície externa. As pastas são compactas e semi-compactas pela presença de e.n.p. de pequeno e médio calibre, nomeadamente de micas/piroxenas, quartzo, feldspato e areias vulcânicas. A coloração das pastas varia entre o castanho e o castanho alaranjado.

Apesar de não ser possível a reconstituição dos recipientes pelo grau elevado de fragmentação das peças, a sua altura provavelmente não seria maior que metade do diâmetro de abertura do recipiente. Este conjunto engloba fragmentos que apresentam na superfície externa incisões ocasionais sem carácter decorativo (marcas de unha), caneluras de pouca espessura ocasionais (4% da amostra) e estrias horizontais e longitudinais que se cruzam, estas talvez resultado da passagem de sulcos nas superfícies, deixando uma trama anárquica de linhas. O negativo assemelha-se à passagem de uma escova na argila ainda fresca. Pelas características que este tipo de decoração apresenta, identifico-as com o «cepillado» ou «escobillado», normalmente associado a contextos do Bronze Final na transição para a I^o Idade do Ferro. Infelizmente, esses fragmentos não são reconstituíveis. Este grupo tem paralelos formais gerais com a tipologia das tigelas nas zonas do Algarve, Baixo e Alto Alentejo referida por F. N. Ribeiro cujas paredes vão abrindo para fora até atingir a máxima abertura do bordo (...)» (Ribeiro, 1965, p. 23). Não quer isto significar uma correspondência tipológica total pelo simples facto dos recipientes não serem totalmente reconstituíveis e ser pouco precisa tal comparação. Existem semelhanças formais também com a forma 33.2 (com arranque de pega repuxada da carena), forma 31.21 estabelecida por J. C. Martínez para a área da foz do Mondego (Martínez, 1991) tal como com o segundo grupo definido por R. Vilaça que refere recipientes com as características acima descritas.

4.5.3.4. Recipientes de armazenagem/potes

O terceiro grupo engloba os recipientes de armazenagem, peças com bordo divergente relativamente ao eixo de simetria e por isso abertas. Esta tipologia representa 12% da amostra estudada, englobando também um recipiente globular (1%) e recipientes de colo troncocónico (6%). Os bordos são arredondados alguns ligeiramente exvertidos para o exterior, por vezes espessados. Em termos de dimensão, a espessura dos bojos varia entre 0,8 e 1,4 cm. Os fragmentos de fundo associados a esta categoria formal são planos e o seu diâmetro varia entre os 10 e os 15 cm. As superfícies externas e internas têm em geral um aspecto grosseiro, sendo as superfícies alisadas mas rugosas ao tacto. A excepção à regra corresponde a um fragmento que apresenta a superfície interna brunida, bem tratada, em detrimento da superfície externa que se apresenta mais rude, sem qualquer

marca de espatulamento, alisamento ou aguada. Este aspecto é relevante neste conjunto, pois pode corresponder a um contentor de líquidos, já que o brunimento das superfícies lhes confere maior impermeabilidade. As pastas são de coloração castanha escura alaranjada e castanha amarelada, pouco homogêneas, ou seja, pouco compactas, com elevado número de elementos não plásticos (e.n.p.) pequenos (micas/piroxenas, areias vulcânicas), médios (quartzo, feldspato) e grandes (cerâmica moída, quartzo). Alguns dos bojos apresentam pegas em lingueta, embora seja imperceptível se seria única no recipiente ou par. Um outro fragmento de asa de fita (IGN.006.053), parece corresponder a um recipiente com as características apresentadas, ficando a dúvida se seria única no recipiente ou não. Esta tipologia pode corresponder à forma 44.1 de J. C. Senna-Martínez. (Martínez, 1991, p.16). Relativamente à decoração das superfícies, as marcas existentes quer exterior quer interiormente, são resultado de dedadas, incisões (marcas de unha). A única gramática decorativa existente nesta categoria é o já descrito «cepillado». Determinar a capacidade destes recipientes é impraticável visto não existirem na amostra perfis completos que permitam calcular o índice de profundidade da peça. Contudo, penso que seria equivalente ou maior que metade do diâmetro de abertura. Este grupo apresenta de forma genérica formas e capacidades distintas. Estes recipientes têm paralelos formais com as tipologias 43.1 e 44.1 e 45.1 de J. C. Senna-Martínez (ibidem.) bem como as formas A1, A2, A3 e A5 de G. Marques e G. M. Andrade (*apud*. Correia, Cruz, 2007, p.100-101).




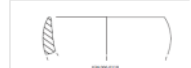


Tip. Formas (Vilaça, 1994)	Col. Quinta Raposa (CMM)	Col. Vicente e Andrade
1. Taças carenadas		
<i>carena alta - carena de ombro</i>		●
<i>carena média</i>		●
2. Tacinhas/Tigelas/Malgas		
<i>Carenada</i>		●
<i>Hemisférico</i>		●
3. Potes/Rec. Armazenagem		
<i>esférico/globular</i>		□
<i>Vasos</i>		□
□ - ausente na colecção; ● - presente na colecção		

Tabela 4 – tipologia formas

4.5.4. Elemento de tear

A recolha pontual de um fragmento de cossoiro em cerâmica (perfil ovalado apontado), permite avançar com actividades relacionadas com a produção têxtil, com paralelos no Penedo do Lexim e na Serra do Socorro. (Estampa 18 – Anexos).

4.5.5. Espólio metálico

O artigo de Eduardo Prescott Vicente e Gil Miguéis de Andrade (1971) reporta alguns dados relevantes relativamente aos artefactos metálicos proveniente do Cabeço de Alcaíça recolhidos por «curiosos». São referidos dois machados, um «machado de talão» e um outro «machado de alvado» (fig.13 - anexos). Nenhum foi encontrado pelos arqueólogos *in situ*, pelo que as referências dos autores foram cedidas por habitantes locais que encontraram estes materiais «(...) em trabalhos de campo junto a pedras (...)» (Vicente, Andrade, 1970, p. 227).

Relativamente ao machado de talão unifacial com uma aleta, os autores consideram que este instrumento poderá ter constituído a parte metálica de uma enxó, pelo facto de apresentar uma das faces lisa até ao gume. Relativamente ao machado de alvado, é atribuído a uma pequena enxada ou sacho. Os autores referem que as peças foram fotografadas por infravermelho e que ainda se desconhecia o teor de estanho e outros metais. (Vicente e Andrade, 1970, p. 227). Foi atribuída uma cronologia a estas peças, balizada entre 1000 a.C. e o séc.II a.C., isto é, Bronze Final e I Idade do Ferro.

Apesar de não poder manusear as peças em questão, a descrição e fotografias dos respectivos permitem-me enquadrar estes dois machados no que é designado como tendo filiação atlântica, portanto, «típicos» da região em que foram encontrados. Contudo, coloco reservas pela simples razão de não poder ter manuseado as peças.

4.5.5.1 Braceletes

A primeira referência bibliográfica relativa ao sítio, conforme já foi referido, data de 1904, noticiando a entrega ao actual Museu Nacional de Arqueologia de um conjunto de seis braceletes em bronze.

Uma das braceletes (nº10803 E - estampa 18 e fotografia 19 – Anexos) terá sido alvo de análises pelo Dr. Bensaúde e o resultado revelou ser de bronze. As restantes não foram analisadas, julgo que pela assumpção de que a composição seria a mesma. O referido objecto é descrito como

«mutilado», e as restantes «em bom estado de conservação». É feita uma descrição sucinta dos objectos: (...) Três das braceletes são de secção sub-quadrangular, uma é de secção semi-circular e outra de secção elíptica.(...)» (1919/1920, p. 195).

É também mencionado que o Sr. Ascensão Valdês, funcionário da Biblioteca Nacional, entregou ao referido museu uma sexta bracelete (Aparentemente, o levantamento dos objectos não obedeceu a qualquer tipo de critério científico, apenas se sabe terem sido encontrados durante trabalhos de campo «(...) não entre sepulturas regulares, mas entre pedras (...)).(Vicente e Andrade, 1970, p.195) As braceletes são descritas pelos autores como *xorcas* e com afinidades à tipologia «Fiéis-de-Deus». As peças actualmente integram a base de dados do referido museu.

Bracelete nº10802: Peça em bronze de secção sub-quadrangular, cujas extremidades biseladas são mais estreitas que os resto do corpo, não se tocando (espaçamento de 0,3 cm). A face anterior revela marcas de polimento da peça, tendo sido aplanada. A peça pesa cerca de 27,4 g. A espessura mínima é de 0,3 cm e a máxima de 0,6 cm. O diâmetro interno é de 4,7 cm e o externo de 5,8 cm. (Fotografia 14 e estampa 18 - Anexos).

Bracelete nº 10803 A: Peça em bronze, de secção sub-quadrangular e extremidades sobrepostas de espessura em geral, uniforme. A face frontal apresenta muitas imperfeições derivadas da degradação do metal. A face anterior relewa marcas de polimento e aplanamento. A peça pesa cerca de 30,8 g. A espessura mínima é de 0,2 cm e a máxima de 0,6 cm. O diâmetro interno é de 3,1 cm e o externo de 4 cm. (Fotografia 15 e estampa 18 – Anexos).

Bracelete nº 10803 B: Peça em bronze de secção sub-quadrangular, cujas extremidades se encostam quase sobrepondo uma na outra. A face frontal apresenta-se bem conservada, tal como a anterior apesar das marcas de corrosão. A peça pesa cerca de 34,6 g. A espessura mínima da peça é de 0,8 cm e a máxima 0,3 cm. O diâmetro interno é de 4 cm e o externo de 5,2 cm. (Fotografia 16 e estampa 18 - Anexos).

Bracelete nº 10803 C: Peça em bronze de secção circular e as extremidades biseladas. Ambas as faces apresentam um bom estado de conservação com excepção das marcas de corrosão. A peça pesa cerca de 32 g. A espessura mínima da peça é de 0,5 cm e a máxima de 0,6 cm. O diâmetro interno é de 3,9 cm e o externo de 4,9 cm. (Fotografia17 e estampa 18 - Anexos).

Bracelete nº 10803 D: Peça em bronze de secção semi-circular e extremidades em bisel. O espaçamento entre extremidades é de 2,5 cm. Ambas as faces apresentam um bom estado de conservação, com excepção de algumas marcas de corrosão. A peça pesa cerca de 6 g. A espessura mínima é de 0,2 cm e a máxima de 0,4 cm. O diâmetro interno é de 4 cm e o externo de 4,2 cm. (Fotografia 18 e estampa 18 - Anexos).

Bracelete nº 10803 E: Peça em bronze de secção sub-quadrangular. Apresenta as extremidades cortadas (fracturas recente), talvez derivado da retirada de amostra para análise de componentes químicos que revelaram que a xorca é de bronze. As faces revelam marcas de polimento da peça, bem conservadas. A peça pesa cerca de 9,6 g. A espessura mínima é de 0,3 cm e máxima de 0,6 cm. O diâmetro interno é de 4,4 cm e o externo de 3,7 cm. (Fotografia 19 e estampa 18 – Anexos).

Tipologicamente, confirmo a semelhança com as braceletes provenientes do sítio dos Fiéis de Deus (Bombarral), paralelo já apontado por J. L. Cardoso (2004) e A. M. Arruda (2004).

4.5.5.2 Bainha de punhal

Foi recolhido no sítio do Cabeço de Alcaíça um remate de punhal, bem conservado, de secção elipsoidal (Fotografias 20, 21 e 22, estampa 18 - Anexos), que integra a colecção de braceletes acima descritas. Actualmente depositada no Museu Nacional de Arqueologia com o número de inventário 10804, disponível para estudo. Encontra-se fragmentada. Possui um orifício numa das faces do punhal. A peça pesa cerca de 10,7 g. A notícia já referida acerca do achamento do conjunto de peças publicadas na colecção «O Archeólogo Português», refere-se a este exemplar como semelhante a um outro recolhido no castro de Pragança.

4.5.5.3 Machados

Provenientes do sítio do Cabeço de Alcaíça, são actualmente conhecidos dois machados pela bibliografia (Vicente e Andrade, 1971), cujo registo inclui uma fotografia e um desenho pelos autores (fig 13 - Anexos).

Uma das tipologias corresponde a um machado de talão plano com uma aleta, cuja dispersão geográfica durante o Bronze Final é hoje comprovada entre a Península de Lisboa, com especial concentração na área em estudo (área de influência do Complexo Vulcânico de Lisboa) em contextos arqueológicos de habitat ou em gruta prolongando-se por toda a fachada atlântica, incluindo a região Centro e a Beira Alta, acompanhando o curso do rio Tejo e seus afluentes.

Relativamente ao machado de alvado, esta tipologia é integrável nos momentos finais da Idade do Bronze.

Sítios	Referência	Metalurgia		
		Machados de talão	Machados de alvado	Braceletes/Xorcas (elem.)
Vila Nova de São Pedro (Azambuja)	nº11	○	○	○
Abrigada (Alenquer)	nº27	●	●	○
Moinho do Raposo (Alenquer)	nº28	○	○	○
Zambujal (Torres Vedras)	nº02	○	○	○
Monte da Pena (Torres Vedras)	nº21	○	○	○
Cabeço de Alcaíça (Mafra)	nº29	●	●	●
Penedo do Lexim (Mafra)	nº03	●	□	○
Cabeço dos Cartaxos (Mafra)	nº04	○	○	○
Cabecinho da Capitôa (Mafra)	nº15	○	○	○
Serra do Socorro (Mafra)	nº05	○	○	●
Santa Eufémia (Sintra)	nº06	○	○	○
Monte Sereno (Sintra)	nº07	●	○	○
Anços (Sintra)	nº08	○	○	○
Penha Verde (Sintra)	nº09	○	○	○
Funchal (Sintra)	nº16	○	○	○
Castelo dos Mouros (Sintra)	nº10	○	○	○
Alto das Cabeças (Oeiras)	nº17	○	○	○
Abrunheiro (Oeiras)	nº18	○	○	○
Cabeço Mouro (Cascais)	nº19	○	○	○
Moinho da Atalaia (Amadora)	nº01	○	○	○
Catujal (Loures)	nº12	○	○	○
Serra da Amoreira (Loures)	nº14	○	○	○
Tapada da Ajuda (Lisboa)	nº20	○	○	○
Moita Ladra (V. F. Xira)	nº13	○	○	○
Santa Sofia (V. F. Xira)	nº22	○	○	○
Casal da Mó (V. F. Xira)	nº25	○	○	○
Quinta da Marquesa (V. F. Xira)	nº23	○	○	○
Castro do Amaral (V. F. Xira)	nº26	○	○	○
Quinta da Carapinha (V.F. Xira)	nº24	○	○	○

Legenda ● Existente ○ Inexistente □ Depósito

Tabela nº 5 - Evidências da metalurgia numa perspectiva regional (Lisboa).

COLECÇÕES CABEÇO DE ALCAINÇA	METALURGIA (BRONZE)
Colecção Museu Nacional de Arqueologia	6 <i>braceletes</i> 1 <i>bainha/remate de punhal</i>
Colecção E. Prescott Vicente e G. Miguéis Andrade <i>Indisponíveis</i>	1 « <i>machado de alvado</i> » 1 « <i>machado de talão</i> »
Colecção CMM - Quinta da Raposa: 2000, 2001, 2004	~
<i>Recolhas no âmbito deste estudo</i> 12-03-2011	~
05-08-2011	~
22-10-2011	~
TOTAL	9 peças

Tabela 6 – Espólio metálico Cabeço de Alcainça

4.5.6. Pedra lascada

Relativamente à indústria lítica, foram recolhidos fragmentos de sílex, embora na sua maioria restos de talhe e alguma indústria micro-laminar. O facto de não terem sido recolhidos em escavação arqueológica, não permite a sua devida contextualização estratigráfica, pelo que julgo que a sua presença à superfície seja consequência de processos pós-deposicionais, tais como a actividade animal, além da exposição do Cabeço de Alcainça aos trabalhos de revolvimento de terras para replantação do eucaliptal.

Considerando a existência de uma ocupação do Neolítico antigo no sítio (para já comprovada pelo fragmento de cerâmica com decoração de falsa folha de acácia), parece plausível que os materiais de pedra lascada sejam contemporâneos desta fase de ocupação. Salienta-se a existência de um elemento de foice (IGN.006.0058 – fig. 26 - anexos), evidência coeva nos sítios da área da Ribeira de Cheleiros, como o Cabecinho da Capitôa (Sousa, 2007) ou a Serra do Socorro (Sousa, 2011) e que constitui um fóssil director do Bronze Final.

António Faustino Carvalho, avança com explicações socio-económicas para explicar o colapso das indústrias líticas desde o Bronze antigo, referindo a desestruturação das redes de circulação de matéria-prima (o que não afectaria a produção em Cabeço de Alcainça, próxima de fontes de matéria prima) (Carvalho, 2009, p. 464). Por outro lado, salienta que a única excepção é a produção de “foices compósitas, fabricadas com cabo de madeira e elementos cortantes em sílex, que abundam nos casais agrícolas da Baixa Estremadura” (Carvalho, 2009, p. 645).

4.5.7. Pedra afeiçãoada

Foram também recolhidos e registados dois fragmentos de pedra afeiçãoada, um movente e um dormente. A matéria-prima do fragmento de movente é o arenito, normalmente encontrado junto a cursos de água, e não em relevos de origem vulcânica, pelo que presumo que seriam matérias-primas originárias da área envolvente dos vários afluentes da Ribeira de Cheleiros.

Relativamente às características mais destacadas das peças são os sinais de utilização, neste caso na moagem do cereal (figs 23, 24 e 25). Numa das faces observam-se a olho nu pequenas concavidades que preenchem toda a área, provavelmente resultado do contacto e fricção com o cereal durante o processo de moagem.

4.5.8. Adorno

O conjunto estudado integra uma conta de colar, recolhida igualmente em contexto de prospecção no âmbito deste trabalho. A matéria-prima utilizada na sua manufactura é a cornalina, tendo por isso um tom laranja translúcido. Apresenta uma perfuração ao meio, de secção bicónica, estando visíveis a olho nu as marcas da abrasão feitas por objecto, duro, pontiagudo que mediante um movimento giratório foi desbastando a própria pedra (fotografias 27 e 28). Conseguir atribuir um momento cronológico para este objecto de adorno é difícil pois a diacronia de ocupação do sítio parece ser longa (Neolítico Antigo-Romano), pelo que os vestígios de manufactura e utilização destes objectos é igualmente longa.

O termo *Cornalina* ou também *Cornélia* ou *Carnélia* provém do termo *carnea* que significa «cor de carne». Esta pedra é uma variedade da Ágata (também designada por Calcedónia), composta por óxidos de sílica (SiO₂), pertencendo por isso ao grupo dos óxidos e à família das Calcedónias. A sua coloração varia entre o laranja e o vermelho acastanhado translúcido, consoante o grau de infiltração de ferro. É formada a partir de lava vulcânica a partir de soluções de sílica. Esta é uma matéria-prima com grau de dureza elevado (7 na escala de Moh's), de fractura concoidal. O seu brilho é vítreo e de textura suave e oleosa.

Esta informação é vital pelo facto de indiciar o local de proveniência desta matéria-prima, que poderá mesmo ser o próprio Cabeço de Alcaínça de formação vulcânica. Só uma análise petrológica poderia em conjunto com a escavação arqueológica do local comprovar ou não a

existência de matéria-prima em bruto. Nesta lógica, será expectável que este tipo de objecto com estas características seja frequente na área do Complexo Vulcânico de Lisboa.

A mesma interpretação avanço para o fragmento de conta de colar em tudo semelhante proveniente do povoado do Alto das Cabeças (Leião/Porto Salvo, Oeiras), e Coroa do Frade, (Évora), (Cardoso, 1996, p.352).

Em relação às braceletes, optou-se por integrar o seu estudo no subcapítulo da metalurgia, não lhe atribuindo por isso uma funcionalidade específica (adorno). Podemos inferir pelas reduzidas dimensões das braceletes que estas seriam associadas a crianças.

A cultura material que caracteriza a ocupação humana do Cabeço de Alcainça, ainda que ocasionalmente, remonta a períodos pré-históricos como Neolítico Antigo (a julgar pelo fragmento de bojo com decoração «falsa folha de acácia» (fig.9 - Anexos) e eventualmente ao Calcolítico (prato – estampa 1 - Anexos).

As evidências materiais para a transição do 2º para o 1º milénio são mais numerosas, sendo que o Bronze Final se encontra bem representado tipológica e formalmente tanto por materiais cerâmicos, líticos e metálicos e em particular pelo decoração de certos fragmentos na superfície externa com ornatos brunidos (estampa 15 - Anexo). A Idade do Ferro materializa-se por fragmentos de cerâmica comum manual e torno lento de pasta clara (verificar bordos preenchidos a cheio nas estampas em anexo), sendo o fragmento de bordo de alguidar (IGN.006.0034) o que julgo melhor representar esta fase. O fragmento de asa IGN.006.0151 parece corresponder a um recipiente anfórico do séc. I d.C., nomeadamente de uma Dressel 1ª/classe 3 ou Dressel 1B/classe 4 (estampa 17 - Anexos).

5. POVOAMENTO: LÓGICAS DE OCUPAÇÃO NA PENÍNSULA DE LISBOA ENTRE O 2º E O 1º MILÉNIO A.C

A análise do processo histórico implica o estudo dinâmico da vivência humana. Ao arqueólogo e qualquer outro investigador da área das Ciências Sociais, a aferição das dinâmicas inerentes à evolução humana apresenta-se fraccionada. Assim, podemos olhar para os estudos arqueológicos como uma abordagem «cinematográfica» onde os diferentes contextos arqueológicos se apresentam como *frames*, que uma vez reunidos na sequência certa, nos oferecem uma visão global do tal processo, tal e qual, como numa longa-metragem.

Desde os anos 60 e 70 do séc. XX que a análise do período cronológico aqui tratado é pautada por estudos de âmbito territorial, que têm como ponto de partida pressupostos teóricos motivados por iniciativas de monitorização de contextos arqueológicos pouco conhecidos ao nível regional. Tal realidade motivou abordagens directamente relacionadas com a arqueologia espacial/territorial. (Gálvez-Priego, 1998).

5.1 Dinâmicas de ocupação do espaço: implantação em altura, implantação em vertente / vale.

O presente estudo enquadra-se na questão relacionada com o tipo de implantação dos povoados entre a segunda metade do 2º milénio e inícios do 1º a.C. e a associação dessas modalidades de implantação com eventuais estádios socioeconómicos diferentes, ou seja, se testemunham ou não de uma evolução linear.

Desde logo esta não é uma temática de abordagem simples pela quantidade de dados dispersos e na maioria dos casos, desprovidos de contextos arqueológicos associados, com excepção de sítios como Alto das Cabeças (Oeiras) ou Tapada da Ajuda (Lisboa).

Entre os investigadores, as opiniões divergem sobre o modelo de povoamento na Península de Lisboa durante o que se designa por Bronze Final II. Facto é que existem pontos em comum à maioria dos povoados da região em finais do 2º milénio e primeira metade do 1º a.C. Distinguem-se por locais elevados na paisagem envolvente, com altimetrias que variam entre os 100/150 e 300 m de altitude, com grande visibilidade entre si e com evidências de ocupação humana nas plataformas naturais de cotas mais elevadas, muitas vezes delimitadas ou marcadas por taludes e estruturas amuralhadas em pedra seca, nas imediações dos quais, segundo a bibliografia (refiro-me a

expressões como «entre pedras» que muitas vezes contextualizam as condições de recolha e registo de vestígios), se encontram materiais cerâmicos, líticos, metálicos. Nestas características inscrevem-se sítios bem conhecidos da bibliografia como o Castelo dos Mouros (Sintra), o Penedo do Lexim (Mafra), a Serra do Socorro (Mafra), o Cabeço de Alcainça (Mafra), o Castro da Ota (Alenquer), o Cabeço Mouro (Oeiras), o Monte da Pena (Torres Vedras).

Um outro tipo de povoados são os que se localizam em cotas bem mais baixas, em zonas de vale ou encostas suaves, os «casais agrícolas», caracterizados pela inexistência de estruturas de cariz defensivo. A realidade artefactual consiste numa clara predominância de elementos de foice sobre lasca de sílex. Os sítios do Alto das Cabeças (Oeiras) e a Tapada da Ajuda (Lisboa) são exemplos ilustrativos dessa característica.

Distinguem-se duas perspectivas relativamente às dinâmicas de implantação e vivência destes povoados. Por um lado, é defendida uma lógica de povoamento hierarquizada entre comunidades, situadas tanto em plataformas elevadas como em vertente/vale, que funcionavam numa lógica de subordinação, sendo que os grupos considerados *elite*, habitavam cotas mais elevadas, dedicados sobretudo à produção oleira e metalúrgica. Em contraste, os pequenos outros núcleos familiares sediados em vertente ou vale, tinham como base de subsistência a exploração agrícola, extensiva e intensiva, actividade comprovada pelo elevado número de denticulados de foices sobre lasca de sílex provenientes da Tapada a Ajuda e Alto das Cabeças (Cardoso, 1999/2000, p.375). J. L. Cardoso destaca diversos povoados situados na maioria dos casos acima dos 150/200 m de altitude interpretados como centros de poder emergentes na região, nomeadamente, o Penedo do Lexim (Mafra), Ota (Alenquer), Castelo dos Mouros (Sintra), Cabeço Mouro (Cascais), Monte da Pena (Torres Vedras) e o Cabeço de Alcainça tema do presente trabalho. Segundo o referido autor, a presença de cerâmica com ornatos brunidos permite associar a ocupação destes locais por elites sociais durante os séculos XIII/XI e IX a.C. (Cardoso, 1999/2000, p.381). Nesta perspectiva, a existência de estruturas muralhadas nas plataformas mais altas destes povoados, acentuaria o carácter elitista e uma maior necessidade de delimitação territorial, criando uma certa barreira psicológica ao «outro».

Numa outra perspectiva, a dinâmica de povoamento da península de Lisboa durante o período abordado obedeceria a uma lógica de solidariedades entre núcleos habitacionais, quer em altura como em cotas mais baixas, sem a existência de uma lógica de subordinação coerciva marcada por diferenças «socioeconómicas». A geografia difícil da área estudada, em particular nos núcleos localizados no Complexo Vulcânico de Lisboa, ocasionalmente marcado por afloramentos acidentados, terá gerado um sentimento de interdependência natural e necessária entre comunidades ou grupos de uma mesma comunidade em resposta à necessidade de sobrevivência. Este sistema de

povoamento designado por «multipolar» (Vilaça e Arruda, 2004, p.16) é assim caracterizado por grupos disseminados no território cuja intervisibilidade é notória. Este aspecto é de vital importância, na medida em que, a partilha dos espaços terá sido uma realidade: «(...) A comunhão de territórios imposta pela própria natureza deverá ter constituído elemento fomentador mais de solidariedade, do que de competitividades e individualismos. (...)» (Vilaça e Arruda, 2004, p.17). Estes núcleos não seriam funcionalmente específicos, pelo que não só nos «casais agrícolas» se verifica uma forte componente agrícola, mas também em povoados de cumeada, onde as evidências de moagem de cereais são comuns, sendo por exemplo o caso do Cabeço de Alcaíça, cujo conjunto inclui um movente e dois dormentes, um deles, incorporado numa dos muros registados. Também a prática da pastorícia está por vezes documentada pela presença de estruturas amuralhadas de formato elipsoidal, semelhantes a currais, como se verifica igualmente no Cabeço de Alcaíça. Nesta lógica, a ideia de que os povoados de altura seriam o centro da produção metalúrgica perde força no sentido em que existem evidências dessa mesma produção em «casais agrícolas» (Vilaça e Arruda, 2004, p. 18). Perante estas duas opções, parece-me que a coexistência de povoados em situações geográficas opostas (altura/vale) não significaria necessariamente funcionalidades e actividades diferenciadas e específicas para cada tipologia de implantação, mas sim uma heterogeneidade funcional, isto é, um conjunto de actividades repartidas entre povoados, umas vezes comuns outras não, que resultam de estratégias de sobrevivência comunitária que mais facilmente resistiria por meio de um sistema de solidariedade do que numa lógica de subordinação, pelo que «O peso da vocação agrícola e metalúrgica de uns e de outros não está em causa, mas deverá ser relativizada». (Vilaça e Arruda, 2004, p. 18). Relativamente à contemporaneidade destes povoados, de facto, são escassas as datações disponíveis de forma a ter uma visão global de âmbito regional, como se percebe pelos dados da tabela 7 seguinte:

Sítios	Referência de laboratório	Data convencional	Data calibrada a 2 sigma	Amostra	Ref.
Penha Verde (Sintra)	W-656	3420 +/- 200 BP	2294-1221	Carvões	Cardoso, 2010/2011
Cabeço Mouro (Cascais)	SAC 1916	2710 +/- 50 BP	798-972	Esquírolas ósseas (<i>Bos Tauros</i>)	Cardoso, 2006, p.45
Catujal (Loures)	ICEN – 867		2028-1752		Cardoso, 1999/2000
Tapada da Ajuda (Lisboa)	ICEN – 100		1300-1000		Cardoso, 2004
	ICEN-100	3000+/- 40 BP	1300 – 800		Cardoso, 2004

Tabela 7 – Datações disponíveis para os sítios da região de Lisboa. As calibrações apresentadas foram efectuadas segundo Stuiver et al (1998) e com base no programa CALIB ver 5.0.1 (Stuiver e Reimer, 1993).

A datação disponível para o sítio da Tapada da Ajuda coloca a ocupação deste casal agrícola nos últimos dois séculos do 2º milénio a.C. Contudo, outro sítio de implantação semelhante como a Quinta do Percevejo (Almada) revelou uma ocupação entre os séculos XI e X a.C., datação que coloca este povoado activo em período tardio do Bronze Final, altura em terá predominado a fixação de populações em cotas mais elevadas. Outro dado importante é a existência de cerâmica decorada com ornatos brunido no sítio do Moinho da Atalaia, que o coloca em finais do 2º milénio a.C. Perante estes dados que de alguma forma contrariam uma certa *norma* relativamente às realidades restantes, concordo com A. M. Arruda e R. Vilaça quando afirmam a possibilidade destes casais agrícolas persistirem no tempo, acompanhando ainda a emergência de outros em pontos bem mais destacados na paisagem, ou seja a sua eventual coexistência na transição entre o 2º e o 1º milénio a.C. Certo é que, a dado momento, são fundados os referidos povoados em altura, não creio que por uma maior necessidade de defensabilidade, mas talvez, uma necessidade natural de maior controlo do território, pessoas e bens. A eventual coexistência de povoados de implantação diferenciada, não significa necessariamente um clima de tensão entre comunidades. Penso que a existirem relações de subordinação entre si, terão resultado de algum constrangimento natural de um ou outro sítio originando algum tipo de dependência relativamente a outro, não achando de forma taxativa que algum tipo de pressão ou indício de violência esteja subjacente nas relações entre povoados, *elites* e *subordinados*.

Nesta discussão é necessário ter em consideração um dos principais indicadores cronológicos do Bronze Final, nomeadamente, a cerâmica decorada com retícula brunida, conhecida com tipo «Lapa do Fumo». Este é um tipo de decoração comum a diversos tipo de sítios arqueológicos, que não só os povoados. Na área da península de Lisboa, ocorrem igualmente em contextos funerários e cársicos de onde são originalmente conhecidas, prolongando-se a sua presença em contextos arqueológicos ao longo do curso do médio Tejo, estando registadas na área da Beira Interior (Arruda e Vilaça, 2004). De igual forma fazem parte dos conjuntos artefactuais morfologias como as taças carenadas, de superfícies muito cuidadas (alisadas ou brunidas) e cozeduras redutoras, os recipientes de armazenagem, panelas e potes, por vezes apresentando nas superfícies externas o que normalmente se designa por tratamento *a cepillo*, de aspecto semelhante à passagem de um pente na argila fresca. De facto, a integração cronológica da ocupação do Cabeço de Alcaínça tem por base o conjunto artefactual integrável no Bronze Final, provavelmente na sua fase final, tendo em consideração as características apresentadas.

5.2 Produção e circulação de objectos em bronze no quadro geográfico regional

Relativamente à metalurgia do Bronze Final na área estudada, a informação arqueológica contextual não é abundante visto que a maioria dos artefactos conhecidos constituem achados furtivos, normalmente designados por «depósito votivo», «depósito ritual», «depósito de sucata», «depósito de mercador», «depósito de fundidor», «depósito de artífice», «depósito utilitário», entre outras nomenclaturas cuja discussão não cabe no presente estudo. (Vilaça, 2006, p.10; Arruda e Vilaça, 2007, p.30), embora possam ter ocorrido na área envolvente de Cabeço de Alcaíça, nomeadamente em Penedo do Lexim e Cabecinho da Capitôa.

Na Península de Lisboa, prevalecem os objectos de bronze de adorno relativamente aos objectos tidos como «armas». De facto, dos dois tipos de artefactos mais comuns, machados e braceletes, predominam as segundas no registo arqueológico. O sítio do Cabeço de Alcaíça enquadra-se nesta realidade numa proporção de seis braceletes para dois machados e um fragmento de bainha de punhal. Situação semelhante se verifica no conjunto metálico proveniente do depósito dos Fiéis de Deus (Bombarral), cuja proporção é um machado, um punhal e uma ponta de lança para seis braceletes. Este último elemento é o mais comum dos objectos de adorno encontrados na região neste tipo de depósito. De salientar que apesar da semelhança morfo-tipológica das braceletes nos dois sítios, relembro que os contextos são claramente diferentes, sendo o Cabeço de Alcaíça aqui considerado um *habitat*. Ainda assim, este tipo de artefacto é mais comum em contextos de necrópole (note-se o caso de Alpiarça). Relativamente ao fragmento de bainha de punhal dificilmente se encontram paralelos. Mais simples será falar da ocorrência dos próprios punhais. Este tipo de artefactos ocorre tanto em contextos de *habitat*, como em depósitos, tendo sido registados em estações arqueológicas como o Alto do Castelo, Lapa do Fumo, Pragança e Moinho do Raposo e ainda em Pragança e Columbeira (Arruda e Vilaça, 2004, p.31). No que diz respeito aos machados normalmente encontrados em depósitos, destacam-se os de alvado e os de talão unifacial, que A. Arruda coloca no grupo 36 de Monteagudo (Arruda e Vilaça, 2004, p.31). Ocorrem também em contextos de gruta, como se verifica no Gruta da Cova da Moura (Torres Vedras) e em *habitat* como o Cabeço de Alcaíça, o Penedo do Lexim, o Castro da Ota, Pragança, Columbeira, Cesareda e Monte de São Martinho (Arruda e Vilaça, 2004, p.31).

O panorama do estudo destes materiais é ainda incipiente, pelo que escasseiam dados analíticos que esclareçam a sua composição química. A. M. Arruda, lembra-nos que as análises efectuadas ao conjunto artefactual dos Fiéis de Deus revelou ligas binárias de cobre e estanho, à

semelhança dos resultados obtidos para a ponta de lança proveniente do Penedo do Lexim, (Arruda e Vilaça, 2004, p.31) local que dista aproximadamente 4 km do Cabeço de Alcainça.

A distinção da produção metalúrgica do Bronze Final relativamente às anteriores é caracterizada sobretudo pela substituição do arsénio pelo estanho, alteração que confere às ligas de bronze maior maleabilidade (Mohen, 1990 *apud* Teixeira, 2001, p.2). Salienta-se que a presença de estanho nas produções mais antigas pode relacionar-se com a existência de impurezas com essa composição química. Nesta perspectiva, a generalização tardia do uso deliberado do estanho poderá ter decorrido da percepção gradual das vantagens da sua utilização na produção metalúrgica. O estanho tem temperatura de fusão de 231,93 °C. A sua ocorrência nativa é rara, aparecendo sob a forma de cassiterite (SnO_2), e estanite ($\text{Cu}_2\text{FeSnS}_4$), (Mohen, 1990 *apud* Teixeira, 2001, p.11).

O processo de produção metalúrgica implicava a utilização de fornalha de fundição semi-circular construída a partir de rochas formadas por carbonatos de magnésio e cálcio (dolomíticas). As paredes eram revestidas e espessadas por argila e terra em cerca de 2 a 3 cm o que facilitava a sua desestruturação em consequência da remoção do metal fundido. (Zwicker, 1985 *apud* Teixeira, 2001, p.11). Não existem para já indícios visíveis no Cabeço de Alcainça, de transformação e manipulação de matéria-prima mineral, pelo que só uma escavação arqueológica poderá responder a tal questão. Nesse sentido, não posso afirmar o sítio como «oficina» de produção, quer em contexto doméstico, quer noutra, pela falta de elementos fidedignos. Também o conjunto artefactual cerâmico não fornece indícios desse tipo de actividade.

A escassa informação fidedigna de que dispomos sobre as produções metalúrgicas conhecidas para o Cabeço de Alcainça, além da referência a supostas análises que comprovam que as pulseiras compostas por estanho já aqui mencionadas, não permitem de momento avançar dados que só uma nova análise química pode oferecer. Contudo, é possível especular sobre utilização de ligas binárias e ternárias.

No caso dos dois machados provenientes do local depositados em parte incerta é impossível aferir a existência ou não de marcas de utilização visíveis a olho nú ou não. Desta situação decorre que não se sabe de facto, com que intuito estes dois objectos foram produzidos. Fica igualmente por esclarecer a sua cronologia e a sua composição química. Sabendo que uma eventual maior percentagem de estanho poderá estar relacionada com o fabrico de materiais de maior rigidez e envergadura (12 a 17% de Sn), isto é, mais resistentes e ideais para utilização quotidiana, já uma menor percentagem de Sn (6 a 12% de Sn), poderia indicar que o seu fabrico teve um carácter simbólico pelo facto dos elementos de adorno, mais delicados, serem caracterizados por processo de fabrico que exige uma maior fluidez dentro do molde. (Mohen, 1990 *apud* Teixeira, 2001, p.12). Normalmente, artefactos como os machados de filiação «Atlântica», especificamente durante o

Bronze Final, são normalmente compostos por liga ternária que combina o cobre, o estanho e o chumbo, pelo que são conhecidos artefactos de cobre, onde ocorrem percentagens de chumbo (8 a 9%), superior à de estanho (5 a 7%), (Mohen, 1990 apud Teixeira, 2001, p.14). A presença de chumbo em concentrações de 2 ou 3% em bronzes pode ser de carácter vestigial, ou seja, uma impureza. Este terceiro elemento (Pb) é um elemento com um ponto de fusão que ronda os 327,46 °C, portanto, baixo, relativamente fácil na sua extracção e manipulação a partir da galena (PbS), mineral que ocorre moderadamente no território peninsular. Assim, no processo de fundição é obtido chumbo livre de impurezas. Contudo, o chumbo não é totalmente solúvel no bronze, pelo que ocorrem inclusões esféricas nos objectos produzidos. Apesar disto, o chumbo converte a liga binária noutra mais maleável e reduz o ponto de fusão. (Mohen, 1990, Melo e Araújo, 2000, Dinis, 1993/94, Walker, 1980 apud Mohen, 1990 apud Teixeira, 2001, p.16).

Na transição para a Idade do Ferro, verifica-se um aumento do teor médio de chumbo e uma diminuição do cobre, mantendo-se os níveis de estanho (Mohen, 1990 apud Teixeira, 2001, p.16).

A recorrente ideia de que a composição do artefacto em bronze e estanho nos indica fidedignamente um período específico de fabrico não é linear. De facto, as análises químicas limitam naturalmente a informação de carácter sócio-económico, pelo facto de se cingir única e exclusivamente à composição química do objecto. Neste sentido, creio que sem a existência de contextos arqueológicos de proveniência fidedignos, os dados da análise química podem ser olhados como um elemento caracterizador do objecto e não tanto, um indicador de maior ou menor sofisticação enquanto utensílio. Por esta razão, e com base em pressupostos morfo-tipológicos, apenas posso afirmar que a produção dos dois machados em bronze provenientes do Cabeço de Alcaínça nos situa entre 2500 a.C. e o séc. IX a.C.

Perante os dados apresentados, coloca-se a questão da proveniência da matéria-prima e a circulação destes objectos. É sabido que as jazidas de cobre e estanho se situam em áreas geográficas opostas à região da península de Lisboa. De facto, como demonstrado pelo mapa ilustrativo do modelo locativo de Weber de R. Vilaça (Cardoso, 2004, p. 225), a matéria-prima teria de circular a partir da Beira Alta pelo médio Tejo no caso do estanho e pelo Sudoeste alentejano até à Baixa Estremadura. Não obstante, creio que o que viajava eram sobretudo objectos já manufacturados, ou seja, «modelos» /formas. O facto é que por exemplo no caso do Cabeço de Alcaínça, os dois machados conhecidos são de filiação «atlântica» (machado de talão unifacial com uma aleta e de alvado com duas aletas), conforme o mapa de distribuição destas tipologias elaborado por A. Coffyn (Cardoso, 2004, p. 190). Como apontado por J. L. Cardoso, parece existir uma *coincidência* entre a «rota do estanho» e a dispersão de cerâmicas com ornatos brunidos em

território português. (Cardoso, 2004). Segundo o referido autor, a circulação de matéria-prima e produção de objectos metálicos parece ter colocado a área da Estremadura como «placa giratória» de circulação e troca de bens. Essa nova realidade seria reflexo da prosperidade da região da Baixa Estremadura na transição entre o 2º e o 1º milénio a.C., onde a metalurgia terá desempenhado um papel vital no enriquecimento das *elites*, que terão desenvolvido boas relações atlanto-mediterrâneas apoiadas pela boa situação geográfica (bons ancoradouros do Tejo) mantidas por «comércio» marítimo, cujo espólio proveniente do sítio de Monte Sa Idda em Cagliari (Sardenha) é referido como prova desses contactos (Cardoso, 2004). Relativamente a esta posição, penso que, é legítimo pensar na circulação de ideias e neste caso concreto, de morfologias diversas sem que isso signifique indirectamente contactos de índole «comercial» pela via da «exportação», no sentido em que o próprio termo *comércio* e *exportação* têm de ser aplicado com alguma cautela. Considero legítimo presumir *contactos* e *trocas* entre grupos, povoados numa lógica de afirmação ou consolidação de relações sociais trans-regionais.

Não obstante, reflectir sobre *trocas* e *contactos* durante o Bronze Final é complexo e pouco linear pela diversidade de possibilidades. Penso que o *problema* reside na falta de elementos que comprovem a tão referida participação da Estremadura nesse «mercado atlanto-oriental». Esta questão tem sido debatida (Martínez, 2006). Não está em causa o grau de complexificação socioeconómico das comunidades do Bronze Final, mas sim as sociabilidades e os laços subjacentes às tais trocas. Ficam no ar questões como: quem, onde, como, para quem, de onde e porquê.

O papel vital da região estremenha não fica posto em causa até porque me parece clara a posição de charneira que esta região terá tido na gestão dessas relações entre comunidades indígenas a nível trans-regional. Parece-me que poderemos pensar a via fluvial do Tejo, como um dos principais veículos de comunicação interior ao nível peninsular já que a Estremadura se situa precisamente no meio do Noroeste e Beira Alta (zona rica em jazidas de estanho) e o Sudoeste (zona rica em jazidas de cobre), situando-se naturalmente em posição estratégica. Nesta lógica, a circulação de materiais parece ter por base não só a Estremadura, mas a Beira Central e Interior no que respeita a ligações, contactos por terra. Este dinamismo aí sim é reflectido por uma maior diversidade artefactual dos contextos arqueológicos escavados onde os se contam não só artefactos metálicos, mas também moldes em materiais diversificados (pedra, argila e bronze) para produção de lanças, machados, foices, realidade que contrasta com a realidade arqueológica da Estremadura com menos indícios de produção metalúrgica. Esta analogia tem sido discutida pela comunidade científica, em particular no respeito ao estudo de povoados com ocupação durante o Bronze Pleno na Baixa Estremadura que, segundo J. L. Cardoso, teria afinidades com o mundo do Sudoeste, como comprovam a taça tipo Santa Vitória recolhida no sítio da Lapa do Suão (Bombarral) ou o

emblemático vaso de colo apertado com decoração de gomos proveniente de contexto funerário do Castro da Pedra de Ouro (Alenquer) ou o vaso tetramamilado recolhido perto do Monte da Rotura (Setúbal) com semelhanças a outra peça recolhida na necrópole do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). (Cardoso, 1999/2000). A comprovar estes contactos, o sítio do Catujal (Loures), datado a dois sigma de ICEN – 867-2028-1752 a.C. (Cardoso, 1999/2000). Demonstra a ligação entre a área da Baixa Estremadura e o Sudoeste, em especial pelos paralelos com o sítio do Pessegueiro (Sines).

Perante as realidades apresentadas, considero que, à semelhança do que foi referido por R. Vilaça sobre este tema, terão existido dois grandes eixos de comunicação. Por um lado, a Estremadura, em particular a Baixa Estremadura, recebe todo um conjunto de ideias, matérias-primas do Centro do território actual português, colaborando na sua difusão pela via marítima. Por outro lado, o Tejo apresenta-se como via de circulação que apoia contactos pela via interior, onde a realidade arqueológica da Beira Centro e Interior revela o papel activo destas comunidades. Contudo, sublinho a expressão de R. Vilaça: «(...) sabemos ainda muito pouco sobre o que se terá passado na faixa mais litoral (...)» (Vilaça, 2007, p.137). Por outro lado: «(...) É também necessário ter presente que a existência de contactos nem sempre se traduz na permuta de bens materiais, isto é, de importações/exportações. Pode antes limitar-se à troca de conhecimentos, de aprendizagens no fazer ou à assimilação de novos gostos e costumes, originando imitações e recriações. Movamo-nos aqui numa esfera muito mais subtil que é a de pretendermos distinguir protótipos e modelos de reelaborações indígenas, o que nem sempre está ao alcance (...)» (Vilaça, 2007, p. 138). Certo é que algumas produções metálicas conhecidas do território português têm paralelos em outras regiões do continente europeu, como a França e a Irlanda e na área mediterrânea (Sardenha), (Vilaça, 2007, p. 138).

6. O CABEÇO DE ALCAINÇA: UMA PERSPECTIVA INTEGRADA DA REGIÃO DE LISBOA À RIBEIRA DE CHELEIROS DE FINAIS DO 2 E INÍCIOS DO 1º MILÉNIO A.C.

6.1 Critérios e limites do estudo crono-cultural do Bronze final na região de Lisboa

A análise cronológica dos povoados com ocupação durante o Bronze Final na Península de Lisboa tem vindo a ser discutida com base em pressupostos crono-tipológicos (Cardoso, 2004). De facto, considerar os povoados apresentados nos finais da Idade do Bronze parece ser pouco esclarecedor e algo limitativo. Considero a possibilidade de existirem diacronias de ocupação entre povoados, durante a transição entre 3º e o 1º milénio a.C., ou seja, é necessário afinar cronologias. O principal obstáculo à questão é sem dúvida a escassez de dados (datações absolutas) para a grande maioria dos sítios arqueológicos, o que representa uma lacuna em qualquer estudo arqueológico realizado para esta e outras regiões, e neste caso, para o estudo do povoamento pré-histórico nos finais do Bronze.

Os trabalhos realizados no povoado da Tapada da Ajuda, dirigidos por J. L. Cardoso justificaram a opção do referido autor em estabelecer uma nova subdivisão do Bronze Final da Estremadura, como refere: «Foi a estação da Tapada da Ajuda a proporcionar, pela primeira vez, um argumento positivo para a subdivisão do Bronze Final da Estremadura em duas fases: a mais antiga, situável nos séculos XIV/XIII a.C. apenas datada na Tapada da Ajuda; a mais moderna, situável entre os séculos X e XI a.C. ou inícios do seguinte, caracterizada, ao nível da cerâmica, pela existência das características decorações de ornatos brunidos, do tipo «Alpiarça» ou «Lapa do Fumo», as quais se encontram totalmente ausentes na Tapada da Ajuda» (Cardoso, Silva, 2004, p.227-271). O autor considera por isso, que a «emergência de povoados de altura na região, no decurso do Bronze Final é-nos indicado pela datações de radiocarbono obtidas no casal agrícola da Quinta do Percevejo, Almada, sugerindo ocupação dos séculos XI/X a.C. (ICEN-1083 e ICEN 1084, in Barros, 2000), compatível com a presença de um grande vaso de colo cilindróide, decorado no bojo por ornatos brunidos «Haveria, deste modo, uma estrutura de poder político emergente, no seio de cada conjunto de casais agrícolas ou pequenos povoados, unidos certamente por laços de parentesco. (...) Assim sendo, a emergência de povoados de altura na região (...) é indissociável da afirmação de centros de poder económico-político. Assim se explicaria a emergência de elites, sediadas em tais locais, cuja presença se afigura por vezes necessária para a gestão interna dos

centros demográficos de maiores dimensões, como alguns já então existentes no Alto e Baixo Alentejo» (Cardoso, 1999/2000, p.375).

Raquel Vilaça e Ana Margarida Arruda matizam essa dicotomia em dois períodos, pelo facto dos momentos mais tardios do Bronze Final no registo arqueológico apresentarem denominadores comuns como ocupações de cotas mais altas, associadas à existência de cerâmica com ornatos brunidos. Estes povoados de altura serão mais tardios que a ocupação dos povoados abertos, localizados em encostas de declive suave, normalmente designados por «casais agrícolas», (por exemplo, a Tapada da Ajuda). Contudo, as autoras defendem a possibilidade de sobrevivência desses povoados abertos, numa lógica de implantação que poderá estar relacionada com relações de maior ou menor interdependência entre povoados, como se verifica nos sítios do Moinho da Atalaia (Alenquer) e Quinta do Percevejo (Almada), (Vilaça, Arruda, 2004, p.28). Esta ideia é comprovada não só pela presença de cerâmicas tipo «Lapa do Fumo» no sítio da Quinta do Percevejo, cujas datações apontam para o séc. XI e X a.C., o que denota a persistência deste tipo de ocupação em momentos finais da Idade do Bronze. Contudo, é plausível um crescimento do número de ocupações em altura na Estremadura em detrimento dos povoados abertos, como parece comprovar os dados da Tapada da Ajuda. Encontrando-se dispersa a informação relativa ao povoamento do Bronze final na região de Lisboa, considerou-se pertinente incluir um inventário de sítios, com descrições circunstanciadas, optando-se por colocar a informação em anexo, base para a leitura interpretativa aqui apresentada. A tabela 8 resume a referida listagem.

<i>Sítios</i>	<i>Referência</i>	<i>Implantação</i>	<i>Intervenção</i>	<i>Contexto</i>	<i>Cronologia</i>
<i>Vila Nova de São Pedro (Azambuja)</i>	<i>n°11</i>	Altura	Esc. Arqueol.	Povoado fortificado	○●
<i>Abrigada (Alenquer)</i>	<i>n°27</i>	Achado isolado	-	Ocupação episódica	●
<i>Moinho do Raposo (Alenquer)</i>	<i>n°28</i>	Achado isolado	-	Ocupação episódica	●
<i>Zambujal (Torres Vedras)</i>	<i>n°02</i>	Altura	Esc. Arqueol.	Povoado (habitat) Reutil. Monum.	◇□
<i>Monte da Pena (Torres Vedras)</i>	<i>n°21</i>	Altura	Prospecção	Megalítico	◇
<i>Cabeço de Alcaíça (Maфра)</i>	<i>n°29</i>	Altura	Prospecção	Povoado (habitat)	○●
<i>Penedo do Lexim (Maфра)</i>	<i>n°03</i>	Altura	Esc. Arqueol.	Povoado (habitat)	○●◇□
<i>Cabeço dos Cartaxos (Maфра)</i>	<i>n°04</i>	Altura	-	Povoado (habitat)?	○?
<i>Cabecinho da Capitôa (Maфра)</i>	<i>n°15</i>	Elevação/vertente	Esc. Arqueol.	Depósito votivo?	●
<i>Serra do Socorro (Maфра)</i>	<i>n°05</i>	Altura	Esc. Arqueol.	Povoado fortificado?	○●
<i>Santa Eufémia (Sintra)</i>	<i>n°06</i>	Altura	Esc. Arqueol.	Povoado (habitat)	●
<i>Monte Sereno (Sintra)</i>	<i>n°07</i>	Altura	-	Povoado (habitat)?	●
<i>Anços (Sintra)</i>	<i>n°08</i>	Altura	Prospecção	Povoado fortificado?	○◇●
<i>Penha Verde (Sintra)</i>	<i>n°09</i>	Altura	Esc. Arqueol.	Povoado (habitat)	○◇
<i>Funchal (Sintra)</i>	<i>n°16</i>	Elevação/vertente	Prospecções	Casal agrícola	●
<i>Castelo dos Mouros (Sintra)</i>	<i>n°10</i>	Altura	Esc. Arqueol.	Povoado (habitat)	●
<i>Alto das Cabeças (Oeiras)</i>	<i>n°17</i>	Elevação/vertente	Esc. Arqueol.	Casal agrícola	●
<i>Abrunheiro (Oeiras)</i>	<i>n°18</i>	Elevação/vertente	Esc. Arqueol.	Casal agrícola	●
<i>Cabeço do Mouro (Cascais)</i>	<i>n°19</i>	Altura	Esc. Arqueol.	Povoado (habitat)	□
<i>Moinho da Atalaia (Amadora)</i>	<i>n°01</i>	Altura	Esc. Arqueol.	Povoado (habitat)	○●
<i>Catuja (Loures)</i>	<i>n°12</i>	Altura	Esc. Arqueol.	Povoado (habitat)	□
<i>Serra da Amoreira (Loures)</i>	<i>n°14</i>	Altura	Prospecção	Povoado (habitat)	●
<i>Tapada da Ajuda (Lisboa)</i>	<i>n°20</i>	Elevação/vertente	Esc. Arqueol.	Casal agrícola	●
<i>Santa Sofia (V. F. Xira)</i>	<i>n°22</i>	Terraço fluvial	Esc. Arqueol.	Casal agrícola	●
<i>Quinta da Marquesa (V. F. Xira)</i>	<i>n°23</i>	Terraço fluvial	Prospecção.	Casal agrícola	●
<i>Casal da Mó (V. F. Xira)</i>	<i>n°25</i>	Terraço fluvial	Prospecção.	Casal agrícola	●
<i>Castro do Amaral (V. F. Xira)</i>	<i>n°26</i>	Terraço fluvial	Prospecção.	Casal agrícola	●
<i>Quinta da Carapinha (V.F. Xira)</i>	<i>n°24</i>	Terraço fluvial	Acomp. obra.	Casal agrícola	●

Legenda: ○ Neolítico ◇ Calcolítico □ Bronze ● Bronze Final / Ferro

Tabela 8 – Universo estudado - Povoamento Bronze Final na região da península de Lisboa.

Perante as incongruências geradas pela escassa informação existente, pode considerar-se que o povoamento na área limítrofe da Ribeira de Cheleiros durante o Bronze Final é pautada por implantações em zonas de cumeada, pela ocupação sistemática de locais com boa defensibilidade e domínio total e circular da paisagem, na maioria dos casos com muito boa visibilidade do mar, no caso da Serra do Socorro até às ilhas Berlengas, em altimetrias que variam entre os 100/200 e os 400 m como se percebe pela tabela 8. A estes aspectos soma-se a alta aptidão agrícola dos solos que envolvem estes povoados.

Este lógica de implantação na área do Complexo Vulcânico de Lisboa, parece obedecer a constrangimentos geográficos, especialmente pelo declive acentuado das elevações relativamente aos vales encaixados, ou seja, talvez a opção de implantação em altura não resulte de um maior grau

de hierarquização social, que é muito pouco acentuado (Vilaça, Arruda, 2004, p.28) mas sim, de uma lógica de territorialidade implícita, uma necessidade que creio natural ao ser humano em delimitar espaços, definir fronteiras físicas ou psicológicas. Além da principal característica do Cabeço de Alcaíça e restantes povoados de altura ser a intervisibilidade, a verdade é que grande parte das evidências em ocupações do género apontam para a existência de estruturas muralhas/muros e taludes, que me parecem obedecer a uma lógica de controlo do meio físico pelo Homem e não tanto à necessidade de defesa provocada por tensões, receios ou conflitos entre comunidades/povoados. De facto, a quantidade de materiais metálicos correspondentes a armas, escasseiam, pelo que a ideia de necessidade de defesa parece não ter sustentabilidade na área geográfica em estudo ou a produção ou importação destes materiais seria em maior escala. Creio que o próprio meio físico e geomorfológico da Estremadura, por si só, difícil, seria suficiente para gerar o sentimento comunitário de protecção. As estruturas identificadas como muralhas nem sempre delimitam áreas centrais dos povoados de altura, pelo que me parece existir a ocorrência de taludes muitas vezes mal interpretados, que definem espaços específicos no interior das áreas de habitat (como parece acontecer no Cabeço de Alcaíça), e que podem obedecer a uma lógica de manipulação do espaço sem fins belicistas, mas antes relacionados com espaços específicos. R. Vilaça, relembra a necessidade de pensar nestas estruturas sob dois pontos de vista, exterior (defesa, delimitação de espaço) e interior (guardar animais) o que me parece sensato (Vilaça, 1994).

De um total de 31 sítios arqueológicos interpretados na bibliografia específica enquanto *habitat* na área da península de Lisboa durante o Bronze Final, além do Cabeço de Alcaíça (anexos, ponto VI - fichas de sítios), cerca de 17 correspondem a locais bem destacados na paisagem em cotas que oscilam entre os 150 e os 400 m de altimetria, nomeadamente, o Moinho da Atalaia (Oeiras), Pedra d'Ouro (Alenquer), Zambujal (Torres Vedras), o Cabeço de Alcaíça (Mafra), o Penedo do Lexim (Mafra), o Cabeço dos Cartaxos (Mafra), a Serra do Socorro (Mafra), Santa Eufémia (Sintra), Monte Sereno (Sintra), Anços (Montelavar), Funchal (Sintra), Penha Verde (Sintra), Castelo dos Mouros (Sintra), Vila Nova de São Pedro (Azambuja), Catujal (Loures), Serra da Amoreira (Loures) e Moita Ladra (Vila Franca de Xira). Quatro sítios foram identificados como «casais agrícolas», sendo eles o Funchal (Sintra), Alto das Cabeças (Oeiras), Abrunheiro (Oeiras) e a Tapada da Ajuda (Lisboa).

Destacam-se ainda outros na área de Vila Franca de Xira situados em antigos terraços fluviais como Santa Sofia, Quinta da Marquesa I, Quinta da Carapinha, Casal da Mó e Castro do Amaral. Relativamente ao levantamento dos depósitos ou achados isolados, destaco os sítios da

Abrigada e o Moinho do Raposo, ambos situados em Alenquer. A tabela seguinte sintetiza os dados relativos à cultura material cerâmica no universo estudado:

Sítios	Cultura matéria(cerâmica)			
	Ref.	Formas carenadas	Fundos planos	Ornatos brunidos
Vila Nova de São Pedro (Azambuja)	nº11	●	○	○
Abrigada (Alenquer)	nº27	○	○	○
Moinho do Raposo (Alenquer)	nº28	○	○	○
Zambujal (Torres Vedras)	nº02	○	○	○
Monte da Pena (Torres Vedras)	nº21	●	○	●
Cabeço de Alcainça (Mafra)	nº29	●	●	●
Penedo do Lexim (Mafra)	nº03	○	○	○
Cabeço dos Cartaxos (Mafra)	nº04	○	○	○
Cabecinho da Capitôa (Mafra)	nº15	○	●	●
Serra do Socorro (Mafra)	nº05	●	●	●
Santa Eufémia (Sintra)	nº06	●	○	○
Monte Sereno (Sintra)	nº07	○	○	○
Anços (Sintra)	nº08	○	○	○
Penha Verde (Sintra)	nº09	○	○	○
Funchal (Sintra)	nº16	○	○	○
Castelo dos Mouros (Sintra)	nº10	●	○	●
Alto das Cabeças (Oeiras)	nº17	○	●	○
Abrunheiro (Oeiras)	nº18	●	●	●
Cabeço Mouro (Cascais)	nº19	●	●	○
Moinho da Atalaia (Amadora)	nº01	●	○	●
Catuja (Loures)	nº12	●	○	○
Serra da Amoreira (Loures)	nº14	●	●	○
Tapada da Ajuda (Lisboa)	nº20	●	○	○
Santa Sofia (V. F. Xira)	nº22	●	○	○
Quinta da Marquesa (V. F. Xira)	nº23	●	○	○
Casal da Mó (V. F. Xira)	nº25	●	○	○
Castro do Amaral (V. F. Xira)	nº26	●	○	○
Quinta da Carapinha (V.F. Xira)	nº24	●	○	○
Legenda:		●Existente	○Inexistente	

Tabela 9 – Cultura material (cerâmica) do universo estudado

Reflectindo sobre a malha de povoamento que se afigura no final do 2º milénio a.C. segundo os dados disponíveis na região estudada, (fig.5 - Anexos), e se a compararmos com a malha de povoamento Calcolítico na mesma área, facilmente se percebe que alguns dos sítios localizados em cotas mais altas foram reocupados. É o caso do castro de Pragança, Vila Nova de São Pedro, Zambujal, Castro da Ota, o Penedo do Lexim, e Penha Verde. De facto, não parece ter existido uma ocupação contínua no tempo deste sítios, mas uma diacronia de ocupações. Perante este raciocínio e

tendo em conta a existência de vestígios claramente mais antigos no Cabeço de Alcaíça, mais precisamente durante o Neolítico Antigo, como é prova o fragmento IGN.006.002, eventualmente associado a restos de talhe recolhidos em prospecção, poderá pensar-se este sítio como uma reocupação em finais do 2º milénio a.C., visto que alguns fragmentos recolhidos levantam dúvidas quanto à cronologia (por exemplo um fragmento de bordo almendrado que pode enquadrar-se no Calcolítico), evidenciando eventuais ocupações mais antigas e até posteriores.

6.2. O povoamento na área da Ribeira de Cheleiros

A área da Ribeira de Cheleiros (fig. 5 - Anexos) integra com ocupações da Idade do Bronze, além do Cabeço de Alcaíça, o Cabeço dos Cartaxos, o Penedo do Lexim, Anços, Funchal e o Cabecinho da Capitôa. Deste núcleo de sítios, apenas foram escavados Penedo do Lexim (Sousa, 2010) e Cabecinho da Capitôa (Sousa, 2007). Considerou-se ainda a Serra do Socorro, que se apesar de se encontrar fora dos limites da bacia hidrográfica da Ribeira de Cheleiros, apresenta intervisibilidade com Cabeço de Alcaíça, sendo a par de Santa Eufémia (Sintra) os povoados com altimetrias mais elevadas.

Relativamente ao **Cabeço dos Cartaxos** (Sousa, 2010), com cota máxima de cerca de 230 m de altitude, apresenta-se como um presumível povoado de provável cronologia neolítica e calcolítica, cujo conjunto de materiais cerâmicos é incaracterizável, sendo passível de análise o conjunto de materiais líticos provenientes do sítio. É desconhecida uma ocupação durante a Idade do Bronze, contudo, creio ser importante considerar este local como uma possível referência arqueológica da zona durante esse período, existindo ainda a presumível existência de uma muralha também em basalto.

O **Penedo do Lexim**, situado a uma curta distância de 3 km do Cabeço de Alcaíça e com uma altimetria de 223 m de altitude, figura-se na paisagem como um elemento indissociável na análise da malha de povoamento pré e proto-histórica da zona. Este é um povoado fortificado ocupado desde o Neolítico Antigo, Calcolítico Inicial, Bronze Final e Romano Alto-Imperial. As evidências do Bronze Final no local caracterizam-se por um depósito de materiais metálicos escavado sobre um lajeado em contexto Calcolítico, que poderemos não como prova de uma ocupação no sentido lato do termo durante este período, mas um episódio. Relativamente a cronologias do Bronze Final, destaco uma ponta de lança recolhida, peça nº IGN.017.05567, UE 02 e 17, registo nº E5-42 com 17,6 cm de altura, a par de o que é interpretado como um ex-voto

(cabeça de animal indiferenciado- cão, raposa, lobo). As análises realizadas em material metálico permitiram identificar 9 peças em bronze, integráveis cronologicamente no Bronze Final, nomeadamente, 3 fragmentos metálicos indeterminados, 3 argolas, 1 cinzel, 1 ponta de lança. (Sousa, et al, 2004, p.106). Realço o elevado teor de cobre (Cu) destas peças, que varia entre os 81,6% e 4,31%, seguindo-se o estanho (Sn) com valores entre os 53,4% e os 17,3%, o chumbo (Pb) entre 8,14% e 0,24% e a presença do ferro (Fe) entre 9,29% e 0,15%.

A ocupação durante a Idade do Bronze no Penedo do Lexim, foi documentada em duas unidades estratigráficas distintas: UE 2 e UE 17 (*locus 1*) sendo que a primeira corresponde a um depósito que cobria níveis calcolíticos de onde provêm 14 fragmentos cerâmicos, 2 lascas e 1 resto de talhe.

A segunda corresponde a um depósito que cobria o afloramento rochoso, de onde provêm 148 fragmentos de cerâmica, 6 restos de talhe, 8 lascas, 3 núcleos, 3 lâminas, 3 lamelas, 2 pontas de seta, 1 ponta de lança e 1 argola, (Sousa, 2000, p.27, 64 e 65).

A autora integra o conjunto de metais bronzíferos, no quadro cronológico do Bronze Final, no horizonte do «Bronze Atlântico» pela filiação de materiais como a ponta de lança, as argolas (também interpretados como arneses), encontradas em conexão estratigráfica, e o machado de alvado. É feita uma aproximação tipológica entre a ponta de lança e os exemplares provenientes de Pragança, Veiros e Porto do Concelho (Sousa et al., 2004, p.111). Creio que os dados disponíveis para o Penedo do Lexim não permitem coloca-lo como povoado ocupado durante o Bronze Final, mas que revela evidências de que terá feito parte da rede de circulação de bens metálicos, muitas vezes depositados em locais de grande altitude.

O sítio de **Anços**, localizado em Sintra, na margem oposta do Penedo do Lexim, de cota máxima de 198 m de altitude, integra igualmente a área de influência que rodeia o Cabeço de Alcainça, constituindo um provável ponto de passagem durante a transição entre o 2º e o 1º milénio a.C, sendo-lhes conhecidos materiais integráveis nesse âmbito cronológico depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. Existem ainda evidência de um recinto circular com monólitos de rochas vulcânicas.

O sítio do **Funchal**, localizado em Sintra, enquadra-se no âmbito deste estudo pelo facto de ter como cota de topo uns já consideráveis 150 m, é tomado neste estudo como um sítio de vertente. São-lhe conhecidas evidências arqueológicas relativas aos períodos seguintes: Neolítico Final, Calcolítico Final, Bronze Final e Idade do Ferro. Tendo em conta a diacronia ocupacional que os materiais evidenciam, integro igualmente este sítio neste estudo de povoamento, pelo papel que terá

tido na esfera quotidiana das comunidades do Bronze Final enquanto local de passagem ou de fixação temporária. (Sousa, 1998).

Ainda o sítio da **Serra do Socorro**, localizado num ponto muito destacado na paisagem (395 m de altimetria) é de referência fundamental quando abordamos a área da Ribeira de Cheleiros. O sítio é conhecido como um povoado fortificado. Num primeiro estudo com base nos materiais de prospecção por Carla Matias, foram identificados 23 fragmentos cronologicamente integráveis no Bronze Final, cujos grupos tipológicos identificados tiveram em consideração as tipologias definidas por R. Vilaça, nomeadamente: 1-taças hemisféricas (equivalente às «malgas» definidas pela autora referida); 1^a-tigelas; 1b-taças carenadas; 3-Potes; 4-pratos; 5-tronco-cónicos; 5a-grandes recipientes (Matias, 2003, p. 324). As formas mais frequentes são as do grupo 3 e do grupo 1, destacando-se a escassez das taças carenadas no conjunto. O grupo das tigelas e taças carenadas, segundo a autora, são formas que caracterizam neste caso, a transição entre o Bronze Final e a Idade do Ferro, pelo facto de constituírem «(...) persistências formais adaptadas às novas técnicas de fabrico introduzidas pelo uso do torno rápido. Contudo a par destas, persistem as formas mamiladas e os vasos tronco-cónicos, transversais à Idade do Bronze Pleno e Final.» (Matias, 2003, p.330).

Integráveis na Idade do Ferro, destacam-se 27 fragmentos de cerâmica que se subdividem pelos seguintes grupos: 1- taças abertas, 2-taças carenadas, 3-tigelas, 4-potes, 4a-potinhos, 5- grandes recipientes de armazenamento, 6-alguidares, 7-fundos. De salientar a predominância do grupo 5 no conjunto, e a integração cronológica no séc. V a.C. pela imitação formal com ânforas tipo 1.4.4.1 de Ramón como refere C. Matias A autora refere ainda a existência de paralelos a ânforas ibero-púnicas tipo 1345 de Pellicer e *pithoi* pela asa geminada a partir do bordo (Matias, 2003, p. 330). O espólio integra igualmente peças como cossoiros integráveis na Idade do Ferro. Do período romano são conhecidas formas como o prato, a terrina, o tacho, a panela, a jarrinha, a bilha, o potes e fundos (Matias, 2003, p. 340). De facto a variedade formal do conjunto é grande, mas segundo a autora, funcionalmente homogéneo pela seu cariz doméstico (mesa e cozinha). No conjunto estudado, destacam-se ainda os fragmentos de época medieval, como sejam as panelas e as bilhas/jarros, integráveis no séc. XIII e XIV (Matias, 2003, p. 341).

Relativamente aos materiais não cerâmicos, a conta de colar de pasta vítrea achada e de secção esférica, a sua ocorrência acontece numa diacronia pouco precisa, pelo que C. Matias a integra entre o séc. IV e III a.C. até ao séculos. I e II d.C. (Matias, 2003, p.344).

Relativamente ao elemento de xorca (sanguessuga), é descrita como sendo de cobre, sub-circular, preenchida com cerâmica fragmentada e extremos encurvados (ibidem). A autora compara

a peça com outros elementos de xorca provenientes do sítio da Serra de Ripas (Alenquer). O encurvamento nas extremidades permite pensar o objecto como pendente numa xorca. Carla Matias, em 2003, durante prospecções realizadas ao sítio, observou a existência de concentrações de blocos pétreos aparelhados «(...) numa extensão sempre descontínua de 250 m no sentido Oeste-Sudoeste e 150 m no sentido Sudeste-Nordeste, área, aliás, onde se verifica maior concentração de material (...) na vertente Oeste, a cerca de 340 m de altitude foram identificadas (...) estruturas de tipo semelhante, podendo tratar-se de uma segunda linha de muralha, reforçando a defesa do povoado na área mais próxima da sua base.» (Matias, 2003, p. 322). Considero importante referir o levantamento de uma gravura de motivo antropomórfico esquemático registado na face frontal da pia da ermida da Serra do Socorro, cujo levantamento foi feito por Marta Miranda. A figura pode assemelha-se a um orante. Esta representação é integrada pela autora no decurso no Bronze Final, (Matias, 2003, p. 349).

Também o Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Mafra tem vindo a acompanhar os trabalhos aí desenvolvidos, em particular no ano de 2008 pela realização de escavação arqueológica na área envolvente da ermida no âmbito do projecto «Rotas Históricas das Linhas de Torres Vedras». Durante estas intervenções, foi identificado o que parece ser uma cabana, de estrutura circular, cujo espólio está depositado no Depósito Oficial de Bens Arqueológicos de Mafra (Sousa, 2011). De facto, a implantação do sítio, além de determinar um domínio circular total da paisagem envolvente, parece ser determinada pela geomorfologia e matéria-prima local (basalto), à semelhança do acontece no sítio do cabeço de Alcainça, cujas características do espólio estudado, coincide com as formas cerâmicas do Bronze Final identificadas por Carla Matias. Certamente, que a Serra do Socorro funcionaria como local determinante nas dinâmicas de ocupação do espaço da Ribeira de Cheleiros.

Por último, o sítio do **Cabecinho da Capitôa**, com cerca de 195 m de altimetria, localiza-se da mesma forma na esfera geográfica da Ribeira de Cheleiros, embora num ponto pouco destacado na paisagem (vale). Este sítio não se apresenta como um povoado ou um casal agrícola.

A escavação arqueológica de uma fossa revelou cerca de 504 fragmentos cerâmicos, dos quais 135 são individualizáveis. A deposição da cerâmica não parece ter obedecido a qualquer critério formal, pelo que foram identificadas formas comuns na Idade do Bronze: taças carenadas, taças hemisféricas, vasos carenados, potes. O tratamento das superfícies é igualmente diverso: polida, alisada, brunida e «cepillada». A localização de fragmentos de um mesmo recipiente dentro e fora da fossa, levou a que este contexto fosse interpretado como uma «condenação ritual» à semelhança de certos depósitos de objectos metálicos. Os recipientes já estariam por isso,

fragmentados aquando da sua deposição. A cerâmica decorada caracteriza-se por linhas e formas geométricas incisadas, tanto em formas abertas como fechadas.

Durante a escavação da UE1, foi identificado um conjunto de contas de colar em âmbar, revestidas a cerâmica, conjunto considerado como excepção. Segundo a equipa de escavação (Sousa, 2006), não são muitos os paralelos para este achado, neste âmbito cronológico, destacando-se o sítio da Moreirinha (Idanha-a-Nova, Beira), Castelo de Matos (Baião, Beira), Senhora da Guia (São Pedro do Sul, Beira), cujo âmbar (principal matéria-prima) provém do Báltico, segundo análises efectuadas (Sousa, 2008). No caso do Cabecinho da Capitôa, é desconhecida a origem deste material, apesar das ocorrências de âmbar nas arribas das praias de S. Julião e Magoito, área relativamente próxima da zona de escavação. As contas apresentam variedade formal: discoide anelar, discoide espessa e esferoidal. Pela análise das peças, o conjunto seria composto por um núcleo de contas, às quais se seguiam em fiada as restantes, de menor dimensão. Os contextos de recolha das contas de âmbar conhecidas, normalmente provenientes do Báltico, são habitacionais. Note-se o exemplar recolhido no sítio da Quinta do Marcelo, cujo depósito foi datado do séc. IX a.C., não por análises químicas. De salientar também que no castro da Senhora de Guia (Baiões), foi encontrado um bloco de âmbar, que segundo J. L. Cardoso «(...) sugere transformação *in loco*, mais ao gosto local, o que explicaria a heterogeneidade tipológica de tais peças.» (Cardoso, 1999/2000, p. 389).

O espólio lítico recuperado corresponde igualmente a uma ocupação do Bronze Final, destacando-se num conjunto de 22 peças, entre as quais material de reavivamento (1 flanco de núcleo), material de debitagem (2 lâminas, 1 lasca), 2 núcleos, material residual (14 restos de talhe), e utensilagem (3 denticulados sobre lasca) (Sousa et al., 2006, p.1). Os denticulados são de facto utensílios registados em diversos contextos dos finais da Idade do Bronze na Península de Lisboa. Refira-se a título de exemplo, o sítio da Tapada da Ajuda (Cardoso, Silva, 2004) e o exemplar proveniente do Cabeço de Alcaíça.

A interpretação do sítio é ambígua pelo que se questiona se seria uma área de habitacional pela ausência de estruturas que caracterizam esses locais, como as cabanas e buracos de poste associado. A presença de uma área de combustão e fossa cheia de materiais cerâmicos e uma maior percentagem de recipientes de consumo em detrimento dos de armazenagem e transporte, fazem crer que o Cabecinho da Capitôa possa corresponder a um qualquer tipo de ocupação residual pautados por crenças ainda hoje desconhecidas, sobre as quais a especulação não cabe no presente estudo. O sítio terá tido certamente uma dinâmica ocupacional/funcional ambígua, sem que se possa definir uma lógica habitacional a partir do espólio exumado. Contudo, não é pacífico que se atribua

um significado «ritual» a um conjunto cerâmico onde predominam superfícies pouco cuidadas, como se percebe pelo esbatimento das decorações brunidas e a anarquia da decoração «cepillada». Por outro lado, a intervenção no sítio revelou um conjunto de excepção, as referidas contas de colar em âmbar numa quantidade rara e creio que única nestes contextos, que pode relacionar-se uma vez mais com um simbolismo ainda por determinar no sítio em causa.

Face ao exposto, a área da Ribeira de Cheleiros apresenta já um manancial de informação muito importante com diversidade de tipologias de sítio e de sequência de ocupação. A informação recolhida em achados fortuitos, prospecções, escavações de investigação e arqueologia preventiva permite uma primeira perspectiva do povoamento de escala local / regional em torno do Cabeço de Alcaíça. Com efeito, dos sítios identificados na área de Cheleiros, Cabeço de Alcaíça assume um papel central, sendo o único que evidencia a presença dos principais fosséis diretores e a ocupação permanente como povoado, provalmente fortificado. Penedo do Lexim e Cabecinho da Capitôa parecem corresponder a ocupações epidólicas, eventualmente simbólicos, e para os restantes a informação é muito parca.

7. EM JEITO DE REFLEXÃO/CONCLUSÃO

Como se percebe pelos dados apresentados, a área da Ribeira de Cheleiros, congrega um conjunto de dados arqueológicos rico, mas nem sempre concreto relativos a ocupações quer de habitat, quer ocasionais (acampamentos, depósitos votivos) durante a transição do 2º para o 1º milénio a.C.. Assim, parece-me plausível que o Cabeço de Alcaíça seja claramente «mais um ponto no mapa» no que toca à investigação do povoamento da área, inicialmente impulsionada sobretudo pelo trabalho de A. C. Sousa sobre a sequência do Neolítico e Calcolítico na região. Observando o mapa da malha de povoamento (anexos) fica perceptível na área da Ribeira de Cheleiros a ocupação de sítios com destaque na paisagem, num quotidiano que gozaria de solos extremamente férteis sobretudo em áreas de vale encaixado como se percebe pela fotografia da capa do presente trabalho. De facto, é de assinalar a intervisibilidade entre o Cabeço de Alcaíça, o Penedo do Lexim (a Sudoeste) e a Serra do Socorro (a Este) como se percebe pelas fotografias nº e nº em anexo, além da proximidade geográfica a áreas a Sul, como Montelavar e outros locais emblemáticos da arqueologia portuguesa como o Zambujal a Norte.

Não creio que se possa definir um modelo de ocupação rígido à área da Ribeira de Cheleiros, pelos constrangimentos naturais (relevo acidentado, clima árido) a que as comunidades humanas estariam sujeitas. Contudo, acredito que os povoados de altura terão necessariamente convivido de forma *sustentável* com outros pequenos núcleos de habitat abertos, situados em vertentes mais suaves cujo registo arqueológico revela uma componente agrícola mais marcada. A componente agrícola julgo estar bem marcada na região desde sempre até hoje, mesmo nos povoados de altura durante os finais do 2º milénio a.C, a julgar pelos elementos de mó frequentemente recolhidos além de conjuntos artefactuais que indiciam tal actividade, como por exemplo os vasos de armazenagem de fundo plano recolhidos no Cabeço de Alcaíça.

A região é igualmente marcada, ainda hoje, pela produção oleira motivada pela plasticidade dos solos da zona do Sobreiro e Barreiralva (Sousa, 1998). A evidência da produção de cerâmica decorada com ornatos brunidos, revela igualmente a qualidade da execução manual de recipientes cerâmicos, de pastas semi-depuradas, mas a meu ver com um cunho regional muito marcado especialmente visível pela coloração dos fragmentos que revelam cozeduras mais redutoras (castanho escuro) nas cerâmicas provenientes do Cabeço de Alcaíça e da Serra do Socorro.

Ainda outro ponto em comum nos povoados de altura identificados, são as evidências, ainda que pouco claras, de estruturas «amuralhadas», normalmente formadas por blocos basálticos em

pedra seca, geram sempre dúvidas entre os investigadores, não só pela cronologia ambígua, mas sobretudo pela função ou a razão pela qual foram erguidas. A plataforma mais alta do Cabeço de Alcainça, a que chamei de *Zona 1* caracteriza-se por uma maior concentração de materiais cerâmicos bem como estruturas naturais (afloramento - prismas basálticos) que apresentam marcas de corte para construção de pequenos muretes de forma elipsoidal ou semicircular de dimensões menores sobre as linhas de curvas de nível do local, relativamente a outros muros que se prolongam longitudinalmente ao longo da vertente do cabeço, esses sim, de origem antrópica. Facto é que essas estruturas concentradas no topo, envolvem a referida plataforma central da elevação. Assim, numa lógica de manipulação do espaço, parecem existir áreas específicas, delimitadas no interior do povoado, embora com um plano de difícil reconstituição para já, por conta da vegetação alta do local. A historiografia tem especulado igualmente sobre a existência de uma estrutura semelhante a estas a envolver a plataforma mais alta do suposto povoado da Serra do Socorro. Tendo em conta a intervisibilidade entre os dois sítios bem como a boa visibilidade para o mar em dia de céu limpo, pode ficar justificada a existência de um modelo de povoamento *de cumeada*, que como já anteriormente referi, não terá resultado de uma necessidade de maior defensibilidade, mas talvez um sentimento de vulnerabilidade que empurrou estas comunidades para ponto destacados na paisagem, aliado a constrangimentos como a necessidade de controlo das vias de circulação tanto de bens como pessoas e ideias.

Pelo conjunto de dados apresentados, pode considerar-se que na transição entre o 2º milénio e o 1º milénio a.C., a malha de povoamento numa escala local (Ribeira de Cheleiros), à luz de uma escala regional mais abrangente (região da península de Lisboa), obedeceria a lógicas de sobrevivência comunitária, onde a geografia se impõe coercivamente determinando o tipo de implantação dos povoados de habitat, desencadeando sociabilidade reforçadas por solidariedades. Contudo, julgo que esta realidade local constrangida se pode projectar para a malha de povoamento da península de Lisboa durante o Bronze Final, onde as evidências arqueológicas opõem dois tipos preferenciais de ocupação e organização do espaço: povoados de altura, em alguns casos, amuralhados, que certamente não seriam indissociáveis dos casais agrícolas implantados em cotas mais baixas (vales) no quotidiano. Assim, se a componente agrícola é até agora melhor documentada nos últimos, esse facto não torna os primeiros meros espectadores, mas sim, participantes dessa componente da vida das comunidades do Bronze Final em actividades igualmente importantes que secundarizam todo o processo de cultivo, como a moagem de cereais (actividade comprovada pelo registo de elementos de mó), a produção oleira (recipientes de armazenagem) e ainda a guarda do gado (estruturas em pedra seca de formato elipsoidal

semelhantes a currais), além da actividade metalúrgica que daria um carácter excepcional no contexto geográfico estudado pelo simples facto da maioria das evidências a materiais se reportam a contextos de depósito.

A malha de povoamento na região da península de Lisboa em finais do Bronze estaria bem mais consolidada relativamente a períodos anteriores: «(...) Com las reservas que la falta de excavaciones sistemáticas recientes impone, (...) el escaso número de poblados del Bronce conocidos en la Estremadura portuguesa, la cual, tras el denso poblamiento amurallado calcolítico, presenta una forma de asentamiento «invisible» durante gran parte de la Edad del Bronce, posiblemente ligada a una forma de vida más móvil, para unicamente en la transición Bronce Final/Edad del Hierro recuperar una forma de asentamiento más estable. Ello se plasmaría en la reocupación ahora de antiguos asentamientos calcolíticos, al principio de manera ciertamente provisional, para afianzarse el poblamiento sólo a partir de la Edad del Hierro.» (Priego,1998,p. 238).

Concretamente, as evidências do Cabeço de Alcaíça revelam uma ocupação do sítio provavelmente integrável no final do 2º milénio a.C., apresentando-se assim como mais uma referência a considerar quando pensamos nas dinâmicas de povoamento da área da Ribeira de Cheleiros e claro, da Península de Lisboa. Uma vez mais são evidentes as condições naturalmente atractivas da região à fixação humana que terão motivado o desenvolvimento social e a prosperidade agrícola e pastorícia nas comunidades do Bronze Final, conforme tantas vezes referidas por J. L. Cardoso (1999/2000, 2004).

No entanto, ficam questões por esclarecer que só futuras intervenções arqueológicas nos devidos locais poderão eventualmente responder. É premente aferir cronologias, isto é, perceber que dinâmicas estão por detrás da ocupação e antropização do sítio, em que momentos específicos. Essa informação permitirá elevar este tipo de estudos a outras cronologias como a Idade do Ferro, cuja malha de povoamento nesta região se adivinha complexa se pensarmos que a malha de povoamento do Bronze Final corresponde a reocupações de povoados de cronologias mais recuadas (Neolítico, Calcolítico).

Na verdade, julgo que o *problema* apresentado é transversal à maioria dos sítios que compõem o mapa do Bronze Final na península de Lisboa, a par de grandes lacunas informativas relativamente às intervenções realizadas nos diversos sítios em décadas de 50, 60 e 70 do séc. XX, especialmente no que concerne à análise estratigráfica, na maioria dos casos alvo de intervenções pouco perceptíveis pela bibliografia específica. Sabendo de antemão que a maioria dos conjuntos artefactuais provém de sítios prospectados, como o Cabeço de Alcaíça, nunca alvo de intervenção

ou acompanhamento arqueológico, admito que a interpretação dos sítios em si mesmo bem como a sua integração numa visão de conjunto, fica seriamente dificultada.

Como já referi no início deste trabalho, ficam dúvidas sobre a que se deve o panorama da investigação arqueológica sobre esta temática. Existe uma quantidade considerável de dados arqueológicos dispersos, sobretudo conjuntos artefactuais por estudar. Creio que a revisão dos dados poderá ser enriquecida se acrescentarmos aos existentes, outros que só poderão resultar de intervenções arqueológicas em particular, de contextos estratigráficos concretos. Não julgo ser um problema de questionário, mas das possibilidades limitadas pela parca informação existente que contextualizam os materiais arqueológicos em fila de espera. Refiro-me à necessidade de intervenção arqueológica pelo facto da maioria dos sítios apenas prospectados, revelarem níveis de destruição que considero grave sobretudo devido à grande exposição natural dos mesmos ao revolvimento de terras e outros constrangimentos que se sabe existirem sobretudo na zona oeste da península de Lisboa, zona de agricultura intensiva e extensiva. Por outro lado, se existirem contextos arqueológicos a apoiar argumentos de estudos como este, maior será a possibilidade de partir para modelos interpretativos.

Mafra, 24 de Fevereiro de 2013

Bibliografia

- ANGELUCCI, D. E. (2005) O Penedo do Lexim: aspectos geológicos e morfológicos. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Mafra*. Mafra
- ARAÚJO, A.C. S.; MARQUES, T.; CORREIA, S.H.; LOURENÇO, F. S. (1986) Lisboa e Arredores. In *Roteiros da Arqueologia Portuguesa*. Lisboa. Departamento de Arqueologia, IPPC, (Roteiros da Arqueologia Portuguesa; 1), p.64;
- ARAÚJO, F.; VALÉRIO, P.; TEIXEIRA, A.C. ; SOUSA, A. C. (2003) - EDXRF study of archaeological metallic artefacts from *Penedo do Lexim* (Portugal). In *Proceedings of the International Conference Archaeometallurgy in Europe*, Vol II, Milan, 24-26 October (2003) p. 591-597.
- ARNAUD, J. M, JORGE, V. O.; OLIVEIRA, V. S.; (1971) O Povoado fortificado Neo e Eneolítico do Penedo do Lexim (Mafra). Campanha preliminar de escavações. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3ª série:5, p. 97-132.
- ARNAUD, J. E. M., GAMITO, M. T. J. (1972) – O povoado fortificado neo e eneolítico da Serra das Baútas (Carenque, Belas). In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3ª série 6, p. 119-161
- ARNAUD, J. E. M. (1977) - Escavação no Penedo do Lexim (Mafra), 1975 Notícia preliminar. In *O Arqueólogo Português*. Lisboa 3ª série: 79, p. 398-406.
- ARRUDA, A. M. (1993) - A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular». *Estudos Orientais IV. Os fenícios no território português*. Lisboa. p.193-214.
- ARRUDA, A. M. (1999/2000) - Los Fenicios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VII-VI a.C.).Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueologia de la Universidad Pompeu Fabra (*Cuadernos da Arqueologia Mediterránea*, 5/6). p. 21-30; 101-224.
- ARRUDA, A. M.; VILAÇA, R. (2006) – O Mar Grego antes de gregos e romanos. Perspectivas a partir do Ocidente peninsular. In: *O Mar Grego*. Coimbra. P.31-58.
- AUBET, M. E. (1994) – Tyro y las colonias fenicias de Occidente. Barcelona, Crítica. 323 p.
- AZEVEDO, T.; FREITAS, C. ; FIGUEIRA, J. (1992) – A cobertura detritica da plataforma litoral portuguesa a Norte de Sintra. *Gaia* nº4, p. 1-7
- BURILLO MOZOTA, 1997, F. (1997) – Prospección arqueológica y geoarqueologia. In *La prospección arqueológica. Actas del II Encuentro sobre Arqueología y Patrimonio*. Granada, p. 117-132.
- BARBOSA, E. (1995) «Alenquer nas Épocas Pré e Proto-históricas». Dissertação de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentadas à Faculdade de Letras de Lisboa.
- BOAVENTURA, R. (2009) – As antas e o Megalitismo da região de Lisboa. Dissertação de Doutoramento de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p.18-25.
- C. A. (1975) Castro da Serra do Socorro. Expedição Arqueológica da Escola Técnica In *Badaladas*. Torres Vedras, 1014, p. 15
- CARNEIRO, A. (1991) Contribuição para o estudos do Calcolítico e do Bronze Final na região de Sintra. In *Actas das 4ªs Jornadas Arqueológicas*, Lisboa. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.227-236.
- COELHO, C (2000) A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra): uma interpretação comparada. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia, 1, p.207-225.

- CARDOSO, J. L. (1994) Do Paleolítico ao Romano. Investigações arqueológicas na área de Lisboa. Os últimos 10 anos: 1984-1993. In *Almadam*. Almada. 2ª série, 3, p. 59-74
- CARDOSO, J. L. (1995) O povoado da Tapada da Ajuda». In *A Idade do bronze em Portugal, Discursos de Poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p.48
- CARDOSO, J. L. (1995a) O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. In *Conimbriga*. Coimbra XXXIV, p.33-74
- CARDOSO, J. L. (2004) – A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de História regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 12, Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2006) – A estação do Bronze Final do Cabeço do Mouro. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol.9, nº1. Lisboa. P. 21-46.
- CARDOSO, J. L. (2010/2011) – O Casal agrícola do Bronze Final de Abrunheiro (Oeiras). In *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18, p.33-74.
- CARDOSO, J. L. (2010/2011) – A ocupação do Bronze Final do povoado pré-histórico da Penha Verde. In *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18, p. 579-590.
- CARDOSO, J. L., CANINAS, J. C. (2010) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado muralhado. In *Transformação e mudança no centro e sul de Portugal: o 4ª e o 3º milénios a.n.e..* Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2010., p.65-95
- CARDOSO, J. L., CARREIRA, J. R. (1993) – Le bronze Final et le début de L'Âge du Fer dans la region riveraine de l'estuaire du Tage. In *Mediterrâneo*. Lisboa.2. p.193-206
- CARDOSO, J. L., CARDOSO, G. (1994) Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras. In *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 4), p.126.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA (1996) – Materiais cerâmicos da Idade do Bronze da Gruta da Ponte da Lage (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 6, p. 341-350.
- CARDOSO, J. L., CARREIRA, J. L. (1996a) – Materiais campaniformes e da Idade do Bronze do concelho de Sintra. In *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6. Oeiras, p. 263-276;
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA (2001/2002) – A Gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e a sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 10, p. 249-361.
- CARREIRA, J. R. (1990-1992) – As ocupações das Idades do Bronze e do Ferro das Grutas do Poço Velho (Cascais). *O Arqueólogo Português*, série IV, 8/10, p.229-245.
- CARVALHO, A. F. (2009) – Contribuição para o estudo do talhe da pedra na Idade do Bronze da Estremadura: o conjunto do Casal da Torre (Torres Novas). In: *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 17.
- CML (1997) «Carta Arqueológica do Município de Loures.». Loures. Câmara Municipal de Loures.
- DAVEAU, S. (1973) – Quelques exemples d'évolution quaternaire des versants au Portugal. *Centro de Estudos Geográficos*. Vol. II. Nº15. Lisboa.p. 5-47
- DAVEAU, S. (1976) – L'évolution geomorfologique quaternaire au Portugal. Principaux aspects et problèmes posés par son étude. Relatório nº 6. Projecto de Geografia Física. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- DAVEAU, S (1980) - Espaço e Tempo. Evolução do ambiente Geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos. In *Clio* 2. Lisboa: centro de História da Universidade de Lisboa.
- DAVEAU, S. (1993) - A Foz do Tejo, palco da história de Lisboa. Lisboa: *Lisboa Subterrânea*. P. 24-30
- DIAS, M. H. (1980) – A plataforma litoral a norte de Sintra – Estudos de depósitos de cobertura. Linha de Acção de Geografia Física. Relatório nº11: Centro de Estudos Geográficos.
- DIAS, M. H. (1995) – Os mapas em Portugal. Da tradição aos novos rumos da Cartografia. *Cadernos Penélope* 2. Lisboa: edição Cosmos.

- DIAS, J. M. A. (1985) – Registo de migração da linha de costa nos últimos 18000 anos na plataforma continental portuguesa setentrional. Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico, vol.I (Lisboa).
- FERREIRA, O. V. (1971) - Antecedentes pré-históricos dos Castros da Idade do Ferro: os castros da Idade do Cobre em Portugal. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 22, 3, p. 295-305
- FERREIRA, O. V. (1973) – Antecedentes pré-históricos dos Castros da Idade do Ferro: os castros da Idade do Cobre em Portugal. In *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto 22:3, p.295-305.
- FERREIRA, O. V. (1982) - Guia descritivo da sala de Arqueologia pré-histórica do Museu dos Serviços geológicos de Portugal. Lisboa. Serviços Geológicos de Portugal.
- FONTES, T. (2002) – Estudo de 145 artefactos da Idade do Bronze do Moinho da Atalaia Oeste. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- GÁLVEZ-PRIEGO, M. R (1998) – La Europa Atantica en la Edad del Bronce. Un viaje a las raices de la Europa occidental.. *Crítica Arqueologia*. Barcelona. 399 p.
- GÁLVEZ-PRIEGO, M. R (2001) – La Edad del Bronce. Primera Edad del Oro de Espana?Sociedad, economia e ideologia. *Crítica Arqueologia*. Barcelona. 342 p.
- GANDRA, M. J.; CAETANO, A. (1995) Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Mafra. In *Boletim da Câmara Municipal de Mafra*. Mafra, p. 243-306.
- GOMES, J. A. (2006) O Penedo do Lexim: uma leitura paleoambiental. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Mafra*. Mafra.
- GONÇALVES, V. S. (1993a) – O castelo de Vila Nova de S. Pedro. In GONÇALVES, V. S., coord. - *História de Portugal*. Lisboa : Ediclube, 1993. Vol. 1, p. 230-232.
- GONÇALVES, V.S. (2008) – As ocupações pré-históricas das furnas do Poço Velho (Cascais). *Colecção Cascais Tempos Antigos*. Vol.3, p. 30-494
- GONÇALVES, V.S. (2009) – Construir para os mortos. Grutas artificiais e antas na península de Lisboa. Algumas leituras prévias. *Estudos arqueológicos de Oeiras*. nº 17, p. 237-260.
- GONÇAVES, J. L. M. (1983) – Amadora. In: *Informação Arqueológica*. Lisboa. 3 p. 36-39.
- GUERRA, A. V., FERREIRA, O. V. (1971) – Notícia sobre uma falange ídolo gravada no Museu Dr. Santos Rocha na Figueira da Foz. In *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81:12, p. 434
- HOFFMAN, G.; SCHULZ, H. (1994) – Cambio de situación de la liea costera y estratigrafia del holoceno en el valle del rio Sizandro/Portugal. Orígens, Estruturas e Relações das Culturas calcólicas da Península Ibérica. *Trabalhos de Arqueologia* 7. Lisboa: IPPAR
- IGEOE, (2009) - Carta Militar de Portugal, série M 888, folha 402. Escala 1:25000. Edição 5.
- JALHAY, E (1946) O monumento pré-histórico do Casal do Zambujal (Torres Vedras). Contribuição para o estudo da época do Bronze. In *Brotéria*. Lisboa. 42, 4, p.387-393.
- JORGE, S. O., (Coord.), (1995) – A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder. Lisboa. IPM/MNA. 158 p.
- JORGE, V. O.; OLIVEIRA, V. S.; ARNAUD, J. M. (1970) O povoado eneolítico do Penedo do Lexim (Mafra): sondagem preliminar». In *2º Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Junta Nacional de Educação.
- JORGE, S. O. (1998) - «Existe uma Idade do Bronze Atlântico?» In *Trabalhos de Arqueologia* 10. 293p.
- KUNST, M. (1990) – Sizandro and Guadiana Rivers: a comparison as example of the interdependence between the development of settlement and the natural environment. In *Arqueologia Hoje*, I. Universidade do Algarve.

- KUNST, M. (1995) – A Idade do Bronze na Estremadura. Instituto Português de Museus. Museu Nacional de Arqueologia. p.125.
- KUNST, M. (2010) – Zambujal. A dinâmica da sequência construtiva. In *Transformação e mudança no centro e sul de Portugal: o 4^a e o 3^o milénio a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2010. P.131-153.
- LEEUAARDEN, W. V., QUEIROZ, P. F. (2003) Estudos de arqueobotânica no Castelo dos Mouros, Sintra. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos do CIPA, 45).
- LILLIOS, K; WATERMAN, A; ARTZ, J (2010) – The Neolithic. Early Bronze Age Mortuary Rockshelter of Bolores, Torres Vedras, Portugal. *Journal of Field Archaeology*, vol. 35, nº1, 21 p.
- LUCAS, M. M. (2002) O Calcolítico na região de Torres Vedras. In *Turres Veteras, IV. Actas de Pré-história e História Antiga.* Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras. Cultura/Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo «Alexandre Herculano», p. 33-65.
- MADEIRA, J.; GONÇALVES, J.L.; RAPOSO, L.; PARREIRA, R. (1972) – Achados da Idade do Bronze no Monte da Pena (Barro/Torres Vedras) – notícia prévia. *O Arqueólogo Português*, Série III, VI, p.207-212.
- MARQUES, G. (1982-1983) - Aspectos da Proto-História do Território Português. II-Povoado de Santa Eufémia (Sintra). In *Sintria*. Sintra, p.59-88.
- MARQUES, G (1987) - Aspectos da Proto-História do território português .III-Castelo da Amoreira (Odivelas, Loures). In *Boletim Cultural Loures*, 1, p.51-58
- MARTINS, A. A.S.,MORGADINHO, S.M.C. (1989) O complexo megalítico da barreira e do Funchal. Sintra. In *Actas do 1^o Congresso Arqueológico de Viseu*.Viseu: Governo Civil de Viseu, p.111-114.
- MATEUS, J. QUEIRÓS, P. (1993) – Os estudos de vegetação quaternária em Portugal; contextos, balanço de resultados, perspectivas. In *O quaternário em Portugal. Balanços e Perspectivas*. Lisboa: Colibri. P. 105-131
- MATIAS, C (2003) - Serra do Socorro. In *Boletim Cultural*. Câmara Municipal de Mafra 12, p. 308-355;
- MELO, A. A. (2002) - Agricultores e metalurgistas, da Troca ao Mercado. Alguns aspectos e problemas do Bronze Final e Primeira Idade do Ferro na Península de Lisboa. In *Turres Veteras IV. Actas de Pré-história e História Antiga: Câmara Municipal de Torres Vedras.* Sector da Cultura/Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo «Alexandre Herculano», p.97-118
- MIRANDA, M. (2005) - A fauna malacológica do Penedo do Lexim: campanha 1 (1998) a 6 (2004)». In *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Mafra*.
- OLIVEIRA, A.C.; DEUS, M; MANUELA e SILVA, A. R. P. (1996) - Testemunhos arqueológicos de actividades agrícolas de Loures. In *II Jornadas sobre Cultura Saloia*. Póvoa de Santo Adrião.
- PARREIRA, R. J., PINTO, C. V. (1978) – Contribuição para o estudo do Bronze Final e Ferro inicial a Norte do estuário do Tejo. In *Actas das 3^{as} Jornadas Arqueológicas*. Lisboa, 1977. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p.145-163.
- PEREIRA, G. (1986) – O Collar da Penha Verde. In *Boletim Real da Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*. Lisboa. 3^a série 7:67, p. 77-78.
- PEREIRA, C. (2006) – Cerâmica de Cabecinho de Capitôa. In SOUSA, A. C., coord (2006) - Sítio calcolítico de Sopé do Cabecinho da Capitôa. Relatório final. Relatório policopiado.
- PIMENTA, J., MENDES, H. (2010/2011) – Novos dados sobre a presença fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na áreas de Vila Franca de Xira. In *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18. P.591-618

- RAMALHO, M.; PAIS, J.; REY, J.; BERTHOU, P. Y.; ALVES, C. A. M.; PALÁCIOS, T.; LEAL, N.; KULLBERG, M. C. (1993) - Notícia Explicativa da Folha 34-A, Sintra. Serviços Geológicos de Portugal. p. 5-65
- RAPOSO, J. (2001) - Sítios arqueológicos vistáveis em Portugal». In *Almadam*. Almada. 2ª série, 10, p. 100-157.
- RAU, V.; ZBYSEWSKY, G. (1949) – Estremadura e Ribatejo. Livre-guide de l'excursion du Congrès international de Géographie. Lisbonne.
- REY, J. (1972) – Recherches géologiques sur le crétacé inférieur de l'estremadura (Portugal). Serviços Geológicos de Portugal, nº21, p.13-16.
- REPRESAS, J. (2010) – A cerâmica decorada do Mundo Baiões/Santa Luzia. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.
- RIBEIRO, J. C. (1996) – Sintra património da Humanidade. Sintra: Câmara Municipal de Sintra.
- RIBEIRO, O. (1940) – Remarques sur la morphologie de la region de Sintra et Cascais. *Revue Géographique des Pyrénées et Sud-Ouest*. Tome XI (fasc. 3-4). P. 203-218.
- RIBEIRO, O. (1968) – Excursão à Estremadura e Portugal Central. *Finisterra III* (6). Lisboa. p. 274-299
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S.; (1987) – I. A posição geográfica e o território. Lisboa: Sá da Costa.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S.; (1987) – II. A posição geográfica e o território. Lisboa: Sá da Costa.
- SANCHES, M, J, (2008) – O Crasto de Palheiros. Fragada do Castro. Murça-Portugal. 193p.
- SANTOS, M. F., SOARES, J. (1972) – Campaniforme da Barrada do grilo (Torrão, Vale do Sado). In *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3ª série:6, p.163-192.
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (1989) – Pré-História Recente da Bacia do Médio Tejo e Alto Mondego: algumas considerações para um modelo sócio-cultural. Tese de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, 3 vols., ed. Policopiada. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (1990) – Idade do Bronze na Estremadura atlântica. Subsídios para um programa de estudo complementar de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (2002a) – Aspectos e problemas da Investigação da Idade do Bronze em Portugal na segunda metade do século XX. *Arqueologia 2000: Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal*. In *Arqueologia e História*, nº 54. Lisboa. p.106-109
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (2002b) – Desestruturação e Complexificação: Aspectos e Problemas da 1º Idade do Bronze na «Península de Lisboa». *Turres Veteras IV*. Torres Vedras. p. 75-93.
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C. (2007) – Aspectos e problemas das origens e desenvolvimento da metalurgia do bronze na fachada atlântica peninsular. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 15, p.119-134.
- SENNA-MARTÍNEZ, J. C., FIGUEIREDO, E., ARÚJO, M. F., SILVA, R. J. C., VALÉRIO, P., VAZ, J. L. I. (2011) – Metallurgy and society in «Baiões/Santa Luzia» culture group: results of metabronze project. In MARTINS, C., B. Bettencourt, A. M. S., MARTINS, J. I. F. P., e CARVALHO, J. (2011) Povoamento e exploração de recursos mineiros na Europa Atlântica ocidental/Settlement and Mining in the Atlantic Western Europe.
- SCHUBART, H., SANGMEISTER, E. (1987) – Zambujal. Povoado fortificado da Idade do Cobre. In *Arqueologia*. Porto. 16, p.135-137.

- SILVEIRA, A. (1999) - Capela de Nossa Senhora do Socorro. Enxara do Bispo. De Entre culturas, a devoção. In *Revista Monumentos*, p. 62-66
- SOUSA, A. C. (1996) «O penedo do Lexim e o Calcolítico da Ribeira de Cheleiros: Leituras (des)encontradas dos materiais arqueológicos do Museu Municipal de Mafra. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Mafra*. Mafra, p. 207-220
- SOUSA, A. C. (1998) – O Neolítico Final e o Calcolítico na Ribeira de Cheleiros. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- SOUSA, A. C. (1999) «3000,2000,1000 (antes de Cristo.): contar o tempo no Penedo do Lexim» In *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Mafra*. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, p.181-191.
- SOUSA, A. C. (2000) «Penedo do Lexim: campanha 1999». *Cadernos de Arqueologia de Mafra*, 1. Câmara Municipal de Mafra, p.11-76.
- SOUSA, A.C. (2002) «No sopé do Penedo do Lexim: contextos, limites do povoado pré-histórico» In *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Mafra*. Mafra, p. 205-229.
- SOUSA, A. C. (2003) - O Neolítico final do Penedo do Lexim (Mafra). In GONÇALVES, V. ed - *Muita gente, poucas antas*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia 25). p. 305-338
- SOUSA, A. C. (2003a) «Natureza e transformação: o Penedo do Lexim e outros casos do Calcolítico estremenho. In *Recintos Murados da Pre-história Recente*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SOUSA, A. C. (2004) «Natureza e transformação. O Penedo do Lexim e outros casos do Calcolítico estremenho. In JORGE, S.O. *Recintos Murados na Pré-história Peninsular*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, p. 178-197.
- SOUSA, A.C. (2005) «O povoado pré-histórico do Penedo do Lexim: Percursos de investigação de uma exposição monográfica». In *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Mafra*. Mafra
- SOUSA, A.C. (2006) «Novas incorporações de velhas recolhas: fragmentos reencontrados da (Pré) História do Penedo do Lexim. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Mafra*. Mafra.
- SOUSA, A. C., coord (2006) -Sítio calcolítico de Sopé do Cabecinho da Capitôa. Relatório final. Relatório policopiado.
- SOUSA, A.C. (2008) «Arqueologia na A21. Uma análise preliminar dos trabalhos arqueológicos 2004-2007. In *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Mafra*. Mafra.
- SOUSA, A.C. (2010) «O Penedo do Lexim (Mafra) na sequência do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa». Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, A. C. (2010a) «Penedos e muralhas. A leitura possível das fortificações do Penedo do Lexim. In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., ed. (2010) – Transformações e Mudanças no Centro e Sul de Portugal: o 4º e o 3º milénios a.n.e. Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 4-7 Outubro 2005), p.19-42
- SOUSA, A. C.; (2011) – Percursos e circuitos nas Linhas de Torres. In SOUSA, A. C., coord. –*A Guerra Peninsular em Mafra: Rota Histórica das Linhas de Torres*. Mafra: Câmara Municipal. p. 28-35
- SOUSA, A. C.; MIRANDA, M. (2001) - Gestão dos bens arqueológicos móveis do concelho de Mafra: trajectos e rumos de pesquisa. *Boletim Cultural 2000*. Mafra, p. 223-238
- SOUSA, A. C.; MIRANDA, M. (2001) - Gestão dos bens arqueológicos móveis do concelho de Mafra: trajectos e rumos de pesquisa. *Boletim Cultural 2000*. Mafra, p. 223-238
- SOUSA, A. C., VALÉRIO, P., ARAÚJO, M: F. (2004) «Metalurgia antiga no Penedo do Lexim (Mafra): Calcolítico e Idade do Bronze. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 7, nº 2, p.106.

- SOUSA, A. C., PEREIRA, C., MIRANDA, M., SILVA, A.P. (2006) «Cabecinho da Capitôa. Relatório final. Câmara Municipal de Mafra. 211p.
- SOUSA, E. (2011) – A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- STUIVER, M. ; REIMER, P. J. ; BARD, E. ; BECK, J. W. ; BURR, G. S.; HUGHEN, K. A. ; KROMER, B. ; McCORMAC, F. G.; PLICHT, J. van der ; SPURK, M. (1998) - INTCAL98 Radiocarbon Age Calibration, 24,000-0 cal BP. *Radiocarbon*. Tucson. 40:3 (1998) 1041-1083.
- TEIXEIRA, A. C. (2001) Caracterização dos Metais e Ligas Metálicas Pré-Históricas por Espectrometria de Fluorescência de Raios-X Dispersiva de Energias. Relatório de Estágio Profissionalizante da Licenciatura de Química Tecnológica apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Departamento de Química e Bioquímica. Lisboa, 2001.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1879) – *Antiguidades de Mafra ou relação arqueológica das características dos povos que senhoriaram aquele território antes da instituição da Monarquia Portuguesa. Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*. Academia Real das Ciências, 1879.
- VICENTE, E. P., ANDRADE, G. M. (1977) - Os menires da Barreira e do Funchal. In *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. Lisboa. 95ª série, 6, p.13-46.
- VICENTE, E. P., MARTINS, A.A.S. (1979) - Menires de Portugal. In *Ethnos*. Lisboa. 8, p. 107-138.
- VILAÇA, R. (1995) – Aspectos do povoamento da beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze. «Trabalhos de Arqueologia», vol. 9, IPPAR. Lisboa, 2 vol.
- VILAÇA (2006) – Depósitos do Bronze no Território português. Um debate em aberto. Separata do Arqueólogo Português, Séris IV, 24. Lisboa. P.9-150.
- VILAÇA, R. (2007) – Todos os caminhos vão dar ao ocidente: trocas e contactos no Bronze Final. Estudos Arqueológicos de Oeiras, 15. Oeiras. P.135-157.
- VILAÇA, R.; ARRUDA, A. M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conímbriga*. Coimbra, 43, p.11-45
- SERRÃO, E. C. (1982-83) - As jazidas arqueológicas de Catravana e o Dólmen de Pedra Erguida. *Sintria*. Sintra, 1-2.
- STEVENSON, A. C. ; HARRISON (1992) – Ancient forest in Spain: a model for land-use and dry forest management in South-West Spain from 4000 BC to 1900 AD. Proceedings to Prehistoric Society.
- ZBYSZEWSKI, G., FERREIRA, O. V. (1958) – Estação pré-histórica da penha Verde (Sintra). In *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 39, p.37-60.
-